

**INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA -
ProfEPT**

DARLENE MARY CAMPOS

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM RONDÔNIA (1970-1980): UMA PROPOSTA DE
PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA**

Porto Velho/RO, 2024

DARLENE MARY CAMPOS

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM RONDÔNIA (1970-1980): UMA PROPOSTA DE
PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, junto ao Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de espaços pedagógicos na EPT – Macroprojeto 4 – Histórias e Memórias no Contexto da EPT.

Orientação: Dr^a. Xênia de Castro Barbosa

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Campos, Darlene Mary.

História da Educação em Rondônia (1970-1980): Uma Proposta de
Produção Historiográfica / Darlene Mary Campos, Porto Velho-RO, 2025.
140 f.

Orientador(a): Profª. Dra. Xênia de Castro Barbosa.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho-RO, 2025.

I. Educação. 2. História. 3. Ensino. I. Barbosa, Xênia de Castro (orient.).
II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.
III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Evandro Silva de Sousa, CRB-11-956 (Campus Porto Velho Calama)

Em memória da professora Roseneide Ferreira do Carmo, uma inspiradora educadora e companheira de trabalho, cuja contribuição foi fundamental para esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Às mulheres da minha família, sempre fortes, resilientes e que me proporcionaram amor, apoio e motivação ao longo desta jornada.

Ao meu companheiro Tarso e minha filha Mariana, duas almas que iluminam meu caminho, agradeço por todo apoio, amor e compreensão, o que tornou o processo mais leve.

À minha orientadora, professora Xênia de Castro Barbosa, cuja sabedoria, paciência e dedicação foram fundamentais para o meu crescimento.

Aos colaboradores desta pesquisa: Denise Bastos Pinheiro, Flávia Hiromi Takahashi, Marisa dos Santos (pseudônimo), Roseneide Ferreira do Carmo (in memoriam), Albanita Buarque de Souza, Hamilton Carvalho da Costa, Ruzel de Oliveira Costa, Mauro de Oliveira Souza, Eliete Azevedo e Maria Ruth Campos.

Ao Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Rondônia/ProfEPT pela oportunidade e apoio para cursar a pós-graduação.

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo geral contribuir para o fortalecimento da linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) mediante criação de um acervo virtual de fontes históricas capazes de subsidiar pesquisas sobre a história da Educação em Rondônia, em especial a Educação Profissional e Tecnológica. Dentre os objetivos específicos, buscou-se: (1) Elencar os principais desafios da educação pública ofertada no Território Federal de Rondônia, nas décadas de 1970 e 1980, (2) Elaborar um quadro comparativo dos principais desafios de ordem pedagógica enfrentados por docentes do ex-território que se encontram, após a transposição, na carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), além de (3) Contribuir com o incremento da produção científica mediante acervo virtual de fontes históricas. O desenvolvimento deste estudo tomou como base o método histórico (Rüsen, 2007) e a principal base teórica que deu sustentação às reflexões desenvolvidas foram: a relação entre memória e história (Le Goff, 2000a; Ricoeur, 2007), a relação entre documento e monumento (Le Goff, 2000b), os lugares de memória (Nora, 1993), as práticas cotidianas (Certeau, 1998). As categorias de análise centrais a esta pesquisa foram Fronteira, Território e Memória, pensados em relação à Educação pública ofertada em Rondônia. A investigação foi por meio da catalogação, serialização e análise de fontes escritas oficiais, além da produção documental a partir de entrevistas de história oral de vida. As entrevistas foram gravadas com professoras e professores do ex-território que passaram pela transição de Território para Estado, com viés temático a respeito da educação pública e de suas experiências de trabalho. Os resultados indicaram que os desafios enfrentados pelas professoras e professores do ex-território eram semelhantes ao do Estado após a transição em 1982. Enfrentaram, além de desafios particulares, os de ordem política e econômica e após a transposição, encontram-se em face de um novo ambiente de trabalho, agora enfrentando os desafios da EPT.

Palavras-chave: Educação. História. Ensino.

ABSTRACT: This research had as general objective to contribute to the strengthening of the line of research Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Vocational and Technical Education (VET) through the creation of a virtual collection of historical sources capable of subsidizing research on the history of Education in Rondônia, especially Professional and Technological Education. Among the specific objectives, we sought: (1) To list the main challenges of public education offered in the Federal Territory of Rondônia, in the 1970s to 1980s, (2) To elaborate a comparative table of the main pedagogical challenges faced by teachers of the former territory who are, after the transposition, in the career of Basic, Technical and Technological Education (EBTT), in addition to (3) Contributing to the increase of scientific production through a virtual collection of historical sources. The development of this study was based on the historical method (Rüsen, 2007) and the main theoretical basis that supported the reflections developed were: the relationship between memory and history (Le Goff, 2000a; Ricoeur, 2007), the relationship between document and monument (Le Goff, 2000b), the places of memory (Nora, 1993), everyday practices (Certeau, 1998). The investigation was through the cataloging, serialization and analysis of official written sources, in addition to documentary production from oral life history interviews. The interviews were recorded with teachers from the former territory who went through the transition from Territory to State, with a thematic bias regarding public education and their work experiences. The results indicated that the challenges faced by teachers of the former territory were similar to those of the State after the transition in 1982. They faced, in addition to particular challenges, those of a political and economic nature and after the transposition, they are facing a new work environment, now facing the challenges of the EPT.

Keywords: Education. History. Teaching.

A história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas, é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança
(José de Souza Martins)

LISTA DE SIGLAS

- AVA** - Ambiente Virtual de Aprendizagem
- CEEJA** - Centro de Estadual de Educação de Jovens e Adultos
- CENAFOR** - Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoa e para a Formação Profissional
- CEFET** - Centro Federal de Educação Tecnológica
- CEPLAC** - Comissão Executiva de Plano de Lavoura Cacaueira
- EAD** - Educação a Distância
- EBTT** - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
- EJA** - Educação de Jovens e Adultos
- Enem** - Exame Nacional do Ensino Médio
- EPT** - Educação Profissional e Tecnológica
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IF** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
- IFRO** - Instituto Federal de Rondônia
- INCRA** - Instituto de Colonização e Reforma Agrária
- INPI** - Instituto Nacional de Propriedade Industrial
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MEC** - Ministério da Educação
- PDS** - Partido Socialista Brasileiro
- PIB** - Produto Interno Bruto
- ProfEPT** - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
- PROTEC** - Programa de Expansão do Ensino Tecnológico
- PUC** - Pontifícia Universidade Católica
- RSC** - Reconhecimento de Saberes e Competências
- SEDUC** - Secretaria de Estado da Educação
- SENAC** - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- SENAI** - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SIDRA** - Sistema IBGE de Recuperação Automática
- SINASEFE** - Sindicato dos Servidores Públicos Federais, do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
- SINDSEF** - Sindicato dos Servidores Federais do Estado de Rondônia
- SINTERO** - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia
- USP** - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2 PERCURSO METODOLÓGICO	17
2.1 Análise dos Dados	21
2.2 Plano de Desenvolvimento do Produto.....	21
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
3.1 Política para Educação Profissional e Tecnológica.....	36
3.2 A Transposição e o Novo Ambiente de Trabalho.....	40
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE 1: Histórias de Vida	49
APÊNDICE 2: Produto Educacional	115
ANEXOS	132

INTRODUÇÃO

O Programa de Mestrado em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT tem como objetivo central promover formação em educação profissional e tecnológica, visando tanto a produção de conhecimento como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho ao conhecimento sistematizado. No rol de seus objetivos específicos consta: a) Atender à necessidade de formação continuada, em nível de mestrado e em perspectiva interdisciplinar, de profissionais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; b) Atender à demanda nacional por formação de recursos humanos em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, com vistas ao desenvolvimento de pesquisas que integrem os saberes práticos inerentes ao mundo do trabalho ao conhecimento sistematizado e interdisciplinar, na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico, científico e cultural nas diversas regiões do Brasil; c) Atender à necessidade de desenvolvimento de trabalhos de investigação interdisciplinar, constituído pela interface entre Trabalho, Ciência, Cultura e Tecnologia, na perspectiva de melhoria dos processos educativos e de gestão em espaços formais ou não-formais.

As pesquisas desenvolvidas no ProfEPT organizam-se em torno de duas linhas investigativas: “Práticas Pedagógicas na Educação Profissional e Tecnológica” e “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica”. A primeira trata dos fundamentos das práticas educativas e do desenvolvimento curricular na Educação Profissional e Tecnológica, considerando suas diversas formas de oferta. Seu foco concentra-se nas estratégias transversais e interdisciplinares, pautadas no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico. A segunda, por sua vez, tem por foco a dimensão temporal das instituições educacionais e das experiências pedagógicas, propondo uma incursão pelos caminhos teóricos e metodológicos das memórias da EPT. Nesse sentido, relaciona-se a um conjunto de reflexões consagradas no campo da História: a relação entre memória e história (Le Goff, 2000a; Ricoeur, 2007), a relação entre documento e monumento (Le Goff, 2000b), os lugares de memória (Nora, 1993), as práticas cotidianas (Certeau, 1998), a emergência de novos sujeitos nas pesquisas, novas abordagens, domínios e linguagens. Ambas as linhas de pesquisa contribuem para o desenvolvimento científico e tecnológico no campo da Educação e, em certa medida, se complementam.

No âmbito local, a pesquisa em tela apresenta-se como proposta investigativa voltada à produção de conhecimento na linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços

Pedagógicos na EPT”, sendo que a problemática que moveu este exercício investigativo foi assim formulada: “Quais eram os principais desafios da educação pública ofertada no Território Federal de Rondônia e o que mudou com sua transformação em Estado?”.

Metodologicamente, tematizamos os desafios da Educação Pública em Rondônia por meio de uma abordagem histórica, centrada na análise da documentação oficial e das memórias de professoras e professores do ex-território Federal de Rondônia, consideradas como recursos indispensáveis para o entendimento do passado e para a elucidação de efeitos do passado sobre o presente. Em face de tal perspectiva, o método que deu suporte ao desenvolvimento deste estudo foi o método histórico (Rüsen, 2007). No que se refere ao recorte temporal, esta pesquisa considerou as décadas de 1970 e 1980, período em que Rondônia transmutou de Território Federal para a forma política de Estado, e que foi marcado, em nível nacional, pela ditadura civil-militar desencadeada com o golpe de 1964.

Cabe recordar que, antes de 1982, a forma político-administrativa de Rondônia era a de Território Federal, visto que em 1943 fora criada como Território Federal do Guaporé, mediante terras desmembradas do Mato Grosso e do Amazonas e em 1956 passou a se chamar Território Federal de Rondônia – em homenagem ao Marechal Rondon, pelo feito de ter instalado linha telegráfica que conectou Porto Velho a Cuiabá.

Na esteira da geopolítica do governo militar, a Região Amazônica, da qual Rondônia faz parte, passou a ocupar lugar de destaque, sendo considerada área de interesse para a segurança e soberania nacional, em razão de suas vastas fronteiras e do potencial de abrigar populações camponesas do Sul e do Sudeste do país, que vinham perdendo os meios de produção e de trabalho em razão da elevação do preço da terra e da tecnofocação da agricultura. Para o governo federal, oferecer terra a essas pessoas era uma forma de reduzir problemas sociais naquelas regiões, desenvolver a economia e assegurar a integração da vasta floresta amazônica sob o domínio do Estado. Assim, Rondônia torna-se área estratégica e passa por reconfigurações político-administrativas com vistas a modernizar suas instituições para mais bem acolher aos desafios do rápido crescimento demográfico provocado pela colonização estimulada pelo Estado.

Para fixar as famílias migrantes, era necessário oferecer serviços básicos, dentre os quais os de Educação. As demandas educacionais eram várias e urgentes e compreendiam demandas formativas que iam desde a Educação Básica à Superior, mas o governo estadual elegeu como prioridade a Educação Básica, envidando esforços para construir escolas e estruturar o ensino, o que foi feito por meio de leis e regulamentos que progressivamente consolidaram novas formas de vivência do tempo e dos espaços escolares e contribuíram para

a consolidação de uma cultura escolar (Julia, 2001) peculiar, diferente, em vários aspectos, da cultura escolar de instituições educacionais localizadas em outras regiões do Brasil. Isso porque a Educação em Rondônia, nas décadas de 1970 e 1980 estabeleceu-se sob o signo da precariedade, e onde faltava quase tudo, mas a criatividade e compromisso de professoras e professores foram elementos decisivos para formar toda uma geração.

No que diz respeito aos objetivos desta pesquisa, o objetivo geral foi contribuir para o fortalecimento da linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT mediante criação de um acervo virtual de fontes históricas capazes de subsidiar pesquisas sobre a história da Educação em Rondônia, em especial a Educação Profissional e Tecnológica.

Com relação aos objetivos específicos, buscou-se: (1) Elencar os principais desafios da educação pública ofertada no Território Federal de Rondônia, nas décadas de 1970 e 1980, (2) Elaborar um quadro comparativo dos principais desafios de ordem pedagógica enfrentados por docentes do ex-território que se encontram, após a transposição, na carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), além de (3) Contribuir com o incremento da produção científica mediante acervo virtual de fontes históricas.

Em termos estruturais, o texto está organizado em cinco sessões subsequentes a esta Introdução. São elas: (1) Fundamentação Teórica, na qual são apresentados os principais conceitos pertinentes a este; (2) Percurso Metodológico, em que são expostos os métodos e os procedimentos de aquisição e análise dos dados e de desenvolvimento do produto educacional; (3) Resultados e Discussão, em que são comunicados os achados da pesquisa e nossas interpretações sobre eles; (4) Considerações Finais, texto no qual são sintetizadas nossas conclusões e apresentadas sugestões para quem deseja pesquisar sobre o tema; (5) Produto Educacional, em que é apresentado um encarte e orientações para acesso ao site; Apêndices, com as transcrições das histórias de vida.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As categorias de análise centrais a esta pesquisa foram Fronteira, Território e Memória, pensados em relação à Educação pública ofertada em Rondônia nas décadas de 1970 e 1980.

O conceito de fronteira foi acionado porque Rondônia integra a Região Amazônica, a qual tem sido definida por muitos escritores como região de fronteira e, até mesmo, como “a última fronteira” (Hennessy, 1978; Posey, 1982; Martins, 1996; 2019; Caliman, 2022). Essa

fronteira tem sido palco de ações exploratórias desde o período colonial. Nas palavras de Martins,

Desde o início da Conquista foi ela objeto de diferentes movimentos de penetração: na caça e escravização do índio, na busca e coleta das plantas conhecidas como “drogas do sertão”, na coleta do látex e da castanha. A partir do golpe de Estado de 1964 e do estabelecimento da ditadura militar, a Amazônia transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida, processo que continuou, ainda que atenuado, com a reinstauração do regime político civil e democrático em 1985 (Martins, 1996, p.26).

As fronteiras ocorrem porque o capitalismo necessita intensificar-se e expandir-se para seguir acumulando capital (Harvey, 2007) e se configuram como espaço social de conflitos, tendo em vista os encontros e desencontros que ela promove. Nela os diferentes se encontram por razão diversas, os desencontros ensejam conflitos. Esses desencontros, segundo Martins (*op. cit.*) não dizem respeito apenas a concepções de vida e visões de mundo divergentes, mas a desencontro de temporalidades históricas, pois cada um dos grupos que se encontra na fronteira: indígenas e migrantes, camponeses tradicionais e fazendeiros, comerciantes e servidores públicos estão situados diversamente no tempo.

Para o autor (*op. cit.*), os conflitos que ocorrem na fronteira tem um caráter marcadamente étnico, contudo:

Não só os índios da fronteira foram envolvidos na luta violenta pela terra. Também os camponeses da região, moradores antigos ou recentemente migrados, foram alcançados pela violência dos grandes proprietários de terra, pelos assassinatos, pelas expulsões, pela destruição de casas e povoados. Entre 1964 e 1985, quase seiscentos camponeses foram assassinados em conflitos na região amazônica, por ordem de proprietários que disputavam com eles o direito à terra (Martins, 1996, p.26-27).

Nesse sentido, o conceito de Fronteira com o qual operamos é o formulado por Martins (1996; 2019), que discute os efeitos das frentes pioneiras e das frentes de expansão sobre territórios ocupados por povos originários da Amazônia. Para ele, a fronteira transcende a conotação geográfica, consolidando-se como espaço privilegiado de análises sociais.

Ainda na esteira dos fenômenos sociais constituintes do Território Federal de Rondônia, consideramos relevante o estudo empreendido por Théry (2012), por apontar aspectos concernentes ao afluxo demográfico, os impactos antrópicos da frente de expansão e a comutação do Território em Estado. Em relação a esse processo, também foi de relevância ímpar as reflexões tecidas por Souza (2011), o qual enfatizou as disputas de memória expressas nos discursos de intelectuais que acompanharam essa transição.

O conceito de Território que subsidiou esta pesquisa foi o elaborado por Raffestin (1993), que o compreende como dimensão constituída a partir de uma base espacial,

simultaneamente material e simbólica, produzida a partir da ação de diversos agentes em suas relações culturais, de sociabilidade, produção e administração.

O território é produto da ação humana e se estabelece sobre uma base geográfica (o espaço, que também é produzido socialmente). Nele se inscreve uma ordem jurídica e política que busca o seu controle: ele é medido e marcado pela projeção do trabalho humano, com suas linhas, limites e fronteiras, e essas delimitações denotam relações de poder.

No caso de Rondônia, em particular, e da Amazônia, geral, nas várias etapas de sua história, o Estado articulou estrategicamente e racionalmente o espaço, utilizando seus dois componentes constitutivos: o físico e o político, articulando-os (Moser, 2006), caracterizando-se como importante agente de formação espacial.

A Memória, por sua vez, foi pensada neste estudo a partir de sua relação com a História, evidenciando suas diferenças, oposições, assim como as similaridades existentes entre ambas. Nesta perspectiva, ganharam destaque as ponderações apresentadas por Nora (1993), Le Goff (1990), Ricoeur (2007), que a situam na dialética entre a lembrança e o esquecimento e nas disputas que atravessam as sociedades.

Para Le Goff (1990) a história é a ciência dos homens no tempo. Expressa-se por meio de narrativas que buscam explicar as experiências humanas no tempo e no espaço.

Em sua origem, essa forma de conhecimento caracteriza-se como investigação centrada em testemunhos oculares e auriculares, ou seja, somente podia narrar uma história (e narrar era dar testemunho dela) quem tinha visto o desenrolar dos fatos, ou, em uma abordagem mais generosa, quem não os viu, mas ouviu, de fontes confiáveis, falar sobre eles, e poderia, portanto, reproduzir tais narrativas. Em suas primeiras expressões, a História se ligava de forma direta à Memória, uma vez que valorizava os testemunhos e que esses são filtrados pela subjetividade do narrador. A partir da idade moderna, na medida em que ia se especializando enquanto forma de conhecimento, a História passou a dar menos protagonismo aos relatos e testemunhos, muitas vezes desconfiando deles, e a priorizar documentos escritos, emanados de fontes eclesiais e estatais. Por muito tempo se produziu uma historiografia centrada exclusivamente em documentos oficiais, considerados verdadeiros e expressivos da verdade dos fatos. Com isso, erigiu-se uma História que desconfiava da Memória e que desconsiderava as experiências e contribuições “dos protagonistas anônimos da história” (Vainfas, 2002), ou seja, homens, mulheres e crianças das classes trabalhadoras, que diligentemente, em seus trabalhos cotidianos reproduzem a ordem do mundo, ou, ao contrário, desenvolvem estratégias para superar essa ordem.

Ainda na primeira metade do século XX, a noção de documento veio a se ampliar

graças às reflexões promovidas pela Escola dos Annales, e a partir da França, essa noção alargada de documento se expandiu para o restante do mundo, oportunizando uma escrita da História pautada em uma diversidade de fontes: escritas e não escritas, materiais e imateriais. A esse respeito, é relevante retomar a reflexão tecida por Febvre:

A História não há dúvida, faz-se com documentos escritos – quando existem. Mas ela pode fazer-se, deve fazer-se com tudo aquilo que o engenho do historiador coloca ao seu alcance... Com palavras, por tanto. Com sinais. Paisagens e telhas. Formas campestres e ervas daninhas. Eclipses lunares e cordas de atrelagem, Análises de pedras pelos geólogos e de espadas de metal pelos químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (Febvre, 1985, p.249).

De igual modo, para Le Goff (1990), não há história sem documento, mas estes podem assumir formas e suportes variados, não se limitando às fontes escritas. Tudo o que expressa a cultura humana pode servir como fonte para a pesquisa histórica. Entretanto, é preciso ter um olhar crítico sobre eles, verificar sua autenticidade e os sentidos de poder que eles expressam. Historicizar a documentação histórica é necessário, pois toda documentação tem uma intencionalidade para que chegue aos estudiosos por meio da produção ou organização desses arquivos. Por fim, olhar os documentos históricos como monumentos é importante, pois os documentos trazem as relações de poder de cada época. A leitura de Febvre (1985) e de Le Goff (1990), dentre outros possibilitaram uma base segura para a operarmos nesta pesquisa com fontes variadas: narrativas orais, fotografias, leis e decretos, e para problematizarmos os limites da História e da Memória.

Para Nora (1993), memória e história estão em posições opostas, ao passo que a “memória é vida, sempre carregada por grupos vivos”; a história é “uma representação do passado”, do que não existe mais, e essa reconstrução se apresenta sempre “problemática e incompleta”.

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confrontam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica (Nora, 1993, p. 9).

A história oficial é reconhecida pelas instituições, abordada em livros, monumentos públicos, festejos, com a função da construção do Estado. Ela define o que deve ou não ser lembrado ou esquecido, e para reforçar o que considera digno de ser lembrado, cria heróis e narrativas que representam o desejo do estado, influenciando a memória coletiva. Nesse sentido, ela é um aparato ideológico de controle e organização da sociedade, e muitas vezes

não corresponde aos fatos e percepções da sociedade, mostrando-se mesmo divergente da memória coletiva. A sociedade, por sua vez, adota em seu cotidiano, táticas variadas de enfrentamento a essas estratégias, fazendo usos próprios das regras e convenções impostas. Ao produzirem, no cotidiano, a manutenção da vida e a crítica às formas impostas, produzem-se a si mesmos como sujeitos históricos.

Certeau (1998), mostra que para entender a dinamicidade da sociedade é necessário relatar o que os menos favorecidos realizam cotidianamente, pois é aí que as inúmeras práticas sociais se concretizam. Essas ações das classes populares por muito tempo foram desconsideradas pela historiografia, e seus atores estiveram à margem da sociedade. A obra nos instigou a dialogar com as professoras e professores colaboradores desta pesquisa sobre seu cotidiano de vida e trabalho.

Entendemos que as memórias partilhadas não são o passado, o acontecido, mas uma versão honesta dele, filtrada pela subjetividade e pelas escolhas dos narradores. E nesse sentido, o trabalho com a História Oral instigou-nos a pensar a Memória como uma das vias de acesso ao passado, considerando-a, primeiramente, como faculdade humana, ou seja, enquanto “propriedade de conservar certas informações” (Le Goff, 1990, p. 423), o que é feito mediante processos psíquicos complexos. A esse respeito, Ricoeur (2007, p. 71) ponderou: “lembrar-se é não somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, fazer alguma coisa”, ou seja, realizar estímulos, provocá-la, correlacioná-la em uma cadeia de acontecimentos.

Para além de sua dimensão individual, a memória adquire também contornos coletivos, indicando lembranças, valores e crenças compartilhadas. Segundo Halbwachs (2013) a memória individual se inscreve em um quadro mais amplo – o quadro da memória coletiva, um quadro de representações que a antecede e torna possível a sociedade.

Para Arendt (2016), a memória é o amálgama que se coloca entre o passado e o futuro, assegurando identidade, pertencimento e orientação para a ação. A autora demonstrou preocupação com a perda de memória (tanto individual quanto coletiva), por entendê-la como “herança” capaz de dar sentido à vida e de orientar, no tempo presente, a ação política – entendida como ação direcionada ao bem público. Segundo a filósofa:

Sem testamento ou, resolvendo a metáfora, sem tradição – que selecione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor – parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem. O tesouro foi assim perdido, não mercê de circunstâncias históricas e da adversidade da realidade, mas por nenhuma tradição ter previsto seu aparecimento ou sua realidade; por nenhum testamento o haver legado ao futuro. A perda, talvez inevitável em termos

de realidade política, consumou-se, de qualquer modo, pelo olvido, por um lapso de memória que acometeu não apenas os herdeiros como, de certa forma, os atores, as testemunhas, aqueles que por um fugaz momento retiveram o tesouro nas palmas de suas mãos (Arendt, 2016, p. 21)

A autora aponta para a necessidade de “fazer lembrar”, de transmitir experiências e conhecimentos necessários a uma vida ética. Para Santos (2012), a memória, na perspectiva abordada por Hannah Arendt é associada à percepção de pertencimento a um mundo que engloba e constitui os indivíduos, e mais do que isso, é vista como um atributo que permite ao homem se perceber em sua finitude.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta investigação é qualitativa e de natureza histórica. Nesta perspectiva, as questões do presente, elaboradas em relação às fontes históricas, constituem caminho para o entendimento do passado assim como para esclarecer efeitos do passado no presente, estimulando “a consciência subjetiva da historicidade, pela qual o agir e o sofrer humanos se deixam orientar” (Silva, 2011, p. 18). Em face de tal perspectiva, o método que deu suporte ao desenvolvimento deste estudo foi o método histórico (Rüsen, 2007). Este método engloba um conjunto de operações (experiência, interpretação, orientação e motivações) que se conectam e se concatenam a uma lógica narrativa de apresentação. Nesse diapasão, a história se apresenta como “uma conexão temporal, plena de eventos, entre passado e presente (com uma projeção para o futuro), que, por sua representação sob a forma de narrativa, possui sentido e significado para a orientação da vida prática atual” (Rüsen, 2015, p. 52).

A aquisição de dados foi procedida mediante a consulta a documentos da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Rondônia, da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, do Ministério da Educação, de obras bibliográficas, de acervos pessoais de docentes do ex-território Federal de Rondônia e do registro de 10 entrevistas de história oral de vida, que representam, a nosso ver, a principal contribuição desta pesquisa. Dentre as fontes escritas consultadas, destacam-se as apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1: Fontes consultadas durante a pesquisa, 2024.

Fonte	Origem	
LDB 4.024/61	Governo Federal	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html

LDB 5.692/1971	Governo Federal	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html
LDB 9.394/96	Governo Federal	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
Lei Complementar 41, de 22 de dezembro de 1981 - Cria o Estado de Rondônia	Governo Federal	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp41.htm
Lei 7.044/1982	Governo Federal	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html
Lei 11.784/2008	Governo Federal	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11784.htm
Lei 12.772/2012	Governo Federal	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/12772.htm
Decreto 8955, de 17 de janeiro de 2000	Governo do Estado de Rondônia	http://ditel.casacivil.ro.gov.br/cotel/Livros/Files/D8955.pdf
Emenda Constitucional 60/2009.	Congresso Nacional	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc60.htm
Lei 13.681, de 18 de junho de 2018	Governo Federal	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/13681.htm
Medida Provisória 1.122, de 08 de junho de 2022	Governo Federal	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2022/Mpv/mpv1122.htm
Jornal O Periódico – Educação	Secretaria de Estado da Educação de Rondônia	http://nimpi.ifro.edu.br/
Jornal PDS Rondônia	Partido Democrático Social	http://nimpi.ifro.edu.br/
Jornal Alto Madeira	Biblioteca Nacional Hemeroteca Digital	https://memoria.bn.gov.br/

Fonte: Darlene Mary Campos (2024)

Já as fontes produzidas por esta pesquisa estão sumarizadas no Quadro 2, e foram elaboradas a partir de entrevistas conduzidas conforme as etapas e procedimentos próprios da Moderna História Oral (Meihy, 2005).

Quadro 2: Entrevistas realizadas, 2024

Fonte	Colaborador (a)
Entrevista com Roseneide Ferreira do Carmo	Professora do ex-território, atualmente compondo força de trabalho no IFRO. Natural de Rondônia (Colônia Viçosa).
Entrevista com Denise Bastos Pinheiro	Professora do ex-território, atualmente compondo força de trabalho no IFRO. Natural do Rio de Janeiro.
Entrevista com Marisa dos Santos (pseudônimo)	Professora do ex-território, atualmente compondo força de trabalho no IFRO. Natural do Paraná.
Entrevista com Albanita Buarque de Souza	Professora do ex-território, atualmente compondo força de trabalho no IFRO. Natural de Pernambuco.
Entrevista com Mauro de Oliveira Souza	Professor do ex-território, atualmente compondo força de trabalho no IFRO. Natural do Paraná.
Entrevista com Ruzel Oliveira Costa	Professor do ex-território, atualmente compondo força de trabalho no IFRO. Natural do Amazonas.
Entrevista com Flávia Hiromi Takahashi	Professora do ex-território. Natural de São Paulo. Aposentada.
Entrevista com Hamilton Carvalho da Costa	Professor do ex-território. Natural de Rondônia. Aposentado.
Entrevista com Eliete Azevedo	Professora do ex-território. Natural de Rondônia. Aposentada.
Entrevista com Maria Ruth Campos	Professora do ex-território. Natural de Rondônia. Servidora da SEDUC em exercício em Vilhena.

Fonte: Darlene Mary Campos (2024)

Os procedimentos metodológicos adotados para a constituição dos documentos descritos no Quadro 2 foram, sequencialmente:

- 1- Pré-entrevista – momento de abordagem aos colaboradores da pesquisa, em que lhes foi

apresentado o projeto, os objetivos, informações sobre a metodologia e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;

- 2- Entrevista – gravada em áudio e vídeo e atenta aos princípios de Origem Voluntária e Cápsula Narrativa. Adotar o princípio da Origem Voluntária significa conceder ao colaborador o direito de iniciar a narração de sua história de vida pelo ponto que julgar mais conveniente, fugindo, desse modo, à estrutura tradicionalmente utilizada em depoimentos prestados à Polícia. Ao concluir seu fluxo narrativo sem ser interrompido, o (a) colaborador (a) oferece uma Cápsula Narrativa representativa de suas escolhas, interesses e necessidades. A partir dos conteúdos revelados nessa Cápsula Narrativa, procedeu-se às perguntas e aprofundamento do diálogo (Caldas, 2009, p. 49-76).
- 3- Transcrição – corresponde ao processo de oitiva da narrativa gravada e sua transposição, na íntegra, para o código escrito. Na transcrição registra-se, de forma literal, todos os sons captados no momento da gravação, inclusive as repetições, aliteraões, gírias e marcadores conversacionais que caracterizam a oralidade.
- 4- Textualização – trabalho de transformação do texto transcrito, em um texto linear e fluido, onde as eventuais perguntas da pesquisadora são incorporadas à narrativa do colaborador.
- 5- Transcrição – corresponde à etapa central da produção documental em história oral, na medida em que visa assegurar a comunicação dos sentidos da narrativa, imprimindo ao texto as marcas singulares de cada colaborador, de modo que não restem dúvidas ao leitor quanto ao sentido do que o colaborador quis informar.
- 6- Conferência - é a etapa final do trabalho com a entrevista, momento em que a pesquisadora retornou aos colaboradores com o texto transcrito, e o apresenta para conferência, correções, complementos ou ratificação, bem como para autorização de uso.

Conforme Matos e Senna (2011, p. 97)

Como procedimento metodológico, a história oral busca registrar– e, portanto, perpetuar – impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos.

Todos os professores e professoras contactados mostraram disposição em participar da pesquisa, e de forma gentil, compartilharam suas lembranças e experiências, interpretando o passado e o presente.

Uma das professoras pediu para não constar seu nome na pesquisa, e por isso a denominamos pelo pseudônimo de “Marisa”. E o professor Ruzel escolheu fazer sua entrevista por escrito e não gravada, fornecendo-nos um relato autobiográfico. A esse

respeito, cabe mencionar que:

As implicações dos procedimentos de captação da memória dependem diretamente do vínculo estabelecido entre o indivíduo e o contexto em que ele se inscreve. A interação entre meio social e indivíduo é a razão da busca de entendimento histórico da vida (Meihy, 2005, p. 73).

Destaca-se que o professor Ruzel é escritor, e seu talento com a escrita pode explicar sua escolha em nos apresentar seu relato por escrito.

2.1 Análise dos Dados

Os documentos, tanto os coletados quanto os produzidos no âmbito da pesquisa foram lidos e fichados em editor eletrônico de texto e serializados por tipos: (1) Documentos da sociedade civil (acervos escolares e histórias de vida), (2) Documentos do Estado (leis e decretos).

As análises dos dados foram procedidas com fulcro no próprio Método Histórico (Rüsen, 2007; 2015), o qual opera a leitura das fontes evidenciando as mudanças temporais que as atravessam, e dialeticamente, suas implicações para o tempo em que foram produzidas e para o tempo de desenvolvimento da pesquisa, à luz das questões formuladas em relação às fontes.

Nesta perspectiva a interpretação foi predominantemente narrativa, visto que se expressou sob a modalidade de discurso historiográfico. Este visa promover “uma conexão temporal, plena de eventos, entre passado e presente (com uma projeção para o futuro), que, por sua representação sob a forma de narrativa, possui sentido e significado para a orientação da vida prática atual” (Rüsen, 2015, p. 52).

Por conseguinte, o esforço analítico buscou considerar a singularidade do objeto estudado em suas conexões mais amplas, com vistas não só a promover o conhecimento sobre o passado, mas sobre seus eventuais efeitos sobre o presente. Com isso foi possível valorizar as experiências exitosas.

2.2 Plano de Desenvolvimento do Produto

No que se refere ao produto educacional, requerido pelo Programa de Mestrado, optou-se pela organização de um acervo virtual de fontes históricas acerca da História da Educação em Rondônia nas décadas de 1970 e 1980.

A elaboração do protótipo contou com as seguintes etapas: organização das informações, desenho do repositório, escolha da paleta de cores e contratação de serviço especializado de programação.

Para a validação deste produto procedemos do seguinte modo:

1. A avaliação foi realizada por meio de formulário eletrônico de classificação (com valor de 1 a 5), sendo que 1 indica atribuição de valor negativo ao item e 5 indica excelente apreciação do item. Nessa avaliação foram considerados os aspectos: clareza das informações, qualidade das informações, pertinência das fontes indicadas para o estudo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), facilidade para encontrar as informações no site, paleta de cores, relevância do produto educacional para pesquisas em Educação/EPT.
2. Após a coleta das respostas da avaliação do protótipo, procedemos aos ajustes e melhorias indicadas, com vistas a consolidar o produto final.
3. Para os ajustes finais, consideramos as avaliações feitas por usuários da ferramenta no período de 01 a 07 de março de 2024, após o que se procedeu ao registro do *software* (*código hash*) junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI.

A versão final do produto desenvolvido será apresentada em encarte próprio, nos Apêndices deste trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas fontes analisadas, foi possível compreender que, face ao contexto de modernização do Estado brasileiro após a Segunda-Guerra, e da necessidade de ampliar o controle sobre seu território e dar vazão aos problemas sociais do centro-sul do país, o Estado brasileiro operou uma política de colonização dirigida, estimulando nova frente de expansão da fronteira agrícola do país. Nessa ação, apresentou Rondônia como o “Novo Eldorado”, espécie de terra prometida na qual os camponeses pobres das demais regiões do Brasil poderiam, a partir do acesso a terra, produzir e desfrutar de vida confortável.

De acordo com Holanda (1995, p. 129), “A expansão da fronteira agrícola durante as últimas décadas [período militar] constituiu, em última análise, uma decorrência do novo padrão de acumulação da economia brasileira, e da concentração funcional, setorial e regional da renda que ela engendrou”.

Com essa nova política, foram necessárias progressivas alterações na forma administrativa. Rondônia existia sob a forma de Território Federal de Rondônia desde 1956, e antes disso, era denominada de Território Federal do Guaporé – institucionalidade datada de 1945. Já ao final da década de 1970 havia o reconhecimento de que a nova dinâmica econômica expressa em seu território - decorrente dos incentivos à colonização agrícola e do expressivo crescimento populacional – exigia uma administração mais moderna, no formato

de Estado. O Coronel Jorge Teixeira de Oliveira foi o enviado presidencial para operar a preparação para essa mudança, e o Estado foi finalmente implantado, em 4 de janeiro de 1982.

Como vimos, Rondônia figurava nas propagandas estatais como a terra da promessa. Entretanto, muitos desses migrantes, ao adentrarem a esse território, se viam à mercê da própria sorte. O acesso a terra e o assentamento rural nem sempre ocorriam de forma rápida, a infraestrutura urbana existente era mínima, as doenças tropicais grassavam sem controle e os recursos de saúde eram escassos e de difícil acesso, devido a sua posição rarefeita no território. Somado a isso, vivia-se ainda o desafio da transição da ditadura para o regime democrático, com acirrado controle político e ideológico, perseguições políticas e imposição da ordem pela força.

O Estado estava presente mais pelos símbolos nacionais, que difundia de modo sistemático, do que por meio de políticas públicas de bem-estar social. Isso ocorreu e ocorre por que,

O Estado é produtor de determinado conjunto de atitudes ou convenções culturais para difundir seu projeto de nação. A escola é um dos palcos ou lócus da efetivação das atitudes e/ou convenções do Estado, principalmente quando se menciona a Amazônia Legal diante do processo de expansão da fronteira agrícola (Barros; Nunes; Silva, 2013 p.7)

Em meio a esse cenário de desafios, onde tudo estava por se fazer, a Educação era exaltada como atividade nobre, capaz de formar e qualificar as pessoas que iriam desenvolver o território e imprimir nele uma nova ordem. Para que isso ocorresse, era urgente contratar educadores.

Dos 10 professores entrevistados, Roseneide, Hamilton, Eliete e Maria Ruth nasceram no Território Federal de Rondônia. Os demais vieram de outras unidades da federação. Dos professores contratados quando Rondônia ainda era Território, três deles relataram, em suas entrevistas, que foram contratados quando ainda eram estudantes de magistério. Foram eles: Hamilton, em 1979, em Guajará-Mirim; Eliete, em Porto Velho e Flávia, em Pimenta Bueno, em 1981. Segundo relatado por eles, a contratação aconteceu após a Secretaria de Educação visitar as turmas de magistério, nos municípios, e anunciar que quem tivesse interesse em trabalhar como professor estaria contratado.

O fato de serem contratados quando ainda estavam concluindo o magistério é expressivo da elevada demanda por profissionais da Educação naquele período, e da baixa disponibilidade de recursos humanos com Ensino Superior. É relevante considerar, também, que nas décadas de 1970 e 1980 a formação em nível de segundo grau, em curso

normal/magistério era suficiente para habilitar para a função docente, sendo que a exigência de possuir licenciatura plena só veio a se firmar com a Lei Nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), e ainda assim, a formação técnica em curso “normal” foi admitida para o trabalho docente no ensino infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental.

Ao ingressarem no mundo do trabalho, como professoras e professores, enfrentaram desafios diversos, tanto de ordem material quanto de ordem pedagógica, sendo difícil, muitas vezes, separá-los, uma vez que se inter cruzavam.

Do ponto de vista material, destacam-se: a fragilidade das estruturas das escolas, muitas das quais de pau a pique e palha, sem acesso a água tratada, instalações sanitárias e saneamento básico, sem bibliotecas e materiais didáticos e a ausência de meios de transporte oficiais para alunos e professores. A professora Eliete Azevedo relembra:

As escolas não tinham piso, eram de chão batido. Às vezes era uma palhoça, com um quadro improvisado, e funcionavam em regime multisseriado. A situação era precária. Havia professores que iam a cavalo. Eu tenho uma amiga de Pimenta Bueno, que ia a cavalo dar aula naquelas linhas. (Eliete Azevedo. Entrevista concedida a Darlene Campos, 2023).

Escolas com esse feitio eram frequentes na zona rural, e eram nelas que os filhos dos colonos aprendiam as primeiras letras. Em relação a essas escolas, Barros, Nunes e Silva (2023) explicaram que elas eram feitas a várias mãos, com materiais extraídos da própria floresta, e seu funcionamento era possível graças a uma rede de apoiadores, que em geral, envolvia os familiares das professoras e dos estudantes e da própria comunidade escolar. Essa dinâmica não foi exclusiva do período em que Rondônia era Território Federal, mas se fez presente também – ainda que em menor escala, durante os anos iniciais do Estado, como podemos perceber na narrativa da professora Roseneide Ferreira do Carmo:

Quando minha filha Érica já estava com quase cinco anos, não tinha educação pré-escolar. Então, me juntei com os políticos, com a comunidade, fizemos o casarão da educação pré-escolar, dentro da escola estadual. Construímos o casarão fazendo quermesse, festinha, conseguia dinheiro. Até o finado Olavo Pires colaborou, muitos colaboraram e a gente conseguiu. Minha filha estudou na educação pré-escolar. (Roseneide Ferreira do Carmo. Entrevista concedida a Darlene Campos, 2023).

Essa limitação de estrutura (tanto no que se refere aos aspectos físicos como de funcionamento) frequentemente fazia as professoras e professores se sobrecarregarem com trabalhos variados, que excediam a função docente.

Em boa parte dos municípios as escolas encontravam-se, até os anos 1980, em condições precárias e impróprias – situação, que ainda persiste em determinados casos, em especial na zona rural, nas chamadas “escolas de linha”. A esse respeito, Hilário (2013)

discutiu a insuficiência de investimentos e os ônus impostos aos professores, estudantes e a seus familiares. Os professores, nessas escolas rurais precisavam ser polivalentes, e mesmo com maior divisão social do trabalho, em tempos mais recentes, ainda trazem memórias de quando se responsabilizavam pelas múltiplas atividades concernentes à organização dos tempos e espaços escolares: além de ensinar e avaliar, elaboravam o horário, faziam o trabalho administrativo e de secretariado escolar, cuidavam da merenda, da limpeza e da comunicação interinstitucional. Embora progressivamente o Estado tenha investido na Educação Pública, edificando prédios imponentes e contrastantes com a humildade das formas do entorno - como se pode perceber nas imagens apresentadas a seguir - esta realidade não se fez homogênea.

Figura 1: Prédios escolares em Porto Velho, 1960.



Fonte: Google Imagens (2022). À esquerda o edifício da Escola Normal Carmela Dutra e à direita o edifício do Colégio Barão de Solimões, após ser transferido de antigo prédio de madeira e palha.

No Jornal Alto Madeira, edição especial, de 1º de janeiro de 1976, o governador do Território Federal de Rondônia, Humberto da Silva Guedes, enviou uma mensagem aos rondonienses em que falava sobre saúde, saneamento e educação. Destacou que no ano anterior (1975) tentou-se a solução de vários problemas relacionados à Educação, por meio de ações como: descentralização, com a criação das representações de ensino em Guajará-Mirim e Vila de Rondônia, visando aproximar a Secretaria de Educação das Escolas; a melhoria da assistência às Escolas do interior; a melhoria do atendimento ao “excepcional” – hoje estudantes público-alvo da educação especial, mediante formação de magistério especializado e criação de classes especiais; a ocupação de salas em escolas particulares, mediante convênios, a fim de aumentar o número de vagas; a revisão geral dos currículos de todos os níveis para adaptá-los às peculiaridades da área.

A mensagem do então governador informava, ainda, o número de matriculados e de escolas criadas no ano anterior, mostrando o grande desnível entre as matrículas do 1º e 2º grau. Das 47.189 matrículas, 77% foram no 1º grau, 3,5% no 2º grau e 18,8% restantes nos cursos supletivos. E das 134 escolas criadas naquele ano, 102 foram nos projetos de colonização do INCRA, com o auxílio da referida Autarquia.

O Estado encontrava dificuldade em suprir as demandas educacionais frente ao crescimento demográfico contínuo, ocasionado, sobretudo, por força da colonização dirigida. De 1970 para 1980 a população de Rondônia aumentou 331%, conforme dados do Sistema SIDRA/IBGE.

Tabela 1: Crescimento populacional em Rondônia.

Período	Quantitativo Brasil	%	Quantitativo Rondônia	%
1950	51.944.397	-	36.935	-
1960	70.992.343	36,67	70.783	91,64
1970	94.508.583	33,12	116.620	64,75
1980	121.150.573	28,19	503.125	331,42
1991	146.917.459	21,26	1.130.874	124,77
2000	169.544.443	15,40	1.377.792	21,83
2010	190.755.799	12,51	1.562.409	13,40

Fonte: Dados da autora, elaborado com base em Sidra/IBGE (2023)

Esse aumento populacional na década de 1980 se deu em razão da chegada de migrantes, que foi favorecida pela abertura da BR 364 e pelos projetos de colonização que se instalaram no seu percurso.

O discurso nos jornais não condizia com a realidade de muitas escolas, principalmente as do interior. A Professora Denise, mesmo trabalhando em escola urbana, já em 1983, passou por algumas situações desafiadoras:

Na escola a energia era de motor. E teve um tempo que trabalhamos com lampião, lamparina. Achava que era até mais fresco... Eu não tinha um ventilador. E para nós estava bom. Acho que é porque a gente era nova ainda, e estava tudo bem, tomava banho no Rio em Jaru. [...] A merenda chegava num caminhão, tinha a parte do pessoal que tomava conta da merenda escolar, que ia conferir. Vassoura, rodo, toda a parte de material de limpeza, feijão, arroz, tudo. Quando eu estava na vice-direção, eu saía para o mercado para pedir frutas, fazer salada de frutas, essas coisas eles davam. E era assim, quando dava eu ia buscar, fazia a horta na escola, tinha técnica agrícola. Tinha professor de técnica agrícola, até trabalhei com essa área disciplinar. Um tempo fazia a horta e tirava couve, cebolinha e as coisinhas mais simples dali. Essa época era difícil, mas pra nós estava tudo bem. Estava bom. (Denise Bastos Pinheiro. Entrevista concedida a Darlene Campos, 2023).

A maioria dos docentes entrevistados, contratados na década de 1980, após a implantação do Estado, possuía nível superior, exceto Maria Ruth. A professora Denise relatou o seguinte sobre sua contratação:

Em 1983 eu fui na faculdade para pegar o meu certificado e histórico, a diretora me viu na secretaria e perguntou: Denise, você está trabalhando na educação? Eu respondi: olha, eu fiz concurso de ciências de 5º a 8º, mas estou esperando ser chamada (nunca fui chamada, fiquei em 17º lugar). Então ela falou: o Estado de Rondônia está contratando. Você não tem interesse? Aí eu falei: Tenho sim. Ela me passou o telefone do secretário que era conhecido dela pra eu ligar (naquela época era só ligação, não tinha e-mail). Era pra eu pegar o endereço para mandar o meu currículo, meus documentos. Em casa não tinha telefone, então fui no posto telefônico, quando eu estava ligando de uma cabine, escutei uma pessoa ligando para o mesmo local. Era pra vir pra Rondônia.

Dentre os docentes entrevistados, que foram contratados após a implantação do Estado e que escolheram compor a força de trabalho do Instituto Federal de Rondônia após a transposição para o quadro de servidores da União estão: Denise, Roseneide, Marisa e Ruzel - todos lotados no IFRO - *Campus* Porto Velho Calama, sendo que só o Ruzel está em sala de aula, com a disciplina de Geografia; Denise (aposentada) e Roseneide (*in memoriam*) estavam no apoio pedagógico e Marisa está na biblioteca. No IFRO - *Campus* Ji-Paraná estão a professora Albanita, com regência de Língua Portuguesa e o professor Mauro, com Matemática. A professora Maria Ruth permaneceu na Secretaria Estadual de Educação - SEDUC.

A maioria dos entrevistados já assumiu cargo de direção ou vice-direção escolar, exceto a professora Marisa e o professor Hamilton. Professor Mauro foi Diretor de escola e Representante de Ensino da rede estadual no município de Ji-Paraná.

No que se refere aos desafios de ordem pedagógica por eles enfrentados, apresenta-se, no quadro três uma síntese do que pudemos identificar, com base nas entrevistas realizadas e na documentação escrita analisada:

Quadro 3: Desafios de ordem pedagógica enfrentados pelos professores no Território Federal de Rondônia e no Estado de Rondônia

Território Federal de Rondônia	Estado de Rondônia
Dificuldades de acesso a literaturas sobre educação e alfabetização	Dificuldades de acesso a literaturas sobre educação e alfabetização
Carência de materiais didático-pedagógicos	Carência de materiais didático-pedagógicos (apenas cartilhas como suporte)

Não existência de carga horária para o planejamento das aulas	Alunos cansados provenientes de contextos geográficos e culturais específicos
Indisciplina	Indisciplina
Não conhecimento das necessidades específicas dos alunos	Ensino em contexto de violência
Ensino multisseriado	Turmas separadas pelo desempenho

Fonte: Dados da pesquisa (2023, 2024).

Ao considerarmos, com Libâneo (2008), a Educação como prática social, materializada na formação e desenvolvimento de seres humanos, em condições socioculturais e institucionais concretas, centrada em práticas e procedimentos peculiares, visando mudanças qualitativas na aprendizagem escolar e na personalidade dos alunos, entende-se que as dificuldades vivenciadas pelos docentes no contexto aqui abordado se referem tanto ao contexto do ambiente sociocultural e institucional em que estavam inseridos profissionalmente, como aos limites de sua formação inicial e da política de formação em serviço. Desse modo, sua aprendizagem profissional se fez, em muitos casos, na própria prática docente, por meio da observação do trabalho de outros docentes, de reflexão sobre os desafios enfrentados, de planejamento e replanejamento, tentativa e erro.

Em algumas escolas os estudantes eram separados em classes. Havia turmas de estudantes com bom desempenho e turmas de desempenho ruim. Eventualmente, se organizavam turmas intermediárias, para atender aos estudantes que, por força da necessidade de trabalhar ou de situações particulares de suas famílias, haviam faltado a muitas aulas e estavam com dificuldade de acompanhar sua turma de origem. Conforme Eliete, ensinar não era fácil e a retenção era problema recorrente:

No início da minha carreira não havia o sistema de progressão continuada, e a gente fazia a separação em turmas distintas: turma das crianças com dificuldades de aprendizagem e turmas das crianças sem dificuldades. Tinha criança que passava dois, três, até quatro anos na primeira série. E havia professores desmotivados a ensiná-las. Em muitas dessas ocasiões, eu era convocada a intervir como alfabetizadora. (Eliete Azevedo. Entrevista concedida a Darlene Campos, 2024)

Verificamos aqui a “violência simbólica” reproduzida na escola, que segundo Bourdieu e Passeron (2011), acontece por meio da ação pedagógica, e que muitas vezes não é percebida pelos educadores, pois se apresenta de forma velada:

A AP (ação pedagógica) é objetivamente uma violência simbólica, num primeiro sentido, enquanto que as relações de força entre os grupos ou as classes constitutivas de uma formação social estão na base do poder arbitrário que é a condição da instauração de uma relação de comunicação pedagógica, isto é, da imposição e da inculcação de um arbitrário cultural segundo um modo arbitrário de imposição e de inculcação (educação). (Bourdieu; Passeron, 2011, p. 27)

A Professora Eliete explicou que obteve êxito com suas turmas, até a mais indisciplinada, pois adotava uma prática lúdica, com visitas, passeios e valorizando o conhecimento dos alunos ribeirinhos:

Eu tinha uma forma bem diferente de tratá-los, bem lúdica. Levava para fazer passeios... Ali em frente à Escola Castelo Branco, naquela época, havia um campo de aviação, então a gente fazia passeios para explorar o território, descia ali na beira do rio... A maioria dos alunos eram ribeirinhos, e eles traziam para mim, de presente: banana, cupuaçu, graviola, sabe? E aí tive a ideia de fazer uma cartilha, a partir dessa vivência do dia a dia deles, com as palavras do cotidiano deles. Comecei a fazer a cartilha de papel *craft*. Na época a gente tinha o quadro de valores, o álbum seriado... Todo professor tinha que ter. E comecei a fazer esse ensino de forma integrada com os elementos da própria cultura deles, valorizando o que eles conheciam, para depois apresentar conhecimentos novos. (Eliete Azevedo. Entrevista concedida a Darlene Campos, 2024)

Dessa forma, a professora valorizava o “capital cultural” dos alunos, adaptando sua metodologia, entendendo as origens dos alunos, os desafios que eles enfrentavam para chegar à escola, as dificuldades na aprendizagem. E assim não reproduzia um discurso dominante, o que excluiria a maior parte da turma. Ao não se conformar com o ensino que somente reproduzia modelos tradicionais de alfabetização, a professora Eliete buscou sair do modelo excludente, dominante, valorizando a oralidade e a cultura de seus alunos. Os resultados foram positivos, visto que:

[...] a criança escolarizada aprende a ler paralelamente à sua aprendizagem da decifração e não graças a ela: ler o sentido e decifrar as letras corresponde a duas atividades diversas, mesmo que se cruzem. Noutras palavras, somente uma memória cultural adquirida de ouvido, por tradição oral, permite e enriquece aos poucos as estratégias de interrogação semântica cujas expectativas a decifração de um texto afina, precisa, corrige. Desde a leitura da criança até a do cientista, ela é precedida e possibilitada pela comunicação oral, inumerável “autoridade” que os textos não citam quase nunca (Certeau, 1998, p. 263-264).

Os alunos da professora Eliete, assim como muitos dos alunos dos demais professores entrevistados, vinham de uma realidade de extrema vulnerabilidade socioeconômica, de contextos geográficos e culturais específicos, com poucas oportunidades de obtenção de renda. Segundo seu relato:

A maioria das crianças não tinha o que comer, e muitas vezes faltava recurso para a merenda, então a gente se reunia e cada um levava uma coisa. Quando faltava a merenda, ou quando demorava a chegar a merenda, a gente fazia aquele lanche para as crianças que vinham de tão longe. Às vezes elas vinham com um pãozinho dentro

de uma sacolinha de pano, ou feita de saco de trigo. E não tinham uniforme. Usavam as roupinhas que tinham. (Eliete Azevedo. Entrevista concedida a Darlene Campos, 2024)

Eliete se refere a experiências pedagógicas que desenvolveu já no contexto do Estado, e sua narrativa deixa claro que, mesmo nesse período, a presença do Estado era limitada, o que se depreende do fato de enviar a merenda com atraso, deixando-a faltar, e de não fornecer uniforme, fazendo com que as crianças de condição econômica inferior ficassem sujeitas à humilhação social em razão de sua condição econômica expressa em suas roupinhas humildes. Na tentativa de evitar tais situações, Eliete, assim como outras professoras e professores faziam muito mais do que ensinar, e no caso de Eliete, merece destaque, ainda seu compromisso pedagógico pautado em uma abordagem dialógica e multicultural, que valorizava a cultura de seus alunos.

Quando o capital cultural dos alunos não é levado em consideração, acontece a violência simbólica nas escolas, que por sua vez acaba não sendo igualitária e dissemina a cultura dominante, deixando muitos estudantes sem acesso aos conhecimentos necessários à aprendizagem. O educador, segundo Paulo Freire (2007), não pode se colocar como superior, pois existe a possibilidade de os alunos saberem mais que ele sobre certos assuntos; o que lhes falta, muitas vezes, é um saber sistematizado.

A indisciplina fazia com que alguns professores não quisessem atender turmas com esse perfil, mas Eliete colocava-se como desafio mudar a situação dos alunos. Para ela, hoje, a falta de apoio da família é um dos grandes problemas escolares, o que acarreta, na sua visão, não só na retenção como também na evasão escolar.

Para a professora Flávia, o seu maior desafio foi na alfabetização:

Meu maior desafio foi trabalhar na alfabetização. Aí foi desafio mesmo! Porque eu pegava duas turmas de alfabetização, sendo que com uma fazia “assim” e o menino já sabia ler e escrever, e na outra eu usava os mesmos métodos, os mesmos recursos, mas os alunos não aprendiam. Eu não conseguia entender, porque ainda não tinha conhecimento sobre neurodiversidade, sobre necessidades educacionais específicas, não tinha formação para lidar com esses desafios. (Flávia Hiromi Takahashi. Entrevista concedida a Darlene Campos, 2023).

A inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais específicas muitas vezes ficava incompleta, pois para que ocorresse de fato, além da inserção na escola, era necessário metodologia e material didático diferenciados e instrumentos de avaliação justos, que levassem em consideração as possibilidades desses estudantes. Geralmente essas condições não eram atendidas, situação que se estende no nosso tempo.

Outro desafio era a falta de material didático e livros que abordassem educação e alfabetização. As cartilhas eram, muitas vezes, o único suporte. No início da carreira a professora Eliete utilizou a cartilha do ABC. Também produziu várias cartilhas, o que lhe

rendeu a premiação de melhor alfabetizadora do Estado de Rondônia por três anos consecutivos, mas após muitos anos de experiência, resolveu abandonar as cartilhas em prol de abordagens construtivistas. A professora Maria Ruth, por sua vez, alfabetizava pelo método Abelhinha, por meio do qual ela também foi alfabetizada. “Era um método bastante usado nas décadas de 1970 e 1980. Um método fonético, basicamente, de junções de sílabas”.

Outro fator que dificultava o processo de ensino era a falta de tempo para o planejamento pedagógico. Não existia, à época em que Rondônia estava na condição política de Território Federal, carga horária destinada a essa finalidade, e esse problema se estende até os dias de hoje, sendo que atualmente há carga horária para planejamento, mas esta é insuficiente dada a grande quantidade de turmas e disciplinas sob responsabilidade de um mesmo professor. Eliete relembra:

A gente não tinha esse tempo para planejar, para preparar material didático dentro de nosso horário regular de trabalho, então, para planejar, ficávamos de madrugada, com luz de vela ou lamparina, desenhando no papel estêncil, preparando provas, preparando cartão de leitura. Era difícil mesmo, e a maioria dos professores sequer possuía formação em nível de licenciatura. (Eliete Azevedo. Entrevista concedida a Darlene Campos, 2024).

Esse ato de refletir sobre sua atuação profissional, demonstra o comprometimento das professoras com a profissão e com a sociedade, segundo Freire (2007, p. 17), somente os corajosos são comprometidos.

[..] a primeira condição para que um ser pudesse exercer um ato comprometido era a sua capacidade de atuar e refletir. É exatamente esta capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com as finalidades propostas pelo homem, à qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz um ser de práxis.

Além dos desafios de ordem material e pedagógica, havia, ainda, embates entre os migrantes e a população tradicional, que já estava estabelecida, o que afetava o cotidiano escolar. O professor Mauro passou por isso no distrito de Nova Colina.

Por opção minha, eu quis ir para um distrito aqui de Ji-Paraná, que até hoje é distrito. A promessa era de crescimento muito grande. Só que eu cheguei no meio de uma invasão de uma área indígena. Isso é interessante pois a promessa no início daquele distrito, como vários daquela época, era se tornar um município, era crescer junto com o município, com educação. E eu me vi numa situação, como diretor, em que vi a escola em poucos meses virar abrigo para os despejados. Muita revolta, muitos policiais, muita discussão. Foi onde remanejaram ou transferiram esse pessoal. Doaram terra em Machadinho d'Oeste. Até me convidaram para ir na época, mas por causa da malária, das muitas doenças, eu não estive lá. E permaneci ali neste distrito de Nova Colina como diretor, atendendo na época. Eu tinha ali, na minha responsabilidade, cerca de 40 escolas. Nova Colina era um polo. (Mauro de Oliveira Souza. Entrevista concedida a Darlene Campos, 2023)

As escolas urbanas também passaram por um período de muita violência, conforme relato do Presidente da Associação de Professores, Jorge Mario Oliveira, ao jornal Alto

Madeira: “há situações em que os professores não são respeitados pelos alunos e vice-versa, e [...] diretores que preferem entregar os cargos do que ter de enfrentar as agressões dentro das escolas”. (Jornal Alto Madeira, edição 16840A(1), ano 1985).

A presença de gangues afetou a vida profissional e particular da professora Albanita.

Eu fui até perseguida por um grupo de delinquentes na Escola Lauro Bueno, foi um período muito crítico, porque tinha muita gangue, tinha muito grupo de adolescente rebelde, que machucava as pessoas para poder usufruir de tudo. Um grupo de alunos ficou o ano todo fora da sala de aula. Quando foi no mês de novembro, eles queriam voltar. A escola aceitou e eu disse não, não tem possibilidade. Seria incoerência total. Seria uma afronta comigo o aluno passar o ano todinho sem frequentar a escola, a sala de aula, e o aluno se submeter no final do ano às avaliações. Já estavam reprovados por frequência. Mas tudo bem... A escola aceitou, mandou de volta. Os alunos reprovaram, juntamente com o líder da gangue. Fui a única que reteve os alunos. Então você imagina o que sobrou pra mim, né? Aí eles ameaçaram, ligaram para a escola dizendo que eu cuidasse muito. Minha filha era pequena, tinha cinco anos de idade. Eu já estava separada. Fiquei com medo e pedi para mudar de escola. (Albanita Buarque de Souza. Entrevista concedida a Darlene Campos, 2023).

A violência tende a atingir as classes populares, onde desigualdade social leva os jovens a buscarem autoestima e resolução de problemas por meio da violência. A escola não atende seus anseios, pois está posta como lugar não acessível ao capital cultural dos estudantes. E mesmo com o acesso à escola, eles reproduziam a violência do contexto em que estavam inseridos.

O processo de ensino-aprendizagem era afetado, também, pela sobrecarga de trabalho dos docentes, que muitas vezes ministravam disciplinas diferentes das que eram habilitados e atuavam nos diversos níveis de ensino, como relatado pela professora Denise Bastos Pinheiro:

Fui lotada na Escola Plácido de Castro, em Jaru, e fiquei lá 16 anos até vir para cá. No CEEJA, trabalhei de quinta a oitava, e fiquei de 20/06/83 até 31/06/83. Foi pouco tempo, mas foi muito bom. Aí já fui trabalhar no dia 1 de agosto de 83 até 22 de agosto de 96, em sala de aula, na escola Plácido, que era de ensino de primeiro e segundo graus. Na época era magistério de manhã, ensino fundamental de primeira à quarta série a tarde, e a noite era o curso de contabilidade. Eu trabalhava de manhã e de tarde na escola. Trabalhei com a disciplina de técnica agrícola. Nem imaginava o que era. Foi Técnica Agrícola. Matemática, Educação Artística e Biologia. Só fui chegando, já fui pegando. Eram 38, 40 aulas semanais. Na época era isso tudo. E não tinha ainda sindicato que amparava. (Denise Bastos Pinheiro. Entrevista concedida a Darlene Campos, 2023).

Sobre a presença dos sindicatos, Melgar (2021, p. 93), em sua dissertação de mestrado, informou que:

A organização dos servidores da educação no estado, se deu após o fim da ditadura civil-militar, e com a promulgação da Constituição Federal em 05 de outubro de 1988, quando em fevereiro de 1989 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores em educação do estado de Rondônia (SINTERO), e em novembro de 1989 foi fundado o Sindicato dos Servidores Federais do Estado de Rondônia (SINDSEF).

A solenidade de fundação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Rondônia

aconteceu no município de Ouro Preto, em fevereiro de 1989, durante a preparação dos professores para greve geral. O sindicato contava com 17 profissionais, transformando-se no maior do Magistério em Rondônia e o primeiro da Região Norte. (Jornal Alto Madeira, ano 1989, edição 19725(1)).

As políticas de capacitações para a educação no estado eram escassas, não chegavam ao interior, e os professores contratados que entravam pela primeira vez em sala de aula não recebiam nenhuma capacitação.

As capacitações não vinham pra cá pro interior. Era difícil você sair porque tinha uma carga horária para cumprir em sala de aula. Os pedagogos, que não trabalhavam em sala de aula, conseguiam sair, mas nós não. Só se fosse uma capacitação para o interior. Aí dava para poder fazer, mas era difícil. (Denise Bastos Pinheiro. Entrevista concedida a Darlene Campos, 2023).

Mesmo com todos os problemas estruturais, de pessoal e financeiros, o Governador Jorge Teixeira era uma figura política vista pelos professores de forma positiva, em razão das ações desenvolvidas.

Em sua campanha eleitoral de outubro de 1982, o jornal PDS (Partido Democrático Social) de Rondônia, editado pelo comitê de campanha, com o título “Nosso Teixeirão”, faz menções ao estilo e personalidade do governador. “Um dos traços marcantes na personalidade do governador Jorge Teixeira é a franqueza. Ele fala exatamente o que pensa, e cumpre rigorosamente tudo o que fala”. O texto destaca várias falas do político em sua campanha: “Se a gente fosse fazer festa em cada escola que inaugura em Rondônia, quase não se teria tempo para trabalhar. Agora mesmo estamos em vias de inaugurar nada menos de 30, só no Colorado d’Oeste”. (Jornal do PDS Rondônia, 1 a 15 de outubro de 1982, ano 1 - nº 1, p. 2).

Professor Ruzel destacou como foi importante a continuação do governo Jorge Teixeira:

Quando cheguei a Porto Velho, já era estado da federação, mas um exemplo, foi a continuação do Governo de Jorge Teixeira, que foi o último governador do Território Federal e o primeiro do estado de Rondônia, que sem dúvida foi o mais atuante governador que Rondônia já teve. Outra marca deixada foi a pavimentação da BR 364 em 1984, que trouxe um grande fluxo migratório de todas as Regiões, mas principalmente sulistas. (Ruzel Oliveira Costa. Entrevista concedida a Darlene Campos, 2023).

A Professora Denise lembrou a questão salarial e as obras inauguradas pelo governador: “Quando cheguei aqui já era estado de Rondônia, ganhava bem e era o Jorge Teixeira. Ele descia aqui de helicóptero para inaugurar escola, postinho de saúde...”.

Já na edição Nº 2 do Jornal PDS Rondônia, a campanha fez uma chamada para as matrículas nas escolas do governo, que ainda iriam ocorrer em janeiro do próximo ano, tanto nas rurais quanto nas urbanas. Afirmavam que não havia necessidade de correria pois existia

vaga para todos, mas que era preciso seguir os prazos. E que em fevereiro as aulas iriam iniciar, com novas escolas nas zonas rurais, onde os “tapiris” (tipo de palhoça) estavam sendo substituídos por prédios com melhores condições para alunos e professores.

Figura 2: Escola União de Tarilândia no formato de tapiri (1986).



Fonte: portalp1.com.br/momento-nossa-historia-pedro-vieira-de-melo-em-jaru-ro/

A edição da campanha apresentou, também, os números de matrículas de alunos e escolas:

Parece mentira, mas é a mais pura verdade. Quando o governo Jorge Teixeira, chegou ao antigo território, hoje estado de Rondônia, as escolas do governo tinham 96.889 alunos. Hoje têm 226 mil. [...] De 1979 pra cá o governo criou 136 mil novas vagas para que os filhos dos colonos pudessem aprender a ler e a escrever. [...] foram construídas 617 escolas novas e mais 789 para substituir aquelas antigas, de tapiri, construídas pelos próprios colonos, na medida que iam chegando a Rondônia. (Jornal do PDS Rondônia, 16 a 30 de outubro de 1982, ano 1 - nº 2, p. 3).

Embora inegáveis os investimentos feitos pelo então governador Coronel Jorge Teixeira na área da educação, é preciso considerar que os textos que anunciam esses investimentos estão contidos em um jornal partidário e foram publicados em período eleitoral, visando à reeleição do carismático líder.

No encerramento do ano letivo de 1983, o Periódico “Educação”, da Secretaria Estadual de Educação, informou sobre os atendimentos desenvolvidos pela pasta por meio do Departamento de Apoio Educacional e suas Divisões.

[...] este Departamento proporcionou suplementação da educação alimentar aos escolares de Rondônia, apoiou direta ou indiretamente o aluno carente, oferecendo-lhe suporte para melhoria do desempenho e aproveitamento escolar. Além disso, projetou, controlou e manteve as instalações dos prédios escolares, visou a elevação do nível de saúde e do rendimento escolar, melhorando assim o índice de evasão. [...] Eis em resumo o que o secretário Álvaro Lustosa, propiciou para que se incentivasse e desenvolvesse o nosso ensino que tem como meta principal o aluno. (O Periódico Educação, 1983, ano 1, nº 005, p. 2).

É pertinente notar, nessas matérias jornalísticas, como a figura desses indivíduos, ocupantes de cargos públicos, foi destacada, caracterizando as ações – que são políticas públicas e se referem a direitos sociais, como feitos individuais.

Embora tenha sido ampliado o número de escolas e vagas, muitos dos antigos problemas ainda persistiam. A falta de livros nas escolas rurais do Estado, após o fim do mandato do governador Jorge Teixeira, em 1985, foi denunciada por um professor ao jornal “O Estadão de Rondônia”. O autor da denúncia afirmou que a ingerência da Seduc na gestão anterior foi responsável pela não impressão dos livros, prejudicando mais de sessenta mil alunos, e destacou outros problemas enfrentados pelo programa Pró-Rural¹ como: falta de professores, material de expediente e transportes. Sobre o perfil do programa Pró-Rural, o professor fez sugestão de discussão e crítica à forma de condução.

[...] poderia ser objeto de discussão entre professores, a comunidade rural e os responsáveis pela educação, tendo em vista a elaboração de uma proposta educacional feita em cima da realidade do homem do campo, com o objetivo de se evitar o continuísmo antidemocrático de se impor sistemas alienígenas às comunidades rurais. (O Estadão de Rondônia, 28 de maio de 1985, Ano V, p. 4).

Entendemos que mesmo com os esforços da gestão, apresentados nos discursos políticos, as melhorias não alcançavam a todos, e entendemos, também, que o fluxo migratório exigia constantes aberturas e construções de escolas, contratação de professores, envio de materiais, o que não acontecia a contento, principalmente no interior.

Para melhorar o atendimento educacional, houve um período em que foi instituído o horário intermediário nas escolas, na tentativa de atender a todos os alunos. A professora Denise presenciou essa experiência:

Não sei se você lembra que no Estado tinha horário intermediário. Então era assim: das 06h45 às 10h45, das 10h45 às 13h45, de 13h45 até às 18h e no período da noite, que era profissionalizante. No ensino médio nós tivemos isso porque não cabia tanto aluno na época. Eram quatro períodos na escola e cada período era para alunos diferentes. Tinham dias que eu não ia em casa almoçar, comia lá na escola mesmo. Então até no horário de almoço os alunos do intermediário chegavam. (Denise Bastos Pinheiro. Entrevista concedida a Darlene Campos, 2023).

Buscando atender a demanda de alunos do 1^a grau, o governo criou o Instituto de Educação de Porto Velho, através do Decreto nº 2536, de 28 de Novembro de 1984 (mesmo não citando por escrito na matéria que seria no prédio já existente da escola Carmela Dutra, a foto que estampa a matéria publicada no Periódico Educação deixa evidente) e estava estruturando os Institutos de Vilhena e Guajará-Mirim. A matéria segue falando da filosofia

¹ O programa foi implantado pelo Decreto nº 853, de 08/02/1983, destinado à formação do aluno da zona rural, de 1^a a 8^a série, e perdurou até 1987. Um dos objetivos era a elaboração de cartilhas. Fonte: <http://ditel.casacivil.ro.gov.br/cotel/Livros/Files/D853.pdf>

que regeria o curso de formação de professores, que todos (professores, alunos, pais e comunidade em geral) deveriam estar engajados “para melhor atendermos a qualidade e quantidade do ensino, pois rentabilizar é antes de tudo mudar o modo de trabalhar, de agir e de pensar em função da nossa escola”. (O Periódico Educação, 1984, ano 2, nº 007, p. 1). Rentabilizar, ampliar o proveito seria feito por meio de qualificação profissional, como esta, por si só fosse suficiente para superar o quadro complexo do Estado em formação.

3.1 Política para a Educação Profissional e Tecnológica

Os professores entrevistados nesta pesquisa vivenciaram as várias mudanças ocorridas na educação, Mauro e Ruzel citaram a finalização da oferta de ensino profissionalizante no ensino médio, como magistério, contabilidade e outros. Para o professor Mauro Oliveira, “jamais poderiam ter deixado acontecer essa mudança”. Professor Ruzel também fez uma comparação com o ensino médio atual:

Na época em que tinha cursos profissionalizantes, no antigo Segundo Grau, o aluno já saía como um curso técnico, como por exemplo, Contabilidade, Magistério, Administração, Informática. Atualmente, o discente conclui o Ensino Médio, sem formação e com o objetivo de realizar o Enem. Até hoje, encontro ex-alunos que ainda estão na profissão, com escritório de contabilidade, professores que seguiram a carreira no magistério, logicamente que continuaram os estudos chegando ao Curso Superior (Ruzel Oliveira Costa. Entrevista concedida a Darlene Campos, 2023).

O ensino médio profissionalizante ofertado na rede pública de ensino foi radicalmente modificado após a publicação da LDB (Brasil, 1996) e do Decreto n.º 2.208/1997 (Brasil, 1997a), que estabeleceu a separação entre o ensino profissional (técnico) e o ensino propedêutico. Isso ocorreu em um processo de reestruturação do Estado e da economia, sob o viés neoliberal, o qual colocou em prática uma agenda de desenvolvimento determinada por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Um dos preceitos sustentadores das reformas foi desvincular o ensino médio do técnico, sob a alegação de que se tratavam de cursos caros e elitizados, especialmente os oferecidos pela Rede Federal de educação.

A história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil tem se revelado cheia de percalços, avanços e recuos, e a reforma da década de 1990 não foi a única que alterou seu funcionamento. É pertinente recordar, a título de contextualização, que as décadas de 1950 e 1960 no Brasil, foram fortemente marcadas pela ideologia desenvolvimentista, que trazia em sua esteira ideais de modernização e progresso econômico, aos quais se vinculavam a necessidade de desenvolvimento técnico e de formação de mão de obra apta a atender às

demandas dos setores produtivos.

Aquelas décadas foram de avanço na industrialização, por meio da substituição de importações, ampliação da produção de mercadorias e modernização dos meios de circulação. A Educação Profissional ocupou espaço relevante no debate público acerca da Educação na década de 1950 e início da seguinte, sendo que a lei 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) instituiu a plena equivalência entre os cursos profissionais e propedêuticos para fins de prosseguimento nos estudos.

Com o golpe civil-militar de 1964, uma nova configuração econômica foi dada ao Brasil, por meio de elevação da dívida pública e de elevado custo social (arrocho salarial, estado de exceção e depreciação das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora). Esse custo social, contudo, era camuflado por mecanismos eficientes de propaganda e de repressão, e a imagem que se passava era a de que o Brasil vivia um “milagre econômico” com altas taxas de crescimento do PIB. Para ampliar ainda mais a produção de mercadorias, era premente a necessidade de ampliação e qualificação da força de trabalho. Nesse sentido, a formação de técnicos passou a ser considerada urgente pelo Estado brasileiro, e esse entendimento resultou em uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação: a Lei N. 5.692/1971, “que tornou obrigatório em todo currículo do (então) segundo grau, o ensino técnico-profissional, formando grandes contingentes de trabalhadores qualificados que garantiam a manutenção dos baixos salários” (Cichaczewski; Castro, 2020, p. 32). Assim, quando pensamos na Educação no Território Federal de Rondônia, precisamos ter em mente que o ensino primário tinha caráter propedêutico e que o ensino de segundo-grau era eminentemente técnico, com ênfase na formação de técnicos agrícolas, técnicos comerciais e técnicos contábeis. Já quando Rondônia se efetivou como Estado (a partir de 4 de janeiro de 1982), uma mudança na legislação (a Lei N. 7.044/1982) incluiu a preparação para o trabalho como elemento obrigatório para a formação tanto em nível de primeiro grau como de segundo grau. Tratava-se, contudo, de uma formação em linhas gerais e introdutória, sem a obrigatoriedade de terminalidade profissionalizante. Isso porque o artigo 2º da referida Lei colocou como condicional a habilitação profissional, deixando a critério da instituição de ensino promovê-la ou não.

As discussões sobre a referida Lei foram destacadas no Jornal “O Periódico Educação” (1984, nº 012, p. 3) com o título “Educação e preparação para o trabalho”, que expôs o objetivo do Encontro Nacional sobre Preparação para o Trabalho, que ocorreu em Brasília. Para os representantes dos Estados, inclusive de Rondônia, “não existe educação que não vise preparar alguém para o exercício futuro de alguma profissão em alguma forma de trabalho”.

A respeito da Lei N. 5.692/1971 é importante fazer constar que, ao passo em que instituiu a profissionalização compulsória, transformando o ensino de segundo grau em técnico-profissional, “para ajustar o sistema educacional às exigências do desenvolvimento econômico, social e cultural” (Rebello, 2008, p.16), o fez de modo subserviente e comprometido com as necessidades do mercado, e não com as necessidades de formação humana, e ademais, o fez sem a garantia dos recursos materiais e humanos necessários a efetivar esse processo com a qualidade desejada. Segundo Oliveira (2009), os cursos profissionalizantes não tiveram investimentos apropriados e deixaram de pertencer, exclusivamente a instituições específicas de educação profissional, tornando-se também responsabilidade dos sistemas de ensino estadual, que já estavam sofrendo uma deterioração em virtude do acelerado crescimento quantitativo do primeiro grau e de empresas privadas (Winckler; Santagada, 2012). Segundo os autores, essa expansão, sem o investimento e planejamento necessários, diminuiu a qualidade do conteúdo propedêutico e técnico dos cursos secundários, embora a propaganda a respeito deles fosse positiva e os apresentasse como apanágio para o emprego e a qualificação profissional.

Com a crise do petróleo, o aumento do desemprego e as crescentes denúncias acerca da violação de direitos humanos pelo Estado brasileiro no contexto da ditadura civil-militar, o regime militar foi progressivamente se deteriorando e a democracia ganhando espaço. Nesse contexto, houve a revogação da obrigatoriedade do ensino profissional em 1982, por meio da Lei N. 7.044/1982, que reestabeleceu a modalidade da educação geral. A referida lei manteve a equivalência do ensino profissional e do ensino propedêutico para fins de ingresso no ensino superior, contudo manteve a dualidade histórica, com educação propedêutica para as elites e educação profissionalizante para os trabalhadores.

Embora a década de 1980 tenha sido a do resgate da democracia no Brasil, ela ficou conhecida como “a década perdida”, expressão que aponta para o baixo êxito econômico, decorrente do descontrole da inflação, da estagnação econômica e das dinâmicas do capital no contexto internacional, em face da Guerra Fria.

Para Winckler e Santagada (2012), contudo, o uso da expressão “década perdida” é limitador, e mais do que hiato de um tempo perdido, ela deveria ser compreendida como um momento de passagem, marcado por certa indefinição. Um período de transformação do padrão de desenvolvimento na periferia capitalista, marcado pela crise financeira, pelas políticas públicas erráticas, disputas acirradas por recursos cada vez mais escassos e pelo processo de redemocratização. Esse período marcaria a transição entre o fim do ciclo desenvolvimentista e o início da era de flexibilização, em face de um quadro internacional que

remodelou a função do Estado diante da transnacionalização financeira e produtiva, tornando-o agente do neoliberalismo.

Se nos anos 1970 ainda há resquícios dos ideais populistas e desenvolvimentistas dos períodos anteriores, na década de 1980 a pressão dos organismos neoliberais, sob o signo do Consenso de Washington começam a se impor de maneira contundente, e na década de 1990, a índole neoliberal e os ajustes impostos pelos organismos internacionais sobre a educação brasileira se tornaram ainda mais evidentes. Desse modo, no que se refere à ação do Estado em relação à EPT na década de 1980, sobleva-se a cariz populista, o que pode ser percebido com a expansão da rede federal de ensino por todo o território nacional, por meio do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), iniciado em 1986 (Ramos, 2014).

Com o PROTEC houve a implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED), as quais eram vinculadas a uma escola-mãe (escola técnica, agrotécnica ou CEFET). Cabe notar que o programa foi desenvolvido com recursos proveniente de empréstimo junto ao Banco Mundial e tinha como objetivo implantar 200 novas escolas técnicas industriais e agrotécnicas de 1º e 2º graus, justificado por dados estatísticos que apontavam para a precariedade do atendimento nesse nível de ensino. De acordo com Ramos (2014), ao final da década de 1980, o processo de redemocratização das relações institucionais, somado às mudanças no mundo do trabalho no cenário nacional e internacional, começou a pautar na sociedade e no interior das instituições o debate sobre uma formação para o trabalho de novo tipo, que incorporasse as dimensões do compromisso com a cidadania e de uma formação politécnica.

Para Novais (2014, p. 17), na década de 1980,

[...] o país e o mundo estavam em crise, o modelo de ensino instituído já não se sustenta, e junto a isso várias mudanças na automação, na natureza do trabalho, na problemática do emprego, na informática, engenharia genética, biotecnologia e outras que favoreceram discussões sobre a formação profissional em vários debates promovidos por diversas instâncias no país, como Ministérios, Universidades, Entidades patronais, dentre as quais destacamos o MEC e o Ministério do Trabalho, SERPLAN, USP, PUCs, CENAFOR, SENAC, SENAI entre outras. Os principais assuntos giravam em torno da necessidade de conciliar as necessidades técnicas com valores, aspirações, potencial da clientela, absorção da mão de obra entre outros.

Desse modo, via-se ganhar espaço uma concepção de formação profissional que recuperava elementos da filosofia marxista, como os de escola unitária, formação omnilateral e análise dialética dos processos sociais (Frigotto, 2006).

As disputas em torno dessas questões ganharam corpo em projetos distintos, que visavam estabelecer uma nova de lei de diretrizes e bases para a Educação Nacional, a qual só viria a público em 1996, com a vitória do projeto de matriz neoliberal (Brasil, 1996).

3.2 A Transposição e um Novo Ambiente de Trabalho

O processo de transposição dos servidores teve início com a Emenda Constitucional 60/2009 que previa a transposição dos contratados até 1991:

Art. 89. Os integrantes da carreira policial militar e os servidores municipais do ex-Território Federal de Rondônia que, comprovadamente, se encontravam no exercício regular de suas funções prestando serviço àquele ex-Território na data em que foi transformado em Estado, bem como os servidores e os policiais militares alcançados pelo disposto no art. 36 da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, e aqueles admitidos regularmente nos quadros do Estado de Rondônia até a data de posse do primeiro Governador eleito, em 15 de março de 1987, constituirão, mediante opção, quadro em extinção da administração federal, assegurados os direitos e as vantagens a eles inerentes, vedado o pagamento, a qualquer título, de diferenças remuneratórias. (DOU - seção 1, 2009, p. 8).

Foi vetado o trecho sobre os servidores alcançados pelo art. 36 e o que se refere aos admitidos até a data da posse do primeiro Governador eleito. E até agora muitos servidores estão aguardando serem incluídos na transposição, principalmente aqueles servidores do ex-território que foram demitidos em 2000.

Para alguns servidores, a transposição causou angústia pela demora e por problemas com a documentação, como relata a professora Marisa: “Foram tantos documentos que enviamos para transposição, comprovação do tempo de escola... Teve uma declaração que dizia que eu estava só com 20 horas semanais de trabalho, na época voltei para arrumar. De vez em quando aparece uma novidade”. Mas para a professora Maria Ruth foi mais tranquilo: “A transposição, para muitos, foi um caminho de muitas idas e vindas, muitas incertezas e percalços, mas para mim não”.

Os professores transpostos e que hoje fazem parte do quadro de servidores do IFRO, demonstraram como se sentem no novo ambiente de trabalho. Uns estão em sala de aula e outros estão em atividades de apoio pedagógico ou administrativas. A Professora Denise explicou que na hora de optar pelo órgão onde iria ser lotada, escolheu o IFRO para continuar na área da educação, e complementou: “aqui é escola”, sugerindo ser um ambiente já conhecido e que lhe deixaria mais segura para dar continuidade a seus trabalhos.

Um dos principais pontos da transposição é a melhoria salarial, com os benefícios da

carreira EBTT e o RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) – elementos que se mostraram atrativos aos servidores que passaram pela transposição. Além desses benefícios, a oportunidade de trabalhar em uma instituição educacional com excelente estrutura foi decisiva para esses servidores escolherem o IFRO como instituição de trabalho. Seguem relatos dos professores:

Cheguei ao Instituto em 2019, passei para o quadro federal em 2017, e logo após seis meses houve toda aquela situação de pandemia. Uma realidade que nós vivemos, aprendemos a trabalhar um pouco na EAD. Uma coisa assim, inusitada. E graças a estrutura maravilhosa e o apoio que tivemos, conseguimos desenvolver um bom trabalho.[...] E nessa pandemia, por ser a área de matemática, hoje eu utilizo muito o EAD com meus alunos, aproveitando boa parte e renovando meu material. Eu tive lições, durante a pandemia, realizadas por meio de live e do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) que tiveram mais de 20 mil acessos. Fiquei surpreso quando a coordenadora de EAD me chamou e me mostrou alcance das minhas aulas. É uma alegria aprender e saber que alguém se identificou com aquilo, com minha proposta de trabalho, e que o processo de ensino-aprendizado está ocorrendo. Esse acho que foi um dos maiores aprendizados na minha vida. (Mauro de Oliveira Souza. Entrevista concedida a Darlene Campos, 2023).

Como se percebe, o professor Mauro, assim como outros que já estão em tempo de se aposentar, vivenciam ou vivenciaram no IFRO novas e positivas experiências, que os motivam a permanecer no trabalho docente, contribuindo com a sociedade e também aprendendo de forma continuada.

No estado faltava material, isso era de praxe, o professor tinha que comprar tudo. Aqui no IFRO não, aqui parece que tem tudo, na realidade, mas o que vejo, por exemplo: estragou o mouse, já tem alguém para resolver que vai lá arrumar ou trocar na hora. É tudo imediato. Assistência é o tempo todo. Já no estado não, tem coisa que você tem que se virar. Faltava papel às vezes para fazer um trabalho, o professor tem que se desdobrar e resolver. Então havia muita dificuldade devido à falta de materiais, de recursos, de infraestrutura adequada. Às vezes fico pensando nesses desafios que enfrentamos nos primeiros anos do Estado de Rondônia, e penso que até os desafios e sofrimentos são também motivo de aprendizagem. (Marisa dos Santos. Entrevista concedida a Darlene Campos, 2023).

Aqui no IFRO a realidade é diferente. Os alunos têm laboratórios, professores qualificados, que são concursados, os que não são concursados, são selecionados por uma banca, então é outro nível. Ah, eu estou gostando muito daqui! Eu acho que para mim é um prêmio quase no meu final da minha carreira. (Roseneide Ferreira do Carmo. Entrevista concedida a Darlene Campos, 2023).

Gosto muito do IFRO porque tem uma estrutura totalmente diferente da estrutura das escolas estaduais. Muito bem organizado, muito bem estruturado. Você tem todo o apoio, tanto apoio pedagógico como psicológico. Tem um acompanhamento, tudo o que pedimos, nos ajudam, não tenho problema. E a escola está toda informatizada. Na questão de informática, eu tenho muita dificuldade, estou com 66 anos, mas o grupo de profissionais atuante sempre está ajudando para que eu possa desenvolver meus trabalhos. (Albanita Buarque de Souza. Entrevista concedida a Darlene Campos, 2023).

A carreira docente sempre foi desafiadora, mas para esses professores que iniciaram suas carreiras na implantação do Estado foram maiores ainda. Isso se refletiu nas entrevistas,

pois quando chegaram ao IFRO, que apresenta uma melhor estrutura, qualidade de ensino, onde vários projetos acontecem, com materiais disponíveis, se sentiram gratos por estarem encerrando a carreira na Instituição Federal. Mas isso em nada diminui os esforços dos professores durante tantos anos na educação estadual, mesmo para aqueles que sofreram angústias pela insegurança gerada em torno da permanência como servidores no ano de 2000, quando ocorreu a demissão, através do Decreto Nº 8955, de 17 de janeiro de 2000, de funcionários que não haviam passado por concurso público.

Em 2000 eu fui demitida. Foi um sofrimento, num abrir e piscar de olhos, porque eu trabalhava na Seduc e todos nós que não tínhamos concurso entramos num mapa, no rol dos demitidos, mas como os chefes, os “caciques” da Seduc estavam na lista, todos com nível superior, então, fizeram um arranjo, até porque ficariam sem professores para atender a demanda. A demissão saiu no edital à noite, no dia seguinte nós voltamos, porque a gente tinha o nível superior. Meu nome entrou e saiu na lista da demissão.

Depois disso, não sei o que aconteceu, apareceu um edital, nós participamos daquele edital, que solidificou, confirmou para a gente permanecer. Logo em seguida veio o processo federal, que beneficiou os contratados, no meu caso, de 85. (Roseneide Ferreira do Carmo. Entrevista concedida a Darlene Campos, 2023).

Sobre o edital de um concurso público interno em 1988 e as demissões em 2000, o professor Mauro relatou o seguinte:

Em 88 houve a necessidade de fazermos um concurso interno, porque também não tinha concorrentes e muito pouco gente de fora. Ninguém queria vir para Rondônia. [...] chegamos a fazer um concurso interno para mudança de regime. Então houve sim um concurso. Não foi um concurso aberto, concurso público, era uma necessidade do Estado para regularizar a situação do servidor público, principalmente da educação. E ali nós pudemos optar pelo cargo que estávamos desempenhando oficialmente com a apresentação do documento. Só que também houve muitos profissionais e ou professores ou pessoas da época que não quiseram participar, não se inscreveram por falta de informação. Alguns diziam: não vou fazer isso porque eu já tenho direito a isso, aquilo outro. Isso é só pra enganar. Eu falei: olha, vamos fazer. Então eu fiz e muitos colegas fizeram. [...] Então quem não fez, não participou daquilo ali, não estava inscrito, independente de ter tirado uma classificação alta ou baixa, ele não tendo aquele carimbo, ele foi demitido. [...] vários colegas e conhecidos, pessoas conhecidas, chegaram a perder a vida por tristeza, por desgosto, desencadearam doenças e não conseguiram superar isso. E outros não sabiam o que fazer da sua vida. Estacionaram, paralisaram profissionalmente e não foram adiante. (Mauro de Oliveira Souza. Entrevista concedida a Darlene Campos, 2023).

Não há como mensurar o sofrimento desses servidores que se dedicaram ao trabalho e contribuíram para o crescimento do Estado desde o início da sua criação, e da noite para o dia se viram desempregados, desamparados e sem esperança. Para a professora Maria Ruth “o sentimento foi de muita tristeza, porque em plenas férias você dorme empregada e acorda desempregada, e a primeira coisa que você pensa é como vai pagar as contas, como vai manter a casa, como vai manter a família”.

Por meio das entrevistas realizadas tivemos acesso a informações que contribuem

para a compreensão dos desafios da Educação pública em Rondônia e que dimensionam, de forma vívida a trajetória profissional de educadoras e educadores que muito contribuíram (e contribuem) para a formação de cidadãos e trabalhadores empenhados na construção de uma sociedade melhor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da educação em Rondônia é ainda uma história a ser escrita, visto que até o momento não existe obra do gênero que consolide as diversas experiências pedagógicas formalmente desenvolvidas nesta unidade da federação. Contribui para essa lacuna historiográfica a dificuldade de acesso às fontes, às quais se encontram dispersas entre acervos pessoais e institucionais, quase sempre de difícil acesso devido à falta de catalogação e tratamento arquivístico.

Esta dissertação buscou contribuir, ainda que de forma parcelar, com o registro e a compreensão dessa história, especialmente no que se refere ao seu desenvolvimento nas décadas de 1970 e 1980 – período de transição de Território Federal para Estado, de expansão da fronteira agrícola e redemocratização nacional. Essa contribuição foi realizada por meio das entrevistas realizadas, das análises aqui apresentadas, e do repositório digital disponibilizado (<http://repositorioetp.portovelhocalama.ifro.edu.br/>). Nesse processo, nos detivemos sobre os variados desafios do fazer educação em Rondônia nas décadas de 1970 e 1980, evidenciando que muitos desses desafios persistiram, mesmo com a mudança na forma política de Território Federal para Estado. Ou seja, os novos aparatos institucionais não foram suficientes para o conjunto de desafios enfrentados pelos docentes, e problemas como falta de materiais didático-pedagógicos, atraso no fornecimento da merenda escolar, infraestrutura física ruim, dificuldades de acesso a cursos de formação continuada, indisciplina dos estudantes permaneceram e, em certa medida, ainda permanecem como desafios a serem superados em Rondônia. Percebemos, com base na documentação analisada, que os desafios de ordem material se inter cruzavam com os de ordem pedagógica, dialeticamente.

Percebemos que a realidade de cada professor difere pelo município e pela escola em que se encontrava lotado. Escolas periféricas e do interior recebiam menos atenção do Estado. Já as escolas da Capital e os Institutos de Educação eram mais bem atendidos com pessoal, materiais didáticos e recursos em geral. Desse modo, a trajetória profissional desenvolvida pelos educadores (as) entrevistados (as) é singular, e por meio da práxis profissional foram

construindo suas identidades e profissões.

A abertura à aprendizagem, o esforço individual, o trabalho coletivo, e o compromisso com a educação são marcas perceptíveis na trajetória desses profissionais. Suas narrativas expressam os sonhos e as lutas de toda uma geração de professores que recentemente, teve a oportunidade de ingressar no quadro do serviço público federal, onde novos desafios se apresentaram, e onde se sentiram, também, acolhidos e estimulados a continuar contribuindo com a formação humana. Os professores e professoras que escolheram o IF como destino final de suas carreiras, encontraram uma realidade bem distinta dos tempos em que iniciaram sua vida profissional. Vale ressaltar que para que a Educação Profissional e Tecnológica chegasse ao modelo de hoje, foram muitas disputas, pois ela se apresentava fragmentada e sem compromisso com a formação integral.

As memórias dos professores do ex-território ofereceram uma importante contribuição para refletirmos sobre a história da educação em Rondônia e da Educação Profissional e Tecnológica. As entrevistas, carregadas de emoções, expressam formas de dizer, escolhas narrativas, avaliações, comparações entre passado e presente, problematizando-os a partir da memória. A documentação oficial analisada também foi de grande serventia para entendermos as diretrizes oficiais que se impuseram sobre a organização dos espaços pedagógicos, contudo, são mais objetivas e “frias”, e não se pronunciam acerca da diversidade de contextos de situações vivenciadas no cotidiano profissional dos professores e professoras entrevistados.

Em face do rico material empírico que conseguimos produzir com essa pesquisa, e dos limites de espaço neste trabalho, optamos por não discutir as dissertações e teses que abordaram aspectos específicos da educação pública em Rondônia, mas esse é um material valioso e que precisa ser analisado de forma mais detida. Recomenda-se aos pesquisadores que desejarem enveredar por esse caminho de pesquisa, que apreciem as produções de Máximo (2021), Melgar (2021) e Pereira (2008), que trouxeram relevantes apontamentos sobre a Educação em Rondônia.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

BARROS, J. A.; NUNES, M. J. O.; SILVA, A. L. Memórias de professoras na Região Amazônica: trabalhos e modos de ensinar em escolas rurais no terceiro quartel do século XX. *Cadernos de história da Educação*, v. 23, 2023, p. 1-23. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/67567> Acesso em 04 nov. 2024.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Trad. Reynaldo Bairão. 7º ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. República Federativa. **Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997**. Brasília: Presidência da República, 1997.

BRASIL. República Federativa. **Emenda Constitucional n.º 60, de 11 de Novembro de 2009**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc60.htm Acesso em 8 nov. 2024.

BRASIL, República Federativa. **Lei Nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 9 mar. 2023.

BRASIL, República Federativa. **Lei N. 5.692, de 11 de Agosto de 1971**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 9 mar. 2023.

BRASIL, República Federativa. **Lei N. 7.044, de 18 de Outubro de 1982**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 9 mar. 2023.

BRASIL, República Federativa. **Lei N. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 9 mar. 2023.

CALDAS, Alberto Lins. **Cápsula narrativa em história oral**. *Oralidades: revista de história oral*. Ano-3, n.º 6 – Dez/2009, p. 49 -76.

CALIMAN, D. W. A última fronteira do capitalismo: degradação e saque da Amazônia. **Amazônica** - Revista de Antropologia, v. 14, n. 1, 2022, p. 189-198. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/10170>. Acesso em: 04 nov. 2024.

CICHACZEWSKI, J. C.; CASTRO, C. A. A Educação Profissional no Brasil: Relações entre o Capital, o Estado e a Política Pública. **Metodologia e Aprendizado**, vol. 1, 2020, p. 30-42.

CERTEAU, M. D. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, M. D. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1982.

FEBVRE, Lucien. **Combate pela História**. Lisboa: Presença, 1985.

FREIRE, P. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 30ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FRIGOTTO, G.. Anos 1980 e 1990: a relação entre o estrutural e o conjuntural e as políticas de educação tecnológica e profissional. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília, INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 25-54.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HARVEY, D. In what ways is 'The New Imperialism' really new?. **Historical Materialism**, 15(3), 57-70. Disponível em: https://brill.com/view/journals/hima/15/3/article-p57_4.xml

HENNESSY, A. **The frontier in Latin American history**. London: Edward Arnold, 1978.

HILÁRIO, R. A. **A Escola de Linha em Rondônia: a pedagogia da diversidade e acolhimento discente no interior da Floresta Amazônica**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013.

HOLANDA, S. B. de. **O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1985. v.11.

JULIA, Dominique. “A cultura escolar como objeto histórico”. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990 (Coleção Repertórios).

LE GOFF, J. **História** – Volume I. Lisboa: Edições 70, 2000a.

LE GOFF, J. **Memória** – Volume II. Lisboa: Edições 70, 2000b.

LIBÂNIO, José Carlos. O Campo Teórico-Investigativo da Pedagogia, a Pós-Graduação em Educação e a Pesquisa Pedagógica. **Educativa**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 109-121, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/662/514>

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2019.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. História Oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, 2 (1), 2011, p. 95-108.

MÁXIMO, M. A. **História da educação escolar em Rondônia nos tempos do Território Federal**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2021.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MELGAR, G. G. Z. **O ensino de história em Cacoal-RO: memórias e relatos de professores dos tempos da colonização (1972-2010)**. Dissertação (Mestrado), Universidade do Estado de Mato Grosso: Cáceres, 2021.

MOSER, L.; M. **Formação de capital social e o ideário do Desenvolvimento Sustentável no mundo rural rondoniense: a organização dos Sistemas Alternativos de Produção dos Produtores de Ouro Preto D'Oeste – RO.** Tese (Doutorado em Ciências). 162 fls. Universidade Federal do Pará: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém: 2016.

NORA, P. Entre História e Memória: a problemática dos lugares. Trad. Yara Khoury. *Projeto História*, 10, 1993, 7-28.

NOVAIS, L. F. **Educação Profissional: uma análise sobre a Evasão e a permanência no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Rondônia – Câmpus Colorado Do Oeste.** Dissertação (Mestrado em Ciências – Educação Agrícola), 141 fls. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Agronomia. Seropédica: 2014.

OLIVEIRA, R. A possibilidade da escola unitária na sociedade capitalista. **Cadernos de Educação.** Fae/PPGE/UFPEl. Pelotas (32) p. 141-160. 2009.

PEREIRA, R. M. C. **O Viver e o fazer da geografia: história de vida acadêmica com professores.** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Rondônia: Porto Velho, 2008.

POSEY, D. A. Time, space, and the interface of divergent cultures: the Kayapó indians of the Amazon face the future. **Revista de Antropologia**, São Paulo, volume 25, 1982, p. 89-104.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ed. Ática, 1993.

RAMOS, Marise. **História e política da educação profissional.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

REBELLO, C. E. **Fatores de evasão nos cursos subsequentes noturnos do Colégio Agrícola de Camboriú/SC: um estudo de caso.** 2008, 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2008.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RÜSEN, J. **Reconstrução do Passado – Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica.** Trad. Asta-Rose Alcaide e Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, J. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência.** Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SILVA, R. C. **Matriz disciplinar de Jörn Rüsen: Uma reflexão sobre os princípios do conhecimento histórico.** *Outros tempos*, Volume 8, número 11,- Dossiê História e Literatura, 2011, p.15-40.

SOUZA, V. A. **Rondônia, uma memória em disputa.** 2011. 185 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103127>.

THÉRY, H. **Rondônia: mutações de um Território federal na Amazônia federal.** SK Editora,

Curitiba, 2012.

VAINFAS, R. **Micro-história**. Os Protagonistas Anônimos da História. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

WINCKLER, Carlos Roberto; SANTAGADA, Salvatore. A educação profissional técnica de nível médio no Brasil: transição para um novo modelo? **Revista Indicadores econômicos FEE**. Porto Alegre. v.39, n. 3. p. 97-110. 2012. Disp. Em <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/2631/3062>. acesso em: 10 de mar. 2024

APÊNDICE 1 - Histórias de vida

Professora Denise Bastos Pinheiro

Sou do estado do Rio de Janeiro, do interior do Rio de Janeiro: minha cidade natal é Itaperuna, e fica a 360 km do Rio. Lá tinha uma faculdade de Ciências e Matemática. Durante o tempo em que cursava a faculdade, trabalhava durante o dia, em escritório de contabilidade, e à noite ia para a faculdade. Trabalhei muitos anos em escritório de contabilidade.

Mas a minha trajetória profissional na Educação, iniciei após cursar o Ensino Superior, na Faculdade de Ciências e Matemática de Itaperuna. Habilitei-me a ensinar Ciências de quinta a oitava série, e Matemática, no ensino de primeiro e segundo graus. Terminei a faculdade em 1981, fiz concurso lá no Rio, e enquanto esperava ser chamada, continuei trabalhando com contabilidade.

Em 1983 fui à faculdade para pegar o meu diploma e histórico acadêmico, a diretora me viu na secretaria e perguntou: “Denise, você está trabalhando na educação?” Eu respondi: “Olha, eu fiz concurso de ciências de 5º a 8º, mas estou esperando ser chamada”. Nunca fui chamada, fiquei em 17º lugar. Então ela falou: “O Estado de Rondônia está contratando. Você não tem interesse?” Aí eu falei: “Tenho sim”. Ela me passou o telefone do secretário que era conhecido dela pra eu ligar (naquela época era só ligação, não tinha e-mail). Era para eu pegar o endereço para mandar o meu currículo, meus documentos. Em casa não tinha telefone, então fui ao posto telefônico, quando eu estava ligando de uma cabine, escutei uma pessoa ligando para o mesmo local. Era para vir para Rondônia. A pessoa estava ligando no mesmo local que eu estava.

Quando eu saí da cabine, ela também saiu, e eu falei: “Você tá ligando pra Rondônia?” Ela falou: “Estou. A direção da faculdade falou sobre a contratação”. Era a Márcia Mateus. Ela está até hoje aqui em Rondônia. Juntamos nós três: a Márcia, pedagoga, a Elaine, pedagoga e eu, matemática. No dia 11 de junho de 1983, nós saímos de Itaperuna, no interior do Rio, fomos para o Rio de Janeiro, já estávamos com a passagem comprada e viemos. Chegamos aqui no dia 11 de junho de 1983.

Vim a contragosto de minha família. Meu pai falava que eu ia morrer, que quando chegasse aqui, índio ia me flechar, que ele temia que eu morresse logo no aeroporto. Nossos pais se juntaram lá no Rio, e todo mundo falando para a gente não vir, né? Mas nós viemos. Eu falei: “Eu vou!” Porque o salário compensava, né? Peguei dinheiro emprestado com meu tio - minha mãe não tinha todo o valor que eu precisava, e juntei com o dinheiro que recebi da

minha exoneração do escritório de contabilidade, o dinheiro que recebi do meu acerto trabalhista. O chefe queria me dar uma carta de recomendação. Eu falei: “Não, eu não vou trabalhar em escritório de contabilidade, vou para a Educação”. Recebi tudo que eu tinha direito.

Cheguei aqui dia 11 de junho de 1983. Fui contratada com a data do dia primeiro, nós ganhamos onze dias. Chegamos ao aeroporto de madrugada e falavam assim: “Cuidado com o gogó de sola, que é um macaquinho que aperta a garganta das pessoas”. Eu e as meninas ficamos segurando a garganta, botando a roupa até aqui em cima, com medo, mas não tinha nada a ver, era só medo mesmo que o pessoal colocou na gente. Quando foi 09h00, o secretário mandou nos buscar no aeroporto. Aí já chegamos na Secretaria, não lembro mais nem onde era aqui, assinamos um contrato. Eu não ia para Jarú, mas fui, porque as meninas começaram a chorar falando que nós tínhamos que ficar juntas, porque nossos pais tinham falado para ficarmos juntas, se não teríamos que voltar para casa. Eu tinha só 23 anos quando vim para Rondônia. Então, o secretário falou: “Mas para Denise, que é matemática, a área dela é só em Colorado do Oeste”. Eu não sabia nem pra onde ficava. Aí as meninas falaram: “Não, então vamos voltar”. O secretário disse: “Então vai”.

Só foi chegar lá, já fui para o CEEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos. Comecei a trabalhar dando aula de ciências à noite, e durante o dia eu ficava preparando as aulas. Passei pouco tempo, um mês e pouco, e já me chamaram, recebi um memorando que dizia que era para eu comparecer na escola de ensino fundamental e médio. Aí fui lotada na Escola Plácido de Castro, em Jarú, e fiquei lá 16 anos, até vir para cá.

No CEEJA, trabalhei de quinta a oitava, e fiquei de 20/06/1983 até 31/06/1983. Foi pouco tempo, mas foi muito bom. Na Plácido de Castro trabalhei de 1 de agosto de 1983 até 22 de agosto de 1996, em sala de aula, tanto com alunos do primeiro grau quanto do segundo grau. Na época era magistério e ensino fundamental de primeira à quarta série de manhã. A tarde e a noite era a contabilidade. E eu trabalhava de manhã e à tarde na escola. Trabalhei com a disciplina de técnica agrícola. Nem imaginava o que era. E olha que não precisavam de professor em Jarú! Ensinei Técnica Agrícola, Matemática, Educação Artística e Biologia. As demandas de aulas chegavam e ia pegando... eram 38, 40 aulas semanais. Na época era isso tudo. E não tinha ainda sindicato que amparava. Você ia pegando. Era de manhã e tarde. Depois trabalhei tarde e noite.

No magistério lecionei didática da matemática, no turno da noite era matemática e estatística. Matemática no ensino profissionalizante. Aí eu fiquei até junho. Julho foram as férias...

Casei, tive filhos: dois meninos e uma menina. A Márcia, minha amiga, também se casou, e tem um casal de filhos. A Elaine não. Elaine ficou cinco anos em Rondônia, depois voltou para a cidade, nossa cidade, onde nós nascemos: Itaperuna, no Norte Fluminense. Ficamos só Márcia e eu. Cada um tinha sua vida, a escola...trabalhamos em escolas diferentes. Depois ela foi trabalhar na minha escola e eu vim para Porto Velho em julho, nas férias das crianças de 1996.

Frederico, meu filho, já estava no oitavo ano, indo para o ensino médio. E o outro na sétima série. E a Mônica, que era a mais nova, estava na terceira série do ensino fundamental. Na época, era a terceira série primária. Cheguei a Porto Velho em 1996, já fui lotada na Escola Juscelino, “JK”, aqui no bairro Agenor de Carvalho, Rua Raimundo Cantuária. Fiquei no JK à noite com EJA, lecionando nas turmas de quinta a oitava.

Descobriram que eu só estava ministrando aulas à noite, aí a secretária me puxou para o período da manhã. Dei aula no Orlando Freire e no Quatro de Janeiro. De 1996 até 2000 fiquei na escola JK, de quinta a oitava, com Matemática. Depois trabalhei também na Escola Orlando Freire, em 2000 e 2001. Nesse período trabalhei em duas escolas. Na escola Quatro Janeiro lecionei na quinta e sexta série no período da tarde. Passei esse tempo assim, correndo de uma escola para outra. E ainda trabalhava na prefeitura, pois em 1999 fiz concurso da prefeitura. Trabalhava manhã, tarde e noite. E depois comecei a sentir muita dor nos braços. Era uma dor tremenda. Na madrugada acordava com dor no meu ombro. Passei muito tempo ainda dando aula com essa dor. Veio a menopausa também, e com isso mais dores ainda. Fui ao médico, ele me mandou fazer todos os exames de coluna, aí descobri que eu tinha hérnia de disco e lesão por esforços repetitivos (LER). Como eu era professora de Matemática, além de usar o livro, tinha que fazer os exercícios no quadro, para demonstrar os cálculos. Matemática exige explicar demonstrando, não é uma disciplina em que eu podia ficar sentada ou explicar sem demonstrar, porque cada exercício tem que ser mostrado passo a passo, e depois conferido. Mesmo que eu passasse o visto nos cadernos, eu tinha que ensinar, né? E com isso, minhas dores iam piorando, até que não pude mais continuar em sala de aula.

Mas sair da sala de aula foi difícil: a Secretaria de Educação tinha muita dificuldade em conseguir professor nessa área, para me substituir. Era muito difícil! Aí quando consegui, fiquei na Seduc, que era perto do cemitério, na Rua General Osório. Passei um tempo ali no setor de Gerência de Apoio ao Ensino. Eu não sabia nada daquele trabalho, porque eu só sabia dar aula. Me designaram para auxiliar na parte pedagógica, em visitas às escolas. Eu observava o aspecto físico e tinha uma pedagoga que ia para o aspecto pedagógico. Depois que eu terminava todo o aspecto físico, ia ajudar a olhar a secretaria da escola, olhar os diários

e ver o andamento das aulas, ver o histórico de aluno que já foi transferido, toda a parte do aluno, isso para poder passar no Conselho Estadual, para que não se tivesse muita coisa ali, como falta de professor, se não o conselho não aprovava, tinham que estar tudo certinho, e isso era responsabilidade nossa, do monitoramento. E nós também éramos encarregadas de fazer os projetos de extensão das escolas.

Depois, a Seduc queria que eu viajasse para o interior. Eu falei: “Não posso, que eu tenho o contrato na prefeitura, eu dou aula à noite na escola Wadih Darwich Zacarias, ali perto do Pombal”. Fui transferida para a Coordenadoria Regional. Passei 16 anos na Coordenadoria com a professora Irani. Era a representante de ensino. Na época era Representação de Ensino. Depois passou para a Coordenadoria. Nós mudamos de local umas duas vezes. Antes era onde ficava o antigo colégio Pitágoras, na Pinheiro Machado. Depois nós passamos para perto do Bar do Canto, na Júlio de Castilhos. Ali eu fiquei com eles 16 anos. Eu trabalhava com censo escolar, porque eu era da área de matemática, o censo era no papel, era um livrinho que as escolas preenchiam e depois eu tinha que conferir página por página do livro para mandar para a Seduc. Tinha o censo das escolas estaduais, e das escolas particulares também. Se tinha uma escola aqui em Porto Velho que não era cadastrada ainda no Censo, eu que tinha que fazer essa parte e ir até a escola conversar para que os dados do censo escolar fossem devidamente coletados. Passava três dias andando de carro, com motorista para lá e para cá. Um tempo depois, o censo começou a ser na internet. Aí já não acompanhei mais, não me chamaram mais. Eu também não queria, por causa da tecnologia... já começaram a chamar as meninas mais novas.

Mesmo em função administrativa, eu sentia ainda a dor nas juntas, então dei graças a Deus quando me tiraram dessa função. Depois fiquei bastante tempo também auxiliando na área de Recursos Humanos (RH), nos processos dos professores e técnicos, licença prêmio, afastamento para aguardar aposentadoria. Era a parte de protocolo. Só que era processo de papel. Ainda eram os processos de capa verde. Recebia da Seduc, lia, não dava para ler tudo, muitas vezes focava nas últimas páginas e encaminhava: ou voltava da escola para a Seduc, ou ia da Seduc para escola. Mas tinha que passar pela Coordenadoria Regional de Ensino (CRE) que tomava conta. Quando foi em 2016, falei: “Vou trabalhar na Seduc!”. Eu era da CRE e fui para a Seduc. Trabalhei na Gerência Financeira, com Alimentação Escolar, com o Programa de Alimentação Escolar, e em novembro de 2017 passei para o quadro federal, mas só fui receber o salário como professora federal um tempo depois. Passou na documentação, mas até receber de fato foi bastante tempo. Em 2020 vim para cá, para o Instituto Federal de Rondônia.

Teve uma reunião lá no Teatro Banzeiros, um teatro do governo, que é perto da secretaria, chamaram todos os transpostos para o quadro federal para irem a essa reunião, na qual estavam todas as secretarias federais, os diversos órgãos públicos federais. Daqui do IFRO eu acho que não foi ninguém, mas foram os tribunais, o tribunal eleitoral, chamando quem passou para federal trabalhar num órgão federal. E todos que apresentavam eu pensava: não, não tenho interesse, porque não é na área da educação. Depois eu soube do IFRO, e vim para cá, eu e a Lena.

Fomos recebidas aqui pelo professor Leonardo Leocádio, diretor do Campus, e ele falou: “Vai ser muito bom vocês virem para cá!”. E explicou como é que seria. Teve que montar um processo todo. Esperamos seis meses. Eu nem acreditava mais. Enquanto isso, já tinha um processo no governo para aposentadoria. Eu já tinha pedido aposentadoria no governo do Estado. Quando meu amigo falou: “Denise, se você vai passar para federal, não seria bom você aposentar. Espera”. Aí fui pedir o cancelamento da aposentadoria.

Passaram-se seis meses, recebi um telefonema e orientação do Departamento de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia, avisando que eu tinha que comparecer no IFRO com urgência. Aí eu vim para cá e tô aqui até agora. Entrei de novo com outro processo de aposentadoria, em 2021 e estou aguardando.

Tive amigas que se aposentaram com dois meses de transposição, mas acabei ficando mais tempo. Nós fizemos um grupo para cada um saber o que precisava fazer para ir atrás do EBTT, do RSC. E nessa parte, graças a Deus, tive sorte, porque como eu estava na SEDUC, tomava ciência das documentações acerca do contrato federal, mas muitos colegas, como a Rose, ainda não conseguiram obter o RSC, porque estavam em escolas onde a direção não repassava as informações.

Faz 40 anos que estou na educação. Para mim, já tá na hora de me aposentar. Já contribuí, já ajudei bastante. Fui vice-diretora no interior por dois anos. Não sei se você lembra que no Estado tinha horário intermediário. Então era assim: das 06h45 às 10h45, das 10h45 às 13h45, de 13h45 até às 18h e no período da noite, que era profissionalizante. No ensino médio nós tivemos isso porque não cabia tanto aluno na época. Eram quatro períodos na escola e cada período era para alunos diferentes. Tinha dias que eu não ia em casa almoçar, comia, lá na escola mesmo. Então até no horário de almoço os alunos já estavam chegando para o intermediário.

Quando cheguei aqui já era estado de Rondônia, e ganhávamos bem. O governador era o Jorge Teixeira. Ele descia aqui de helicóptero para inaugurar escola, postinho de saúde... Apesar de já ser Estado, era tudo difícil: não tinha energia depois de meia noite, a BR era

estrada de chão... Quando cheguei, nós fomos de ônibus daqui até Jaru e demorou 12h00. As minhas amigas começaram a chorar quando viram a situação. Chegamos à meia noite em Jaru, era muita estrada, muito chão... era difícil. A casa nunca ficava limpa, porque era poeira pura, e a água que bebíamos era água de poço. Quando me casei, não tinha energia elétrica em minha casa. A água eu tirava do poço, eu tinha geladeira, mas não funcionava. A comida só tinha que fazer para o consumo daquele dia. Não podia guardar, senão estragava. Às vezes nós comprávamos gelo e colocávamos em um isopor, para guardar um refrigerante, alguma coisa assim...

Na escola a energia era de motor, havia um pequeno gerador, mas que sempre dava problema. Teve um tempo em que trabalhamos com lampião, lamparina. Achava que era até mais fresco. Eu não tinha um ventilador em casa. E pra nós estava bom. Acho que é porque a gente era nova ainda, e estava tudo bem. A gente tomava banho de rio em Jaru.

As capacitações não vinham para cá, e era mais difícil sair, porque morávamos no interior. Era difícil você sair para fazer capacitação, pós-graduação, mestrado, porque você tinha uma carga horária para cumprir em sala de aula. Geralmente quem saía eram os pedagogos, que não trabalhavam em sala de aula. Esses podiam se afastar, mas nós, professores, não. Só recebíamos capacitação quando eram oferecidas no interior. Aí dava para fazer, mas era difícil, eram escassas.

A merenda chegava num caminhão, tinha a parte do pessoal que tomava conta da merenda escolar, que ia conferir. Conferiam tudo: vassoura, rodo, toda a parte de material de limpeza, feijão, arroz, tudo. A merenda era simples, faltavam variedades. Então, quando eu estava na vice-direção, eu saía para os mercados pedir doação de frutas, para fazer salada de frutas, fazer um lanche especial para as crianças, eles nos davam. E era assim, quando davam eu ia buscar. E nós também fazíamos horta na escola, tinha a disciplina de técnicas agrícolas. Tinha professor de técnicas agrícolas, até trabalhei com essa área disciplinar também. Da horta tirávamos couve, cebolinha, alface e as coisinhas mais simples dali. Essa época era difícil, mas para nós estava tudo bem. Estava bom, porque tínhamos entusiasmo, porque a gente amava o nosso trabalho.

Para alguns alunos, chegar à escola era difícil. Eu lembro que às vezes o pai levava. E outras vezes vinham de carona, chegavam atrasados. Muitos professores também moravam nas linhas, na zona rural. Lá tinham muitas linhas. Os pais com melhores condições econômicas, às vezes compravam casa na cidade e deixavam os filhos lá para estudar. Eu, como trabalhava mais à noite, com adultos, não sentia muito essa falta dos alunos. No magistério, os alunos já eram adultos, já na faixa de 17, 18, 19 anos. E a noite era o curso de

contabilidade. Então os alunos já trabalhavam nos Correios, no banco... só que ainda não tinham o ensino médio. Tinha também alunos do ensino médio que já trabalhavam como professores, porque não tinha concurso, os professores eram leigos.

Depois o que ajudou bastante foi o curso chamado Logos. Tinha o Logos um, Logos dois e Logos três. Eu peguei essas apostilas, que me ajudaram muito na didática da matemática. Às vezes preparava a aula em cima dessa apostila do Logos. Até pouco tempo ainda tinha apostilas dessas em casa. Até a direção da escola fazia o Logos. Quer dizer, os professores de sala de aula com nível superior, estavam muito além, em termos de formação acadêmica, do que a direção da escola, mas tínhamos muito respeito, porque a carga de trabalho daqueles diretores, a dedicação deles era notável! E a competência daquelas pessoas da direção da escola! Era a dona Elsa a diretora, e a Else vice-diretora. Os diretores eram escolhidos pelos políticos locais.

Cheguei a fazer concurso para professor do Estado, em Ariquemes, foi um ônibus lotado de professores de Língua Portuguesa, Matemática... saiu o resultado e quando foi para eu ser lotada, a Nilva, que era chefe do RH, falou assim: “Não, não tome posse, porque você já está efetivada”. E eu fiquei com medo. Não tomei posse, e foi a melhor coisa que fiz. O concurso foi em 1988.

Retomando minha experiência de transposição e da ida para o IFRO, aquele foi um período bem confuso. Na secretaria, no setor de atendimento, muda muito as pessoas. Quando eu ia lá gostava de um senhor que atendia muito bem. Agora, muitos já estão na hora de aposentar também. Então, já tem a dificuldade para explicar pra eles, e eles terem paciência de entender o que a gente está querendo. Já falaram para mim: “Nem precisa vir aqui não, é só ligar”, mas quando você liga, você sabe que passa um tempão tentando falar lá no setor, e quando fala, muitas vezes não entendem. E uma coisa é você estar perto da pessoa para você olhar para ela, ver no computador. Eu não consigo ver por aqui. Você só vê um número e a entrada do processo e mais uns quatro ou cinco trâmites. E parou ali. Aí você tem que ir atrás para poder saber. E eu passei por tudo isso.

Já nas escolas que trabalhei, lá em Jarú, foram poucas: CEEJA e Plácido de Castro. Mande um e-mail para escola, e no outro dia a declaração já estava aqui comigo. As meninas que trabalham lá, algumas foram minhas alunas. Já aqui, fui para o JK solicitar a declaração. O diretor falou assim: “Ah, não sei se você trabalhou aqui não”. Falei: “você é novo aqui”. E ele já me conhecia da CRE, porque eu atendia diretores, professores e técnicos. Eu falei: “Ah, eu não tenho nem idade de mentir e nem vou te enganar. Eu trabalhei na Seduc, você me conhece lá da CRE”. Ele disse: “é, mas eu não posso assinar”. Eu falei: “E quem pode

assinar?” Fui atrás do Valdenor, diretor. Ele estava na direção da escola na zona leste. Duas amigas minhas ficaram sabendo. Professora Irma, de língua portuguesa e uma outra professora. Ele falou: “Eu assino, coloco meu CPF. Ela trabalhou aqui sim!”, e foi assim que consegui uma declaração da escola. Aí fui para escola Orlando Freire, diretora nova também. O mais engraçado é que eles não têm mais diários. Eu falei: “Eu vou lá para o arquivo morto, procuro, vou resolver aqui mesmo”. Consegui. Fui para a escola Orlando Freire e a diretora já me mandou fazer na hora. Na escola Quatro de Janeiro foi outra demora. Tipo assim, você esteve lá, não aparece que você esteve, você não tem nada. E a Seduc também, ela não acompanhou isso, tem poucas coisas do nosso passado. E eu lembro que quando cheguei a Jaru, a nossa ficha era a lápis e quando entrou na transposição, eles começaram a colocar empecilho.

Mas era o que tinha. Muita coisa era datilografada, não era digital. Foi a minha sorte ter a datilografia, pois foi muito difícil, muita dificuldade para conseguir. Duas escolas que eu tive dificuldade. Foi desgastante!

Lembro que há 20 anos eu estava lá em Jaru, em casa. A Márcia, que veio comigo do Rio, passou em casa e falou: “Denise, nós estamos pagando um advogado: cem reais” Cem reais na época era dinheiro, e ainda nem se falava em transposição. Tinha que ir até Porto Velho. Eu lembro direitinho, eles deram um recibo e disseram que iriam verificar, porque nós não éramos para ser funcionárias do Estado, e sim federal. E nós recebíamos pelo Estado.

No início, o dinheiro que eu ganhava eu mandava para ajudar em casa, para ajudar a minha irmã a fazer cursinho pré-vestibular, pagava pela educação dela, mas ainda me sobrava um pouco. Depois nosso salário foi só diminuindo, diminuindo... e aí nós fizemos um abaixo assinado, organizamos a documentação e o advogado veio para cá porque acharam na Constituição uma margem que ajudava, uma lei ou alguma coisa que nos encaixava. Nós de 1983, 1984 poderíamos ser transpostas para o quadro federal. E a briga começou ali, mas ninguém assumiu isso. Depois que veio o pessoal já interessado, senador, deputado. Quem mais conseguiu nos ajudar lá em Brasília foi aquele deputado que também foi prefeito aqui de Porto Velho: o médico Mauro Nassif. Ele me ajudou bastante. Teve outra também do PT, que esteve à frente dessa luta: a deputada Fátima Cleide. Ela também foi beneficiada, também era professora há muitos anos. Então esse pessoal trabalhou bem na linha de frente. Aí juntou o pessoal do Amapá, e isso ampliou as nossas forças e nós conseguimos.

A Rose passou a federal bem antes de mim. Eu achava que a Rose já tinha a EBTT, porque ela passou três ou quatro anos antes. E foi assim que aconteceu tudo isso e vim parar aqui, porque pensei assim: se eu ficar aqui no IFRO é bom porque está mais perto de casa.

Eu e a Helena entramos no mesmo dia aqui no IFRO, com processo. Quando chegamos o diretor achou que eu tinha perfil para o trabalho pedagógico. A Helena falou: “Eu não mexo com computador!” Eu também tinha medo de não dar conta do trabalho porque eu também não sabia usar computador. Por exemplo, na CRE, não tinha um computador para cada um. E tinha duas datilógrafas que faziam nosso trabalho. Eu fazia tudo manuscrito, fazia os relatórios da parte que eu trabalhava, visitando escolas, mas eu não digitava, porque não tinha computador. Eu não tinha computador. Eu fui trabalhar com computador aqui, essa foi a primeira vez que eu pude sentar numa cadeira, na frente de um computador e fazer alguma coisa. Na Seduc tem as baias e em cada baia tem um computador. Quando eu sentei na frente do computador, eu falei: “E agora que tenho que trabalhar com isso aqui?” Eu tinha medo desse computador! Então ia anotando cada passo do que eu tinha de fazer, ia escrevendo: “vai aqui, vai ali”, e pessoal me ajudou muito online, mas com um mês ou dois eu já estava trabalhando com mais segurança. No tempo de sala de aula eu tinha um mimeógrafo a álcool e uma máquina de datilografia. Eu fazia as provas de matemática em papel carbono e depois passava no mimeógrafo. Era carbono, botava o álcool e passava as provas ali, saia tudo com cheiro de álcool, aí espalhava, para secar e não borrar.

Até pouco tempo eu ainda tinha guardado muito material, mas aí pensei: vou jogar tudo fora, que eu não vou trabalhar mais. Antes eu morava em casa, depois me mudei para apartamento e pensei: onde eu vou colocar isso? Era tanto livro, tanto material, e por muito tempo eu os guardei, porque nunca sabia a hora que eles iriam me colocar na sala de aula de novo. Quase todo ano eles me chamavam, por eu ser de uma área de muita necessidade. A professora Irani me segurou o máximo! Chegou há 16 anos.

Ela me avisava e eu ia para a junta médica. Teve um dia que eu levei todos os processos, todos os documentos, os laudos e o secretário de educação ligou para a escola Risoleta Neves dizendo: estou mandando a professora de matemática hoje para aí. Deixei ele desligar e falei : o senhor leu a última folha do processo? Aí ligou de novo para a diretora e disse: “Não vai chegar professor de matemática não”. Era assim, mas na sala de aula eu passei 20 anos, aí veio a menopausa, a dor nos braços e não consegui mais. Teve um tempo que usei aparelho nos dentes. Eu mordida a língua porque o aparelho atrapalhava falar e eu falava de manhã, de tarde, noite. Trabalhava nos três turnos.

Trabalhei com ensino profissionalizante, nos cursos de magistério e contabilidade, mas em Instituto Federal nunca havia trabalhado. Primeira vez aqui no Instituto Federal de Rondônia. Eu achava que eu nunca ia chegar aqui, porque eu via os concursos, por exemplo, e falava: “nunca vou passar ali e porque não vou mais para a sala de aula”.

Foi uma grata surpresa encontrar a professora Ariadne aqui. Ela foi minha amiga de pós-graduação. Nós fizemos a primeira pós-graduação em ensino de matemática na UNIP, ela foi minha colega de grupo. Tudo o que eu ia apresentar ela estava junto. Um dia ela falou: “Passei no concurso federal, tô pedindo demissão. Você também deveria tentar!”. Eu falei: “Mas será que eu consigo?” Mas aí eu adoeci e saí da sala de aula, fui para funções administrativas, e via isso aqui muito além das minhas possibilidades. Eu nunca imaginava que viria pra cá, até pelos profissionais. Aqui há profissionais de excelência. Tem um amigo meu aqui também que fez matemática, que estudou comigo, também foi meu colega na pós-graduação. Ah, tem outro que trabalhou comigo na escola e foi diretor de escola do município e teve que pedir demissão, porque veio para cá.

Helena e eu pensávamos que iríamos ter muita dificuldade aqui, eu já sentia que era um nível muito mais elevado, que a gente não ia acompanhar nada e que teríamos de recomeçar tudo. Parece que a gente estava começando novamente a nossa vida profissional aqui. Mas eu sinto muita valorização e aceitação, pela nossa idade. E até o professor Leonardo falou: “Denise, você não consegue mais pessoas para vir para cá, para compor a força de trabalho?”. Eu falei: “Vou conversar”. Aí mandei no e-mail do grupo. Ninguém aceitou. O pessoal já queria mesmo era pedir aposentadoria. Das pessoas que conheço só a Helena e a Rose que aceitaram.

O que mais me impressiona aqui no IFRO é a qualidade da infraestrutura e rapidez dos serviços. Tudo o que precisa, não demora tanto pra arrumar, a manutenção é rápida, o aspecto físico do prédio, das salas de aula, dos laboratórios são bons. Eu nunca trabalhei numa escola que tivesse isso. A estrutura é muito boa. Não tenho nada a reclamar. Quando eu fui vice-diretora, se um professor pedia papel, eu pegava do meu dinheiro para comprar. Era tudo contado. Nós não tínhamos materiais disponíveis como temos aqui.

Lembro das greves também, porque tive de participar. Como eu era professora de sala de aula, tinha que parar. Todas as professoras paravam, aderiam à greve, para reivindicar melhoria salarial e recursos para a educação. A gente tinha que parar para conseguir ganhar um pouco mais. A diretora da escola fazia medo nas meninas que trabalhavam na limpeza. Em nós ela não colocava medo não. O sindicato, o Sintero, foi no interior fazer a nossa filiação em 1986 e começaram a chamar a gente para fazer greve. Na época do governo de Jerônimo Santana começaram as greves, vinha ônibus de Jarú para cá, o pessoal ficava acampado aqui e quando conseguia, era pouca valorização, um pequeno aumento salarial para a gente. Eu falava com as meninas da limpeza e com as merendeiras, que não podiam aderir a greve, porque eram coagidas: “Olha, na hora que forem aumentar o nosso salário, aumentam o

de vocês também”. Elas tinham na cabeça que o delas não ia aumentar. Eu explicava que a greve reivindicava benefícios para todo o povo da educação. Mas fazer greve não era fácil, porque depois tínhamos de repor as aulas, aí é que pegava, né? Porque repor aula não era fácil não!

Eu passei por essas greves, participei de todas que tiveram. Teve um amigo nosso que foi demitido, passou dez anos afastado, depois ganhou na Justiça, recebeu todos os valores para trás, e ele foi meu aluno no magistério, se chama Deraldo. Ele era do PT, era um sindicalizado e lutou ao nosso lado. Depois se formou em direito e não quer nem saber de educação. Era bem polêmico. Professor de língua portuguesa. Lá em Jarú, parece que foram dez demitidos. Essas pessoas foram fazer outra coisa, não podiam trabalhar mais na educação, no governo. Podia ser só no município. Mas aí eles voltaram. Voltou quem quis voltar. É igual a essa demissão que teve em 2000. Eu também fui demitida. Todos que não eram concursados foram demitidos. Dizem que quando saiu no Diário Oficial a lista dos professores demitidos, a Sandra Marques, que na época era secretária, olhou e falou: meu nome está aqui, fui demitida também. Os de nível superior, todos foram demitidos. Então disseram que pegaram o Diário Oficial, não deixaram divulgar muito... eu recebi a notícia que nós fomos demitidos quando estava na escola JK. Depois resolveram que os de nível superior iriam ficar. Mas eu pensava que ia ser demitida, porque eu não era concursada, e o concurso que eu tinha feito não tomei posse, caducou. Foi isso que aconteceu na minha vida.

Professora Flávia Hiromi Takahashi

Em 1980 eu fazia o curso de Magistério, e o secretário municipal de Educação de Pimenta Bueno entrou na nossa sala de aula e disse que estava todo mundo contratado! Foi dessa forma que a gente foi contratada, entendeu? Porque não tinha professor. Nós ainda éramos Território Federal, e a demanda por profissionais era muita alta, mas não havia pessoas formadas. Nós éramos a única opção do secretário, a única opção daquela população, naquela época. O secretário e o prefeito estavam dando graças a Deus, porque havia o curso de Magistério, que estava formando professores.

Então foi dessa forma que comecei a trabalhar: com um convite direto, uma contratação coletiva. Eu e quase todos os meus colegas de sala. Só não se tornou professor quem não quis. E estávamos muito animados para o trabalho, trabalhamos muito e da melhor maneira possível!

O trabalho docente foi muito desafiador para mim, no início da minha carreira. Dar aula era um desafio, porque o curso de Magistério que fizemos não foi tão bem feito, e a gente não tinha bagagem... não tinha experiência nenhuma. Era como se estivéssemos no escuro, agindo por tentativa e erro... e digo que só conseguimos ensinar porque tivemos muito boa vontade, muito compromisso.

A gente ia trabalhando... mas havia situações claras de desvios... nós fomos contratados para trabalhar em regime de 40 horas semanais, mas trabalhávamos pelos menos 50... nós trabalhávamos pelo menos 10 horas por dia, porque a gente saía do trabalho e ia planejar as aulas do dia seguinte. E muitas vezes trabalhávamos direto, sem intervalo para almoço. Quando terminavam as minhas aulas é que eu ia comer alguma coisa, e em seguida já começava a planejar a aula do dia seguinte. E assim foi a minha vida.

Passei muito tempo trabalhando exaustivamente, 10 horas por dia, achando aquilo tudo normal. E ainda para ajudar, a gente era chamada aos sábados, vez ou outra, para reuniões e planejamentos maiores. E quem éramos nós para questionar qualquer ordem? Nós íamos, porque éramos todos muito obedientes. E assim a gente ia trabalhando.

Meu maior desafio foi trabalhar na alfabetização. Aí foi desafio mesmo! Porque eu pegava duas turmas de alfabetização, sendo que com uma fazia “assim” e o menino já sabia ler e escrever, e na outra eu usava os mesmos métodos, os mesmos recursos, mas os alunos não aprendiam. Eu não consegui entender, porque ainda não tinha conhecimento sobre neurodiversidade, sobre necessidades educacionais específicas, não tinha formação para lidar com esses desafios. Depois busquei minha própria formação, participando de congressos, de

seminários. Eu ia para fora de Rondônia: Minas Gerais, Mato Grosso, para poder me munir de conhecimento e fazer um trabalho melhor. Basicamente, foi assim o início de minha trajetória como docente no antigo Território Federal de Rondônia.

Sou natural do Estado de São Paulo. Nasci em Matão, mas vim para Rondônia com 13 anos de idade. Aqui terminei o Ensino Fundamental (que na época a gente chamava de primeiro grau) e fui da primeira turma de Magistério da Escola Anísio Serrão de Carvalho. Essa turma compôs quase toda a equipe de Educação do município de Pimenta Bueno e região, e éramos reconhecidos pela sociedade local como uma espécie de classe média...

Comecei como professora de alfabetização, trabalhando com os pequeninhos. Depois passei um tempo na Escola Sandoval Meira, onde tive outras experiências, com outras séries. Mas me identificava melhor com a alfabetização mesmo. Inclusive, nesse meio tempo eu já tinha feito a faculdade, e aí comecei a trabalhar com alunos de quinta a oitava série. Mas meu forte mesmo era a alfabetização e o ensino de primeira a quarta série. Depois de 13 anos, fui para outra escola e comecei a trabalhar com EJA – Educação de Jovens e Adultos. Aí a experiência foi outra, completamente diferente, porque não fui diretamente para a sala de aula, apesar de ter dado aula, também. Eu peguei turma de Magistério, que já tinha concluído o Ensino Médio. Eu dava aula das disciplinas específicas do Magistério e também trabalhava como supervisora escolar. Mas fiquei pouco tempo nessa função. Logo depois assumi a direção da escola e lá nessa escola permaneci de 1999 até 2016, com eleição e tudo mais, e mesmo assim o pessoal me tolerava...

Nós fazíamos uma atividade cultural com os alunos que era muito apreciada. Tínhamos um projeto chamado Ciranda, que buscava recuperar a memória de cantigas de roda e de brincadeiras antigas. Cada turma apresentava uma cantiga de roda, tinha até “Ciranda, cirandinha”, sem problema nenhum. E aí tinha um aluno que tocava sanfona, e nós chegamos a fazer apresentações na praça e muita gente se juntava para assistir. E muita gente começou a entrar na ciranda, e foi muito bom, porque os alunos começaram a se sentir valorizados, começaram a entender que eram alguém. Essa experiência foi mediada pela cultura e fico muito feliz por ter coordenado esse projeto, porque entendo que a cultura é um caminho muito bom para trabalhar os conhecimentos escolares, valorizar o patrimônio nacional e oportunizar que os alunos sejam protagonistas, que exerçam a criatividade e o protagonismo. E tudo isso melhora a autoestima deles. Porque eles começam a se sentir importantes. E foi assim que a gente trabalhou um bocadinho de tempo: cada ideia virava um projeto, e esses projetos davam base para que os alunos produzissem música, produzissem filme. Assim foi a minha vida, a minha vida funcional. E com isso a gente driblava um pouco a falta de recursos...

Quando iniciei como professora, trabalhava numa escola territorial, que era uma construção sólida, mas pequena: só havia quatro salas de aula, mas eu não via problemas. Depois foi feita uma ampliação na escola, mas também cheguei a trabalhar numa sala de chão batido, mas na maioria das vezes trabalhei em espaços com estrutura melhor, porque trabalhava na cidade, mas tinha o pessoal que trabalhava na zona rural, né? Para esse pessoal que trabalhava na zona rural era complicado, não gosto nem de parar para imaginar como é era difícil a vida deles. Na cidade já não era muito fácil, por exemplo, não havia água encanada. A água era tirada do poço, aquele tipo de poço amazônico, com manivela. Não tinha motor, né? Então as pobres das zeladoras tinham que pegar a água do poço e baldear até a escola, para lavar a escola, lavar as louças e ainda fazer comida. Tudo carregando peso mesmo, né?

Naquela época não havia muito investimento em formação continuada de professores e treinamentos, como tem hoje. Eu tive que me virar, tive que buscar, construir o meu caminho de formação, e busquei conhecimento fora: em cursos, seminários, congressos. O apoio à formação continuada não mudou muito ao longo do tempo. Ainda há pouco investimento: um curso ou outro. Nós tivemos que ir atrás, e não foi nada fácil. Para mim e para a minha geração, foi tudo muito difícil.

Havia merenda escolar para as crianças e havia livros didáticos, e também uma sala de leitura, que era a tal “biblioteca”, mas só havia livros didáticos. Não faltavam livros didáticos para os alunos, e tem gente que não gosta de ouvir falar no governo Jorge Teixeira, mas no governo dele a gente tinha tudo, todos os materiais que a gente precisasse para trabalhar: papel, pincel, e até aquele equipamento que a gente usava para reproduzir a matriz e fazer as impressões: mimeógrafo. Eu não tive dificuldade com material, mas não sei se essa era a realidade de todas as escolas. Estou falando de onde eu trabalhava.

Cursar licenciatura foi um esforço pessoal meu, fiz no Estado de São Paulo. E logo depois fiz a pós-graduação também, mas parei por aí. Não fui mais atrás, não verticalizei a minha formação porque tudo era difícil para nós, os custos com essas formações corriam por nossa própria conta. Na época... esqueci o nome do secretário. Ele autorizou a nossa saída para a gente poder estudar. Nesse sentido, a gente teve apoio, mas não um apoio financeiro. O apoio maior era dentro da escola: dos colegas de trabalho, com os quais a gente revezava para poder sair para participar de eventos e fazer cursos. Mas falar que tivemos algum apoio governamental?. Nós não tivemos não. Por isso que em Rondônia, se vocês olharem para o quadro de professores mais antigo, para a primeira geração, que iniciou quando ainda era Território, quase não tem pessoas com estudo. Muitos não tiveram a oportunidade nem de

cursar licenciatura.

Fiz licenciatura em pedagogia, e depois fiz duas pós-graduações, uma sobre avaliação e outra sobre gestão escolar.

O acesso dos alunos à escola também não era muito fácil, sobretudo para os que moravam na zona rural. Não havia transporte escolar. Mas para os que moravam na cidade era tranquilo, eles não vinham de tão longe e não tinham muito o que fazer, então iam para a escola e se dedicavam bastante. Agora tem ônibus que deixa na porta, e ainda assim tem alunos que não estudam como deveriam...

No que se refere à aprendizagem, a maioria aprendia. Alguns tinham mais dificuldade, como essa turma de alfabetização que eu falei, mas depois eles deslanchavam, aprendiam, sem problema nenhum. Era uma mágica que acontecia

Já na EJA os desafios eram maiores. Não do ponto de vista da gestão, mas da aprendizagem escolar mesmo, mas não por problemas cognitivos, mas por timidez, vergonha, cansaço... Os alunos tinham vergonha, né? Eles iam para a Educação de Jovens e Adultos, tudo de cabecinha baixa, e a gente tinha que injetar ânimo para eles concluírem a formação básica e buscarem, inclusive a graduação. Muitos pensavam que terminar o ensino médio já estava de bom tamanho, mas a gente ficava lá, instigando para que eles avançassem um pouco mais, estimulando os alunos, tentando melhorar a autoconfiança e autoestima deles. E esse não era um trabalho fácil, porque muitos vinham de contextos muito delicados...

Sobre como formei minha consciência de classe, não sei dizer como foi esse processo, mas sempre me via envolvida em algum processo coletivo, em alguma situação que demandava justiça, e acho que a forma como fui educada contribuiu para isso. Cursei até a sétima série lá no estado de São Paulo, e só depois que saí de lá fui me conscientizar do que era metodologia, de que havia formas diferentes de se ensinar. Até lá, para mim era tudo normal, eu pensava que as escolas fossem todas iguais, que todos os alunos fossem educados do mesmo jeito.

Em São Paulo, nós fomos educados para dar opinião, não importava sobre o quê. Não tinha censura, e nós éramos estimulados a nos posicionar sobre os mais variados assuntos, nas aulas de Português e também em outras matérias. Você conhece bem a Folha, né? A gente comprava a Folha impressa todo o domingo, tinha um pensamento nela. A gente tinha que recortar, fazer um caderno de recortes de pensamentos. E na segunda-feira, a tarefa era dizer o que a gente tinha entendido daquele pensamento. Éramos criança, nem entendíamos direito, e muitas vezes a gente falava o que vinha na cabeça, né? E assim era em todas as disciplinas. Ensino religioso, geografia, música... a gente tinha que dar a opinião, e essa dinâmica acabou

por estimular a reflexão e o debate de ideias, e progressivamente, nos ensinou a pensar sobre o nosso lugar no mundo, e sobre os outros, formando certa consciência de classe.

Acredito que essas experiências acabaram me impulsionando para a luta sindical, no Sindicato dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE. Mas em relação a esse sindicato, não fui eu quem criou a seção de Pimenta Bueno, eu estava lá, mas não fui eu. Foi a nossa amiga Aparecida que... que acabou, que infelizmente faleceu. Ela que trouxe o SINASEFE para nós. Então a gente fundou a seção em Pimenta Bueno. Ela que liderava os trabalhos, e só agora que ela partiu é que estamos atuando mais, digo que antes estávamos aprendendo, era um exercício... De um tempo para cá estamos atuando mais, estamos mais ativos.

Estou cansada porque estou tentando comprar passagem para irmos para Brasília. Mas então quem fundou o SINASEFE lá foi a Aparecida, você se lembra que conheceu ela lá, nas férias, Xênia? Como ela faz falta! Foi ela que mostrou para a gente o que era a carreira EBTT, porque a gente não sabia de nada. A gente foi informada que, como servidoras federais do antigo Território Federal de Rondônia, essa seria a nossa carreira, mas a gente não entendia nada dessa carreira, e motivados pela professora Aparecida, começamos a estudar mais, estudar mais e participar mais das discussões e das lutas. E foi ela que levou a gente para Brasília, para a gente entrar em contato com o pessoal de Brasília, com o pessoal lá do Congresso Nacional. Já tem um tempinho que a Aparecida pôs a gente nesse mundo...

Nós fomos contratados pela CLT. Em 2008, a gente foi para o Ensino Básico federal porque o MEC não aceitou a gente e indeferiu nosso pedido para integrarmos o EBTT, mas em 2012 a gente pode ir para o EBTT, porém, somente quem estava na ativa, então ficou praticamente 90% para trás, porque só uns 350 professores que foram para o EBTT, entendeu? E bom, para nós foi muito bom, porque conseguimos o RSC – Reconhecimento de Saberes e Competências, e com isso o nosso salário melhorou, né? E amei! É isso mesmo. Foi dessa forma que nós chegamos à carreira EBTT. Não tem muito tempo isso.

Agora estamos acompanhando um novo processo de transição para essa carreira, de servidores que foram admitidos no serviço público do Território Federal de Rondônia no período de 1982 a 1987. Ingressei no serviço público em 1981. Fiquei um ano como servidora do território e depois ele passou a Estado. A gente era regida pela Lei 7.596, depois a gente foi para a 11.784 e hoje a gente está na lei 12.772. Eu não sou transposta, porque o pessoal da transposição é aquele pessoal de 1982 a 1987, que foi através de outra lei, de uma PEC... de uma EC: a EC 60. Eles vieram para o quadro do ex-território. A mudança para a carreira EBTT não teve grande impacto no salário base, pois o salário base, na tabela remuneratória, é

basicamente o mesmo. A compensação foi o RSC.

Minha experiência profissional foi com a Educação Básica, com a gestão escolar e com a Educação Profissional – no curso de Magistério, que é um curso profissionalizante. Havia vários outros cursos, mas foram acabando e ficou só o Magistério.

Em 2000 teve aquela situação de demissões em massa, centenas de professores estaduais foram demitidos, mas isso não chegou a me afetar, só afetou os servidores que ingressaram a partir de 1982. A gente não entendeu muito aquela demissão, né? Mas não afetou a gente. E alguns professores entraram com ação judicial e conseguiram retornar. Alguns deles estão hoje no quadro da transposição. Conseguiram entrar no quadro federal.

Aí no IFRO tem professoras que vieram para cá após a transposição, e elas disseram que houve uma diferença de quem tinha sido contratado com nível superior e quem tinha sido contratado só com o nível médio mesmo. Então teve essa diferença também. Quem tem graduação já vai para o topo da carreira... Nossa progressão é de 24 em 24 meses, mas as pessoas que não tiveram a oportunidade de cursar Ensino Superior estão ainda em uma situação delicada no que se refere à progressão. Tem gente que, mesmo após 30 anos de serviços, ainda está na faixa D2-02 da carreira. A gente avançava por tempo de serviço, né? Mas houve um erro na aplicação da lei, ao invés de posicionarem a gente na faixa correta, eles voltaram a gente para o início da carreira, então tem muita gente já aposentada que ainda recebe como se estivesse no início da carreira ainda. Até hoje estamos tentando corrigir isso, via luta sindical, com advogados e com diálogo com os políticos. A gente vai todo semestre lá naquele bendito Congresso reforçar o nosso pedido. A gente está na luta. Não paramos.

O RSC foi uma conquista, mas nem todos conseguiram. Só quem estava na ativa em 1 de março de 2013. O pessoal da transposição está conseguindo o RSC porque eles estavam trabalhando nessa época, né? Mas o pessoal antigo não. Eles se aposentaram antes, né? E aí não conseguiram. Pela lei, não teriam direito, mas com as ações judiciais dos advogados de nosso sindicato, muitos já conseguiram. Eu mesma consegui.

Voltando ao período de transição de Território Federal para Estado, o que posso dizer é que modernizou bastante, porque quando comecei a trabalhar, a escola não tinha nenhum recurso financeiro, né? Hoje, as escolas ainda não contam com o recurso ideal, mas já melhorou bastante. O governo Bianco, com todas as suas contradições, criou o financiamento da escola, então mudou bastante. Na minha época de professora territorial, para tocarmos os projetos nós tínhamos de fazer promoções: rifas, festas, pedir doações. Eu trabalhei muito fazendo promoção para a escola, para ajudar a levantar dinheiro para a escola. Então melhorou bastante. Não posso dizer que ficou ruim não. Com a criação do Estado de

Rondônia melhorou um bocado. O atendimento às escolas melhorou, o acesso à água e energia elétrica também melhorou. As zeladoras e merendeiras já não precisavam mais baldear água do poço para fazer a limpeza, a merenda. A água subia na caixa através de bomba e já saía na torneira, e isso já era um conforto, uma comodidade a mais.

A educação em Rondônia, assim como no Brasil, de modo geral, ainda precisa de muitos investimentos: investimentos na melhoria da estrutura física das escolas, melhoria na alimentação escolar, no transporte, na política de formação dos profissionais da educação, melhoria salarial. Tivemos avanços nos últimos 40 anos, mas precisamos avançar mais, porque a educação é a base para a mudança social.

Professora Marisa dos Santos

Então, quando cheguei aqui em Porto Velho, em 1985, fui contratada pelo governo do Estado de Rondônia, que na época era o Jorge Teixeira. No início era bem estruturado, até que era bem estruturado... Eu gostei da escola onde fui trabalhar, e a cidade era pequena. Vim do Paraná e já fiquei aqui, sempre vivi e trabalhei aqui.

Trabalhei, primeiramente, na Escola Eduardo Lima e Silva, lá no bairro Floresta. É uma escola excelente. Eu acho até que os alunos eram bem comportados na época. Fiquei dois anos nessa escola, depois fui para o Barão do Solimões.

Cheguei já formada em Letras Português e Inglês, mas eu trabalhava mais com língua inglesa, português era uma vez ou outra, mas também era aquele “inglês de escola”, não tinha muita conversação, era mais gramática. Aí fui trabalhar no Colégio Barão de Solimões e fiquei lá até 1992. Uma escola excelente, onde várias autoridades estudaram. Fica no centro, perto da Catedral. Mas a escola que era a menina dos olhos do governo era a Escola Carmela Dutra. Preferi ficar no Barão do Solimões. Essa foi uma época excelente, porque o pessoal era bem unido. Às vezes até sinto saudade daquela época. Bem diferente de hoje...

Essas primeiras escolas onde trabalhei eram muito boas. Agora, lógico, sempre faltava alguma coisa... Mas o pessoal era bem organizado. Quando cheguei aqui me disseram que era muito bom. Na época tinha bastante campo para o magistério, quase não tinha professores formados, faltava muita mão de obra, porque o Estado começou a se desenvolver a partir da BR 364. Então, Rondônia estava assim: em desenvolvimento. Tinha muito campo ainda, até pensava em fazer outra coisa, mas aí me deram o conselho, como eu era formada no magistério, eu deveria trabalhar como professora. O salário era muito bom, ainda na época. A gente ganhava muito bem, depois começou a diminuir, até que ele ficou bem achatado de tanto que diminuiu. Com o passar do tempo vieram as dificuldades e falta de material, tinha muita falta de recursos, e recursos em todos os sentidos. Muitos alunos não tinham condições de estudar, não tinha uma política de assistência estudantil. A condição era mínima, a locomoção, até do professor, era difícil.

Trabalhei em várias escolas, e depois fui para a Seduc, fiquei lá no setor Administrativo, um tempo considerável e aí surgiu a esperança da transposição para o governo federal, porque já era para ter sido contratado pelo governo federal. Mas aí houve um ano... Não lembro detalhes direito... Houve um acordo em que o governo do Estado ia pagar. A partir daí começaram a ver que o pessoal tinha sido prejudicado e começou esse negócio da

transposição. A gente aguardou bastante tempo ainda para sermos transpostos. Nossa! Tinha dia que dava agonia, porque o nome não saía, e aquele negócio... O tempo passando...

Sobre a transposição, primeiro eles disseram que só o pessoal até 1983 que ia passar na transposição para o quadro federal. Depois foram fazendo os ajustes, com base na lei que estende até 1991. Mas isso gera divergência. Há interpretações divergentes. Ah, já me esqueci desses episódios, porque o tempo vai passando e a gente vai esquecendo...

Quando cheguei aqui, já formada, já pegava o contrato, tinha que apresentar a documentação e já ia para sala de aula. O Estado também não tinha muito interesse em favorecer qualificação profissional em nível de pós-graduação e mestrado aos professores. Havia capacitações, havia sim, mas cursos de curta duração. Hoje, o Estado até promove cursos de especialização, mas não havia tantas oportunidades como há hoje.

A língua portuguesa é bem complicada para trabalhar. Mas quando eu trabalhava a língua portuguesa, trabalhava com bastante texto e enfatizava os conteúdos que os alunos precisavam mais, porque a língua portuguesa é muito abrangente, né? Agora o inglês, em parte, é mais fácil, mas também tudo o aluno quer saber... Mudou muita coisa na educação. Fiquei 33 anos no Estado, como professora, e houve muita mudança. Lógico que em 30 anos tem que mudar muita coisa.

Faz pouco tempo que passei para federal. Quando passei para federal teve a época da redistribuição, teve *workshop* para redistribuir quem tivesse interesse, e havia a oportunidade de irmos para vários órgãos públicos, poderíamos, mas, nós fizemos a análise, e pensamos: Vamos ver o IFRO, o IFRO trabalha com aluno.

Fiz o documento, Brasília deferiu. Aí vim pra cá. Nunca tinha trabalhado com educação profissional e tecnológica. A realidade aqui é outra, nem se compara a estrutura aqui é coisa de primeiro mundo. O pessoal às vezes reclama que não tem as coisas, mas olha: aqui eu acho que tem, praticamente, tudo!

Quando cheguei fui lá para a biblioteca. Eu percebo que o pessoal tem a ideia que em biblioteca não se trabalha. Eu sei que pode não ter tanto trabalho na biblioteca pequenininha de escola, que botam uma senhora idosa que já nem está mais com tanta disposição. Aí a pessoa até dorme porque não tem aquele fluxo. Agora aqui na biblioteca do IFRO, a gente até comenta que ela é o coração da Instituição! Ela é muito procurada, não precisa nem fazer propaganda, não precisa nem fazer campanha de incentivo à leitura. Mas nem sempre está o dia todo assim, aquele movimento. Tem os horários de maior demanda.

Ela é bem frequentada, uma biblioteca excelente, com livros excelentes, acervo físico e acervo digital de ótima qualidade.

Foram tantos documentos que enviamos para transposição, comprovação do tempo de escola. Teve uma declaração que dizia que eu estava só com 20 horas semanais de trabalho, na época voltei para arrumar. De vez em quando aparece uma novidade... Eu estava precisando de tanto documento. Deu um trabalhão, né? A gente mandou o documento desde que começou esse negócio de transposição, toda hora mandando documento. Será que não teriam arquivado? Não tinha uma pasta lá? Pois é, acho que teria que arquivar tudo numa pasta e quando chegar lá, olhar né? Porque me disseram que federal era assim, era só dar entrada, que os documentos já estavam todos lá, já tinham todos os nossos dados. Aí agora eu vi tanta, tanta coisa que eles pedem. A gente vive para provar que trabalhou... Tem que provar tudo, mas isso é verdade, nós trabalhamos e continuamos trabalhando muito. Nessas horas tem que provar se você tem outro emprego, se não tem, se tem outra renda, tudo. Eles pedem comprovantes de tudo. Mas como se diz? Temos que fazer.

O processo de transposição gerou muita expectativa. O coração acelerava porque era a esperança de melhorar. No Estado nosso salário e plano de carreira estavam muito defasados. E quando falam que uma coisa vai melhorar claro que a gente cria expectativa.

O Estado de Rondônia passou a Estado acho que em 1982. Então, dizem que a União tinha que manter o Estado até 1991. Fala-se tanta coisa, tem horas que a gente até se confunde um pouco... Parece que a União tinha que ajudar a manter o Estado até 1991, dez anos após. Acho que no início seriam transpostos para o quadro do federal só os contratados até 1981. Depois acho que mudou para 1983, então pensei: vou ficar de fora, fiquei naquela expectativa, será que vou entrar ou não? Estenderam até março ou outubro de 1985. Agora já falam em estender até 1991. Eu sei que teve tanta, tanta coisa assim... Imagina quando começam a discutir e tira daqui, põe ali. Eu sei que acabei entrando. O pessoal de 1985 ia ficar fora. Imagina o frio que não dá, gela toda a estrutura, mas reivindicaram e o pessoal que foi contratado até 1991 também iria entrar na transposição. Os demitidos na época não entraram, quem se desligou parece que não vai ser transposto.

No estado faltava material, isso era de praxe, o professor tinha que comprar tudo. Então eu vejo que aqui no IFRO não, aqui parece que tem tudo, na realidade, mas o que vejo, por exemplo: estragou o mouse, já tem alguém para resolver que vai lá arrumar ou trocar na hora. É tudo imediato. Assistência é o tempo todo. Já no estado não, tem coisa que você tem que se virar. Faltava papel às vezes para fazer um trabalho, o professor tem que se desdobrar e resolver. Então havia muita dificuldade devido à falta de materiais, de recursos, de infraestrutura adequada. Às vezes fico pensando nesses desafios que enfrentamos nos

primeiros anos do Estado de Rondônia, e penso que até os desafios e sofrimentos são também motivo de aprendizagem.

Professora Roseneide Ferreira do Carmo

Minha primeira experiência profissional foi fora de Rondônia, mas sou rondoniense. Nasci em Porto Velho, especificamente na roça, na Colônia Viçosa. Meus pais eram pioneiros. Meu pai veio em “pau de arara”, um daqueles caminhões que traziam as famílias migrantes para Rondônia na década de 1970 e 1980. Meu pai era do Ceará e a minha mãe veio de Belém do Pará. Os dois se encontraram aqui na área rural, num sítio chamado Colônia Viçosa. E realmente, literalmente, eu nasci nesse sítio, porque minha mãe não foi para a maternidade, haja vista a dificuldade de se locomover na época: tinha que pegar um caminhão e vir para cá, para a cidade, atrás da maternidade. Não deu tempo de vir para a cidade. Nasci lá mesmo, com parteira.

O meu pai tinha dois terrenos em sociedade com meu tio, eles separaram a sociedade, um terreno ficou com meu tio e outro com meu pai, que hoje é o nosso terreno, ele o deixou para os filhos.

Mamãe me colocou na escola, estudei e fiz o ensino, na época o segundo grau, na Escola Normal Carmela Dutra, que hoje é Instituto Estadual de Educação Carmela Dutra. Eu queria fazer magistério, mas fiz Fundamentos da Saúde, porque pretendia ir para essa área.

A gente tinha uma vida muito difícil: meu pai vendendo produtos do sítio para a gente sobreviver, então a mãe conseguiu, porque na época era fácil ser federal, ela conseguiu uma vaga na maternidade para fazer mosquiteiros para as crianças, para colocar no berçário. Eles iam dar um contrato federal para a mãe, e o pai não deixou. O machismo era muito grande, ele achava que mulher não podia trabalhar fora. E ele se sacrificava muito, tinha uma bicicletinha, ele vinha lá da roça todo fim de semana. Até hoje me lembro, ele trazia galinha caipira, macaxeira, pupunha, biribá. Nós produzíamos todos esses alimentos no sítio, era uma coisa maravilhosa.

Hoje, para comprar um biribá no mercadinho, não é menos que 20 reais. Eu tive isso na minha infância. Eu era feliz e não sabia.

E aí passamos para a igreja. Nós éramos católicos e chegou um pastor de uma igreja e ficou perto de casa. A igreja era bem do lado de casa e o terreno era do meu pai, e o nome da igreja evangélica era “Deus é verdade”. E aí o machismo também operou, porque a gente

ia à catedral, participava da missa, da mocidade. E quando o papai e a mamãe se converteram para essa “Deus é verdade”, pentecostal, ele forçou a barra, para que nós, os filhos, passássemos também, nos convertêssemos a evangélicos. Meu Deus, foi uma luta! Porque eu não queria passar, eu queria ficar na igreja católica. Mas como o machismo era terrível, meu pai era muito radical, minha mãe também, nós passamos para essa igreja, e nessa passagem teve lá suas coisas boas...

Conheci o pastor geral da igreja, ele morava em Campo Grande, e surgiu a oportunidade de eu estudar. Sempre quis estudar, desde a minha mocidade. Eu tinha vontade, talvez pela necessidade... Já tinha o entendimento de que a gente não tinha posses, mas como se diz, pela educação, a gente conseguiria alguma coisa... então, eu tinha isso em mente e realmente acho que fiz valer, e hoje não me arrependo.

A residência desse missionário, do presidente da igreja, era em Campo Grande. Eles deixaram eu ir pra fazer o meu curso lá. Tentei medicina, não consegui, levei ferro. Lógico, eu não tinha preparo, ainda não tinha feito nada naquela época. Eu fiz de cara o vestibular, sem cursinho, só com o segundo grau. Tentei pedagogia, não sei quem me falou lá: “Tenta pedagogia na federal”, aí eu tentei, e o curso de pedagogia era voltado para crianças: educação pré escolar e o ensino fundamental I. Fiz e graças a Deus me dei muito bem. Gostei. Passei até num concurso lá de Mato Grosso do Sul, mas conheci o pai das crianças, das minhas filhas, e o objetivo dele era aqui, em Rondônia. Ele era vidraceiro e conseguiu com a empresa uma empreitada na obra do Banco do Brasil, de Cacoal. Ele veio para cá e eu fiquei lá em Campo Grande, grávida da primeira filha, que é a Érica, porque não queria deixar a faculdade. Acho que sempre tive isso, comecei uma coisa, tinha que terminar. Ele dizia assim: “Bora, lá tu faz outro curso”. Eu falei: “Não, eu vou ficar”. E não me arrependo até hoje.

Terminei o meu curso, entrei com requerimento na Universidade UFMS, que é a Universidade Federal, e eles me deram adiantamento de colação de grau. Eu não coleei grau junto com a turma porque queria passar o Natal aqui em Rondônia junto com ele. Quando ele veio, se firmou lá em Nova Brasilândia.

Lá em Campo Grande, eu estudava à noite, e meu pai com muita dificuldade, coitado, vendia carvão, fazia carvão na roça e mandava dinheiro para mim. Eu adoro lembrar essas coisas, mas ao mesmo tempo eu choro, fico emocionada...

Lembro uma vez, que recebi esse dinheirinho que ele mandava para mim, e toda emocionada, entrei numa sapataria para comprar um par de sapatos e sem querer, acho que deixei minha bolsa aberta. Quando entrei na catraca do ônibus para procurar o dinheirinho para pagar, cadê? Perdi todo o meu dinheiro, fiquei sem nada. A minha sorte é que eu já tinha

conhecido o pai das minhas filhas e ele me deu toda a assistência. Quando nos conhecemos, eu estava morando em um pensionato, e logo depois que a gente se conheceu, passamos a morar juntos.

No início não foi fácil morar numa cidade estranha, e eu já tinha saído da casa do pastor, porque um monte de coisas havia acontecido, sabe? O missionário achava que eu ia para lá para arranjar um marido, e o meu objetivo não era arranjar marido... Geralmente a religião poda a gente. Mesmo evangélica, eu era muito crítica, acho que já nasci independente. Para mim, mulher não era para ficar restrita à cozinha, tinha que sair um pouco daquele mundo... Apesar de que adoro cozinhar também.

Fiz o processo seletivo da Prefeitura de Campo Grande, trabalhei com crianças. Tive dois contratos, um como estagiária e outro como monitora. Trabalhava no período da manhã no Estado e à tarde no município. Prestei o concurso, mas vim embora pra Rondônia. Trabalhei com crianças na Fundação Social de Campo Grande, coloquei em prática tudo aquilo que aprendi no curso de pedagogia, e tive o privilégio de trabalhar com crianças que precisavam mesmo. Foi um desafio, porque acho que nessa vida você só aprende quando mete a cara. Às vezes você tem a teoria, mas não tem a prática.

Tive uma experiência com uma criança com síndrome de *down*, no Centro de Educação Piaget. Fantástico! Uma experiência marcante na minha vida. Lá conquistei um amigão. Até hoje tenho uma estátua dele, que ele me deu. É de um palhacinho. Se não me engano, ele está segurando uma bola. Já quebrou, já colei, já pinte, mas não me desfaço, porque lembro dele.

Quando saí de Campo Grande, eu estava grávida de quatro meses... Imagina eu sozinha, o pai das minhas filhas aqui em Rondônia. Mesmo assim venci e consegui, graças a Deus, e à minha mãezinha querida, Nossa Senhora, e meus pais, que estavam sempre orando por mim. Aí quando cheguei aqui em Rondônia, fui para Nova Brasilândia, consegui um contrato na Delegacia de Ensino de Rolim de Moura, pois Nova Brasilândia era núcleo de Rolim de Moura. Conheci toda aquela região da Zona da Mata. Eu, como sempre, desbravadora!

Meu início como professora foi maravilhoso, meus alunos me adoravam. Eu sempre tive essa empatia com o aluno. Nunca professora de ficar ali sentadinha e só mandando. Na época era quadro de giz, mas eu buscava, com recursos próprios, diversificar os materiais pedagógicos. Eu fazia parte da vida deles e eles também faziam parte da minha. Minha trajetória pedagógica não foi para a área de supervisão e orientação, foi para a área do magistério mesmo, ensino infantil e ensino fundamental. Tive também essa experiência na

escola Paulo Leal, como vice-diretora, que foi muito boa. Eu participava ativamente e carregava o peso nas costas. Você tem que fazer tudo na escola, porque é uma carência muito grande.

Quando minha filha Érica já estava com quase cinco anos, não tinha educação pré-escolar lá em Brasilândia. Então me juntei com os políticos, com a comunidade, fizemos o casarão da educação pré-escolar, dentro da escola estadual. Construimos o casarão fazendo quermesse, festinha, conseguimos dinheiro. Até o finado Olavo Pires, a gente vinha aqui com ele, ali onde era a casa dos tratores, que hoje eu não sei o que é. Ele colaborou, muitos colaboraram e a gente conseguiu. Minha filha estudou na educação pré-escolar, a partir deste mutirão que organizamos.

Dei aula também no Aurélio Buarque de Holanda Ferreira para o magistério adicional, que é quando você termina o terceiro ano e faz o adicional. Vim para Porto Velho e fui trabalhar no JK como professora de pré-escola e depois como auxiliar de supervisão. Trabalhei na Seduc como técnica, foi quando conheci a amiga Dedê, a Denise. Depois fui para o Paulo Leal, convidada, e pela necessidade, pois eu precisava muito ampliar minha renda para ajudar minhas filhas, já adolescentes, pois um incidente aconteceu: o pai delas faleceu.

Eu não tinha vontade de entrar na vice-direção da escola, mas consegui esse cargo na vice-direção lá na escola Paulo Leal, fui lá, passei dois mandatos. Logo depois, passei na transposição para federal, e a Denise já estava aqui no IFRO e me convidou. Então, eu vim falar com o Diretor Geral, o professor Leonardo, uma pessoa humilde e maravilhosa. Ele me atendeu, fizemos o processo de transferência pelo MEC e deu certo. E eu estou aqui no IFRO e gosto muito do ambiente, dos profissionais. É muito bom, os alunos têm mais estrutura, um ensino mesmo de qualidade. Não desmerecendo os outros, porque é tudo uma questão estrutural... E realmente eu acredito muito aqui na educação profissional e técnica de qualidade.

Particpei de um curso de 360 horas pela Delegacia de Ensino de Campo Grande, na teoria piagetiana com a doutora Orly Zucatto Mantovani de Assis. Nossa, muito bom! Excelente curso de qualificação para os professores do ensino estadual. Ajudou muito na teoria e também na prática, na minha formação profissional e na minha formação da faculdade.

Tinham poucas capacitações no Estado de Rondônia quando comecei. Na aquisição de materiais da escola, era tudo em caixinhas, o poder financeiro ficava só para a instância superior. A escola não movimentava o financeiro. Então hoje eu acho que houve um salto,

porque a escola já tem suprimento de fundos. Ela pode ir à Secretaria de Educação e pode participar. Já pode comprar diretamente do produtor, diretamente da livraria, da papelaria. Então, acredito que houve um progresso, ao menos no que se refere à autonomia financeira da escola.

Em Nova Brasilândia, trabalhei na cidade, e ela tinha uma formação geográfica um pouco complicada, lá é tudo ladeira... E desce ladeira, sobe ladeira, o setor 14 era lá em cima e eu morava no setor 13, que era lá embaixo. Era assim, mas hoje é uma cidade mais planejada, já tem um progresso muito grande. Depois de muito tempo voltei lá e já estava tudo asfaltado. Mas na época era uma poeira, era cascalho, e na chuva era lama, hoje não. Nossa, o Estado de Rondônia, hoje é muito desenvolvido, graças a Deus, os governos, eles trabalham mesmo! E mesmo os municípios do interior receberam asfalto. Hoje, se duvidar, acho que tem asfalto daqui até Costa Marques. Tem muita estrutura já, mas no início foi muito sofrimento, foi pioneirismo mesmo. É como meus pais quando chegaram aqui, lá na rua que eu moro, Afonso Pena, lá era caminho da roça, era sapé, era cascalho e hoje é quase o centro de Porto Velho.

Quando assinei o primeiro contrato, foi por indicação. Não foi processo seletivo não, porque veja bem, não havia ainda a prática de contratar via concurso público, a dinâmica era diferente. O meu pai, não sei nem se posso falar isso, mas vou falar... O meu pai tinha o sítio do lado do secretário de Estado de Educação, o doutor Álvaro Lustosa. Ele gostava muito do meu pai, porque ele era muito trabalhador, e quando ele precisava de alguém pra olhar as vacas, o gado, pagava meu pai. Então, ele falou para o meu pai que tinha emprego lá na Seduc, que estavam contratando professores. Aí meu pai, mesmo semianalfabeto, se lembrou de mim. Quando fui assinar o contrato, estava de resguardo da Erika, minha filha mais velha, com quatro meses.

Não fiz concurso porque já tinha passado pelo processo de estatutária. Eu estava em Brasilândia, e as professoras que entraram depois de mim, os que vieram da Paraíba, tiveram que fazer concurso. Eles não entraram no plano.

Em 2000 eu fui demitida. Foi um sofrimento que veio rápido e se foi rápido, como num piscar de olhos... Nessa época eu trabalhava na Seduc e todos nós que não tínhamos entrado por concurso entramos num mapa, no rol dos demitidos, mas como a Sandra Marques, que era secretária, e o próprio diretor financeiro também estavam na lista, e eles eram os caciques da Seduc, os chefes... Todos com nível superior, então, fizeram um arranjo. A demissão saiu no edital à noite, no dia seguinte nós voltamos, porque a gente tinha nível superior. Meu nome entrou e saiu da lista da demissão.

Depois disso, não sei o que aconteceu, apareceu um edital, nós participamos daquele edital, que solidificou, confirmou para a gente permanecer. Logo em seguida veio o processo federal, que beneficiou os contratados, no meu caso, fui contratada em 1985.

Na educação profissional trabalhei em paralelo, na área técnica-administrativa na Seduc, um trabalho junto com o pessoal do ensino profissionalizante, mas não era assim como aqui no IFRO, que você já trabalha de forma direta com o técnico. Eu participei da montagem da ementa do ensino profissionalizante nas escolas do ensino médio, as escolas contempladas para ter o ensino profissional concomitante ao Ensino Médio.

Mas foi difícil implantar o ensino técnico concomitante nas escolas, porque tinha que estruturar as salas de aula e laboratórios. Se não me engano, a escola Risoleta Neves foi uma das escolas escolhidas. Mas faltava estrutura, faltava professor, laboratório e não tinha data certa para começar. Então saí da secretaria e não havia ainda entrado em funcionamento, depois fiquei sabendo que funcionou e agora já não sei mais como está.

Aqui no IFRO a realidade é diferente. Os alunos têm laboratórios, professores qualificados, que são concursados, os que não são concursados, são selecionados por uma banca, então é outro nível. Ah, eu estou gostando muito daqui! Eu acho que para mim é um prêmio quase no meu final da minha carreira. Ainda vou ter uns anos, se Deus quiser. E aqui temos um ambiente de trabalho muito bom, uma equipe muito boa: você, a Denise, Fernanda e as meninas ali, agora a nova chefe, o Diretor Geral, Nossa Senhora! Que pessoa amável! E a minha querida amiga Dedê, dos velhos carnavais. É muito bom trabalhar aqui, tanto financeiramente quanto profissionalmente. A gente aprende muito só de estar convivendo com pessoas desse nível. Só tenho elogios.

Também trabalho no município faz 11 anos, estou afastada por causa do meu estudo no mestrado, pedi afastamento de dois anos. Ainda não tenho dedicação exclusiva no serviço público federal. Perdi o prazo de entrar com o pedido de dedicação exclusiva, porque estava trabalhando muito lá no Paulo Leal. No município eu ficava na sala de leitura, trabalhava com as crianças do primeiro ao terceiro ano. No período matutino. Também fiz um trabalho maravilhoso na sala de leitura. Sempre fui assim, polivalente.

Eu gosto de arte, dei aula de arte no Paulo Leal. Mas isso aí é dom. Minha mãe era muito criativa, então acho que eu herdei esse dom dela. E a pedagogia tem essa abertura. Quando saí da vice-direção, que foi quando passei para o quadro da União, ainda fiquei um pouco na escola. Aí a diretora me lotou com aulas de religião, de arte, e filosofia, no segundo segmento do Ensino Fundamental II.

Professora Albanita Buarque de Souza

Cheguei em Rondônia no dia 1 de julho de 1985. Sou de Recife, capital de Pernambuco e estava aguardando abertura de concurso para contratação de professores, mas enquanto não abria concurso, fui passear no Rio de Janeiro, e depois vim para Rondônia. Vim para passear e conhecer o estado. Não vim com o objetivo de trabalhar. Tinha parentes aqui, dentre os quais um primo vereador e também médico; outro parente que tinha profissão de dentista, na cidade de Jaru. Quando cheguei, estava desempregada, e meu primo disse que estavam precisando muito de professor que já tivesse graduação para contratação, e neste período já era graduada. Aí disse: “Bem, posso ficar aqui uns seis meses, mas depois irei embora”. Esses seis meses viraram 37 anos. Há 37 anos que moro em Rondônia!

Desembarquei no aeroporto de Porto Velho às 01h00 e como meu primo foi me buscar e fiquei um dia em Porto Velho, pela manhã ele já me falou do emprego e me levou para assinar o contrato no mesmo dia. Lembro que cheguei bem cedo no aeroporto, e por volta das 09h00 já fui assinar o contrato. Fui lotada em Jaru. Perguntaram se eu queria ficar em Porto Velho, mas não fiquei segura pois seria muito distante da cidade onde morava meus parentes, e preferi ficar perto deles que moravam em Jaru; resolvi ir direto para Jaru.

Mas foi estranho, sabe por que? Porque no período em que cheguei não tinha a comodidade que a gente tem hoje. Faltava muita energia e não tinham alimentos em variedade. Eu vinha de uma capital, tinha outro tipo de alimentação, outras referências culturais, e aqui era mais como se fosse um campo, uma área de campestre. No começo estranhei muito e senti falta de casa, mas depois de seis meses vi a tranquilidade que era a cidade e resolvi permanecer. Permaneci e fiz minha vida aqui, como profissional e pessoal também.

Sou licenciada em Letras pela Universidade FAFIRE, Faculdade de Filosofia de Recife, que é acoplada à Universidade Federal de Pernambuco. Me formei em 1981. Tentei, durante três anos, concurso no Estado de Pernambuco.

Eu não tinha experiência com sala de aula e fiz somente estágio em sala de aula, mas me identifiquei com a docência e desejei ser professora. Resolvi fazer concurso, mas houve um período em Recife que não havia concurso público. Com esta situação resolvi ir para outro estado. Fui para o estado do Rio de Janeiro, porém como cheguei na metade do ano, não consegui nenhum contrato. Aí resolvi passear aqui em Rondônia e esperar para ver se haveria

concurso, e para minha surpresa já havia um contrato me esperando em assumir a docência aqui, por haver falta de profissional habilitado.

Fui contratada em Jaru. Fiquei quatro anos ensinando tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Trabalhei na Escola Capitão Silvio Gonçalves de Farias e no Colégio Plácido de Castro. Como a cidade não era tão agradável, não me identifiquei muito e achei Ji-Paraná mais avançada. Porto Velho considerei muito quente. Fiquei a passeio em Ji-paraná um dia e gostei, então pedi transferência para a cidade de Ji-Paraná. Desde início de 1990 estou aqui, e vim com minha filha, que na época tinha sete meses de nascida. Escolhi me mudar porque aqui tinha mais assistência médica, aqui já era uma cidade com melhor estrutura, melhor cobertura de serviços.

Com relação ao meu lado profissional, trabalhei na Escola Cedusp, que era ensino fundamental/médio e curso de graduação na Ulbra. E também foi minha primeira experiência com ensino superior. Tinha uma turma com alunos que ficavam na dependência da disciplina de Língua Portuguesa com outros professores. Trabalhei seis meses, mas não me identifiquei. Não gostei de trabalhar lá na Ulbra com esta turma e desisti de lecionar com o Ensino Superior. Trabalhei de 1992 a 2002 com ensino fundamental, com séries do fundamental, no Cedusp porque era parte da escola de ensino básico, e trabalhava no Estado também. Sempre trabalhei para o governo estadual com 40 horas lecionando no período da tarde noite

Trabalhei nas escolas estaduais: Lauro Benno, Marechal Rondon (com o curso Magistério), Marcos Bispo e a escola 31 de março, foi um período enriquecedor como professora e no período final de 2002 recebi uma proposta de gestão escolar. Em 2003, assumi o cargo de direção do CEEJA Teresa Mitsuko Tustumi / Ji-Paraná. Durante 12 anos trabalhei como diretora de escola, com isso adquiri uma grande experiência em trabalhar com a EJA(Educação de Jovens e Adultos). Depois, quando houve o falecimento de minha mãe, não me senti bem, entrei num estado emocional muito abalado, então preferi sair um pouco da direção para não prejudicar o trabalho e fui para a sala de aula. Fiquei na sala de aula porque me identifico mais com a sala de aula. Em 2016 entreguei a direção da escola. O vice-diretor, que durante minha gestão exercia o cargo de vice na época, ficou como diretor e eu permaneci na escola como professora, até que houve a transposição e pedi relotação para o IFRO, porque queria aprender um pouco mais, queria me aperfeiçoar minhas experiências. Não sei o porquê da decisão ... nunca tinha trabalhado com o curso técnico e gostaria de conhecer a modalidade para ter um pouco mais de conhecimento e também, com o objetivo de elaborar um curso

técnico para EJA, que eu sempre gostei de trabalhar me identifiquei muito com essa modalidade educacional

E hoje estou ajudando o IFRO a construir o projeto pedagógico de curso EJA e trabalhando com o ensino técnico também. Inclusive há projeto já está sendo finalizado, o EJA FIC VIVEIRICULTOR, no momento está sendo analisado pelas equipes do Instituto lá em Porto Velho. O mesmo já passou por vários departamentos. Estamos aguardando o retorno para fazer os devidos ajustes, ainda haverá treinamento com os componentes que irão atuar nesta modalidade, totalmente específico e uma clientela diferenciada, mas que nos próximos meses já esteja tudo pronto para iniciarmos. Vamos aguardar. Assim que retornar o projeto, vamos trabalhar com os professores.

Estou lecionando e também estou à disposição da escola para os ajustes dos projetos. Nós estamos preparando um segundo projeto, este na área de promotor de vendas, porém ainda estamos decidindo qual o formato. Entretanto, vamos esperar a demanda para elaborar esse outro projeto para a EJA, especificamente com o Curso FIC.

Atualmente, trabalho com os primeiros anos dos cursos técnicos, tanto no curso técnico de Informática, como em Floresta e Química, e trabalhei com o primeiro período de Engenharia Florestal, Licenciatura em Química e ADS (análise e desenvolvimento de sistema) com a disciplina de comunicação e expressão. Eu gostei muito de trabalhar com as turmas de graduação, mas por ser no horário noturno, e sendo muito arriscado na locomoção por ser distante de minha residência, desisti de lecionar para estas turmas. Sendo para mim muito arriscado, pois moro no segundo distrito, a escola fica num perímetro muito longe, então o deslocamento é muito perigoso para chegar até a minha casa tarde da noite. Com isso, solicitei para que fizessem uma troca com os meus colegas de área e eles fizeram a troca. Permaneci durante o dia, manhã e tarde, e à noite os colegas tomaram a frente dos grupos que atuava.

Estou já aproximando o prazo para me aposentar, tenho pouco tempo para trabalhar, já estou cumprindo a etapa solicitada depois da transposição. Encerro no máximo em 2025. Este ano darei entrada ao pedido com o processo de aposentadoria, e depois vou voltar para o meu estado, Pernambuco. São projetos de vida. Minha filha mora em São Paulo, já está casada fixou residência e eu vou voltar para ficar próxima aos meus familiares.

No ano de 1999 assumi a direção de uma escola pública, mas também não me

identifiquei, achei muito difícil de lidar. Abandonei a direção após um ano. Apesar que fui convidada para assumir a direção, pela Representação de ensino. Após esta experiência fui convidada, em 2003, pela mesma Representação de ensino para assumir um cargo de direção escolar no CEEJA. Depois passamos por processo de eleição e ganhamos todos os processos de eleição durante o período. Só saí da escola porque desisti mesmo da direção. Se não, estaria até hoje, hoje ainda me cobram para voltar para a escola, mas eu não quero mais direção de escola. Me desgastei muito fisicamente com direção escolar, porque é um trabalho que exige uma dedicação muito grande. Para conseguir os recursos era mais difícil ainda, porque a gente dependia, em tudo, de Porto Velho. Quer dizer, hoje depende também de Porto Velho, mas o dinheiro direto na escola ajudou bastante. No início era tudo em Porto Velho, às vezes vinha com atraso para a escola, a merenda e todas as coisas eram compradas pelo Estado e encaminhadas para as escolas, e costumava haver demora. Hoje a escola tem liberdade de fazer a compra, as licitações, mas antes era tudo Porto Velho que fazia, juntamente com o município e a prefeitura.

Quando cheguei em Jaru não recebi nenhuma capacitação antes de entrar em sala de aula. Eu cheguei, peguei todas as orientações, qual o procedimento da escola, a metodologia e já fui apresentada em sala de aula. Entrei na sala de aula para ensinar. Inclusive, os alunos estranharam, porque eu era muito nova. Gerou um impacto, né? Havia adolescentes que ficaram eufóricos porque eu era muito jovem. Mas graças a Deus não tive problema. O problema que tive no ensino fundamental foi com uma mãe, que não aceitava a reprovação da filha. O pai foi mais compreensivo. Ele veio conversar comigo, mas a mãe foi muito arrogante. Bati de frente com a mãe porque a menina não queria saber de estudar mesmo. Essa mãe não aceitava porque eu já era a terceira professora que tinha reprovado a filha dela. Penso que a menina tinha algum problema psicológico e sugeri para a mãe fazer um acompanhamento com psicólogo para saber o porquê, já que eu era a terceira, isso foi na época que eu estava chegando na escola, bem no início de minha carreira. A família tinha um grande poder aquisitivo e a mãe fez um escândalo na escola, disse que ia me processar, procurou a direção, a Secretaria de Educação. Chegou o final de 1985, a aluna foi uma das alunas que foi retida comigo.

Minhas experiências como profissional foram marcantes, uma delas resultou que fui até perseguida por um grupo de delinquentes em 2000, na Escola Lauro Benno; foi um período muito crítico, porque tinha muita gangue; tinha grupos de adolescentes muito rebeldes, que machucavam as pessoas para poder usufruir de algum objeto, ou somente para

causar dor mesmo. Um grupo de alunos ficou o ano todo fora da sala de aula. Quando foi no mês de novembro, eles queriam voltar. A escola aceitou e eu disse: “Não! Não tem possibilidade. Seria incoerência total e desrespeito aos colegas que estavam estudando o ano inteiro”. Seria uma afronta a mim o aluno passar o ano inteiro sem frequentar a escola, a sala de aula, e se submeter no final do ano às avaliações. Já estavam reprovados por frequência. A escola aceitou, trouxeram os mesmos de volta. Os alunos reprovaram, juntamente com o líder de uma das gangues que atuavam no bairro. Fui a única que reteve os alunos. Imagina o que sobrou para mim, né? Aí eles ameaçaram anonimamente, ligaram para a escola dizendo para eu me cuidar muito. Minha filha era pequena, tinha quatro anos de idade. Eu já estava separada. Fiquei com medo e pedi para mudar de escola.

Eu morava bem pertinho da escola, numa sub esquina da escola. Entreguei as notas dos alunos na secretaria, saí da escola, quando eu passei na frente de uma lanchonete, eles estavam bebendo um garrafão de vinho, tudo menor de idade, apenas o líder era de maior idade. Aí passei em frente, bem tranquila. Ele disse: “E aí professora, você foi a única que reprovou a gente?” Então eu respondi: “Professor não reprova aluno...”. Foi a única coisa que respondi para eles. Eles ficaram calados. De madrugada começaram a jogar pedra em cima do telhado, derrubar cocos do pé de coqueiro na minha casa, estouraram o portão da minha casa.

A única opção que tive foi sair da escola, fechar a minha casa, vender minha casa, mudar para outro lugar. Aluguei um apartamento em outro bairro, quando cheguei lá, um ex-aluno, que era líder de uma gangue também, bateu na minha porta e disse assim: “Professora, pode ficar tranquila que aqui fulano de tal não vai chegar. Aqui nós comandamos”. Ai, meu Deus! Saí de uma boca de leão e entrei em outra... Os pais vieram à minha casa, me pediram para eu voltar à escola. Diziam que os alunos não iam fazer nada. Mas eu não confiei.

Fiquei com medo pela minha filha e bati de frente com a direção, pedi para mudar de escola. Depois queriam que eu voltasse para a escola, mas eu disse: “não, não volto”, e fui falar com o delegado de ensino. Expliquei para ele que eu tinha uma filha pequena, tinha a minha vida, a de minha filha. E que não voltaria, já que fui a única pessoa que reteve os alunos. Eles jogavam pedra em cima do telhado da minha casa, me ameaçavam. Não volto numa escola em que não me sinto segura. Mas o argumento deles é que estava faltando professor. Então eu disse que se fosse obrigada a voltar, iria entrar com meus direitos. E então eu falei para eles que se a Secretaria de Educação assegurasse, por escrito a minha vida, a vida da minha filha, os meus bens materiais, eu voltaria para a escola. “Não tem problema nenhum,

mas eu preciso de uma segurança”. Então fui transferida para a escola que eu queria.

Solicitei a mudança da escola, me apresentei numa escola no centro da cidade, que tempo depois descobri com que um outro grupo de adolescentes dominavam este bairro e era um grupo adversário a esse grupo de adolescentes rebeldes da gangue anterior. Conversei com a direção da Escola Marechal Rondon sobre a possibilidade de ingressar na escola, e a mesma precisava de professor de língua portuguesa. A direção disse: “Você pode vir para a escola, vou te receber porque já te conheço, já sei como é a tua postura”.

Até aí tudo bem, viajei, levei minha filha para meus pais. Quando voltei, estava um tumulto lá, porque nenhum professor queria ir para essa escola citada anteriormente. Já sabiam o que tinha ocorrido. Aí inventaram que eu estava impedindo os colegas de ir para a escola, falando mal da escola. Fui chamada na Delegacia de Ensino, conversei com o delegado e expliquei que em nenhum momento menosprezei a escola, pelo contrário, elogiei os excelentes alunos que tive lá. Tenho ex-alunos que até hoje conversam comigo e são alunos que estão bem graduados, já são formados. Alunos que se saíram bem e que agradecem, um dos meus antigos alunos, que havia sido convidado como pessoa representante oficial Auditor da Receita Federal, já me fez um elogio, tempo depois em meio de uma reunião da nossa escola, em que eu estava como diretora.

Fui para a escola Marechal Rondon, escola que o Estado até ia transformar em instituto, né? Mas era só magistério, eram mais meninas que estudavam. Trabalhei lá durante seis anos.

No ano de 1987, houve aquele concurso interno, que depois até disseram que não tinha validade nenhuma, porque quem já estava dentro do Estado fez aquele concurso interno para regularizar a sua situação. Eu fiz e passei. Depois surgiu a notícia que ia ser cancelado e que a gente teria que fazer um concurso público. Eu não fiz. Pensei: não sei se vou fazer outro concurso, já passei. Se der problema peço meus direitos e vou embora do Estado. Não teve nada com a gente, graças a Deus. Esse concurso está provocando também questões na transposição para alguns professores, porque eles tiveram que quebrar o contrato e assumir o concurso. E como a gente já era antigo e tínhamos a previsão de passar para o quadro federal, se quebrasse o contrato, perderíamos. O Estado ameaçava demitir quem não fizesse esse concurso.

E em 2000 nós fomos ameaçados de demissão. Saiu uma lista, inclusive meu nome

estava na lista do pessoal que não fez concurso do Estado ia ser demitido. Aí surgiu uma primeira lista. Meu nome estava na lista. Só que como eles tinham colocado todo mundo, não ia ter professor no Estado. Assim eles suspenderam, colocaram somente o pessoal que não tinha graduação, até quem estava fazendo faculdade foi demitido. Todos os professores que tinham graduação desde junho de 1984 permaneceram, porque estavam amparados por uma lei federal.

Então fiquei na expectativa. Vi a lista no sindicato e falei: “não tem problema, eu vou embora, vou pra outro estado”. Não me demitiram porque ia faltar professor especialista na área. O que já era pouco. Havia uma falta muito grande de professores, tanto é que os professores que ainda não tinham formação atendiam o ensino fundamental, e nós dávamos aulas para o ensino médio. Esses professores demitidos foram para a Justiça. Foi aquela loucura, foi gente que morreu de infarto, funcionários que perderam os empregos e não receberam nada. Corria um boato que não receberiam direito nenhum e muitos não receberam. Então foi uma loucura. Você imagina uma pandemia hoje? Como é uma loucura, né? O período foi idêntico, muitos pais de família foram demitidos.

Passado um período, a justiça determinou caso seja demissão teria que pagar todos os direitos integralmente e sem demora, porque eles tinham direitos, quem era antigo no Estado, estava amparado por uma lei, era uma lei federal específica para contratados até final de junho de 1985. O Território passou para Estado, mas ainda tinha uma adaptação de um período para poder se regularizar como Estado. Esse período de adaptação foi exatamente a posse do governador, em 1987. Tanto é que os valores que eles recebiam eram da Federação. E a Federação continuou até 1991. Os servidores eram contratados pelo Estado, mas recebia pelo órgão federal. Então, por isso que nós tivemos direito à transposição.

O sindicato começou a brigar para transpor os servidores até o período de 1987, que era quando começou o Estado... A Ministra Erundina, na época não caracterizou que ainda era território, nem tendo os órgãos federais que mantinham o Estado, mas ela não aceitou. Então engavetaram a nossa transposição. No governo Lula, em 2009, foi feita essa reativação do pedido, e foi quando nos deu esperança, no caso de termos os direitos garantidos e passar para o quadro federal. Só que a legislação de 2009 não amparava o retroativo de todos os anos que perdemos, porque ficamos em defasagem salarial. A gente, que era graduado, recebia, de 1982 até 1987, de dez a quinze salários mínimos. Quando Jerônimo Santana assumiu o governo, caiu para cinco salários mínimos. Foi assim, uma queda assustadora. Teve muita

gente que desistiu e foi embora do Estado. Ele lançou concurso para tudo que é canto, inclusive o Nordeste. Veio aquela mobilização de gente do Nordeste, em 1990. O governo fez um concurso, uma expansão do concurso do Estado de Rondônia, foi aplicado concurso lá em Pernambuco e em outros Estados do Nordeste. Vieram vários nordestinos para cá achando que aqui ainda era mata, que não tinha estrutura, que nem tinha asfalto. De fato, a energia era limitada e não tinha alimentos em variedades. A televisão, podia você estar assistindo, e acabava a energia. A gente fazia fogueira na frente de casa para poder matar os mosquitos, espantar os insetos voadores, porque não tinha energia e ninguém conseguia dormir. Aí passaram essas informações para o pessoal que veio do Nordeste. Eles trouxeram roupas, muitas roupas, muita coisa pra não passar privações aqui. E o que aconteceu? Eles tiveram que vender tudo, pois tiveram que vender o que eles haviam trazidos para poder pagar uma passagem de volta, porque eles ficaram seis meses sem receber os salários no governo de Jerônimo Santana.

Na época, ajudei um casal de nordestinos que trouxe uma criança de um ano. Chegaram aqui com a promessa de ganhar muito bem e de ter até moradia. Essa foi a conversa que surgiu! No meu período, nós professores, ganhamos uma data e dois alqueires de terra para poder povoar Jaru. Então eu perdi os dois alqueires, devolvi, porque teria que desmatar e viver lá. Só ganhei a data, e tive que construir.

Então todos que participaram do concurso, vieram abastecidos. Quando chegaram aqui, se decepcionaram. Muitos passaram fome, não tinham nem o que comer, nem dinheiro para comprar comida. Então esse casal que eu conheci, hoje é um grande amigo e morava próximo a nós; eu fazia compras porque eles não tinham como comprar.

E eram pouquíssimas escolas que tínhamos aqui. Tinha mais escolas de alfabetização. Alguns ainda conseguiram trabalhar no supermercado e fazer venda das peças de roupa que eles trouxeram. Voltaram com uma mão na frente e outra atrás. Eles se revoltaram bastante. Precisava ver a quantidade de nordestinos que vieram. Teve gente que foi de carona de caminhão para poder voltar pro Nordeste. Meu Deus, a coisa foi feia!

Com o passar dos anos veio a transposição, e para ser transposta entreguei a documentação em 2010, e entrei para o quadro federal em 2019. Passei ainda nove anos aguardando. Eu e mais alguns professores locamos um transporte e fomos a Porto Velho, ali junto a um órgão, agora é o Shopping Porto Velho, ali na Rio Madeira. Fizemos a

apresentação. Recebi o protocolo da transposição, não tive problema nenhum com a apresentação dos documentos. Só que as atas demoravam demais. Era muita ata para analisar. Começaram a divulgar as atas, e os colegas que foram junto comigo na mesma época, entraram primeiro do que eu. Quando saiu a minha ata eu tive que refazer toda a documentação. Fui a Porto Velho pessoalmente. Demorou uns meses, e já comecei a receber salário como federal. E com ajuda do Instituto ingressei em 2020 para o IFRO

Gosto muito do IFRO porque tem uma estrutura totalmente diferente da estrutura das escolas estaduais. Muito bem organizado, muito bem estruturado. Você tem todo o apoio, tanto apoio pedagógico como psicológico. Tem um acompanhamento, tudo o que pedimos, nos ajudam, não tenho problema. E a escola está toda informatizada. Na questão de informática! Eu tenho muita dificuldade com informática, estou com 66 anos, mas o grupo de profissionais atuante sempre está ajudando, dando uma ajuda para que eu possa desenvolver meus trabalhos.

Aprendi muita coisa, e como aprendi! E quando chegou a pandemia, eu sofri. Sofri para gravar, por lecionar com aula online, ficar o tempo todo sentada, para quem sofre da coluna foi um tormento ... Sofri muito com a questão da pandemia, mas passamos, vencemos essa etapa. Só que foi uma etapa de uma grande provação profissional. Porque a falta do feedback do aprendizado do aluno me deixou muito angustiada e ansiosa, pois amo estar em sala de aula em minha área. Eu não conseguia ter aquele feedback que eu desejava com meus alunos, foi uma experiência frustrante, porque é totalmente diferente do presencial. Isso ainda tem refletido, pois precisamos trabalhar os pressupostos, os pré-requisitos desses dois a três anos de pandemia. Não está sendo fácil. Mas graças a Deus a gente está vencendo. Os alunos estão muito angustiados e muito ansiosos. Tudo isso é um reflexo negativo da pandemia. Mas graças a Deus estamos conseguindo vencer os obstáculos.

Professor Hamilton Carvalho da Costa

Sou natural de Guajará Mirim, a pérola do Mamoré. Meu pai é de Fortaleza, da cidade de Sobral, ele é filho de português. E minha mãe nasceu em Guajará Mirim. A minha avó materna era filha de sírio-libanês e de escrava fugitivo, pois fugiu muito escravo para Belém. Então, meus avós maternos se casaram em Belém e foram para Guajará-Mirim.

A minha contratação para trabalhar no ex-território foi através de um convite feito pela secretária de Educação do território, Marise Magalhães Costa Castiel, em 1978. Ela foi fazer uma visita em Guajará Mirim, conversou com os alunos que estavam terminando o segundo ano de magistério. Ela escreveu a relação de documentos no quadro e disse: “Quem quiser trabalhar a partir de fevereiro do ano que vem (1979) entregue essa documentação na mão da diretora”. Na época, a diretora do Instituto Paulo Saldanha era Ana Dora Barros de Souza. Então, todo mundo entregou a documentação na mão dela. Mas ficamos naquela: será que vai vir? Será que nós vamos ser chamados? Quando foi dia 31 de janeiro de 1979, nosso nome saiu na rádio, que era na antiga Escola Batista Cepelos, na rua Leopoldo de Matos.

Tínhamos que comparecer em Porto Velho, mas aí ninguém trabalhava, como nós íamos? Mamãe e papai foram os patrocinadores. A estrada não tinha asfalto, era um atoleiro. Nós saímos na sexta-feira à noite, meia noite. A rodoviária era ali na esquina do Hospital Bom Pastor. Chegamos lá amanhecendo, às 05h30 da manhã, de segunda-feira. O pessoal queria tomar banho, e eu disse: vamos logo assegurar o contrato, depois a gente toma banho. Pegamos um táxi. Fomos em seis pessoas num táxi só. Na época, a Secretaria de Educação era ali ao lado do Carmela Dutra. Fomos recebidos pela professora Ursula Maloney, que foi a pessoa com quem nós assinamos o contrato, e depois Dona Marise Castiel mandou expedir a portaria já direto para a escola em que íamos trabalhar. Nós já voltamos de Porto Velho com a portaria em mãos.

Então, em 1979 eu trabalhava de manhã e estudava à tarde, terceiro ano do magistério, e à noite eu fazia o curso de contabilidade na escola Rocha Leal. Só que eu não aguentei o rojão e tranquei o curso de contabilidade. Até então meu contrato era só de 20 horas, e depois foi dobrado automaticamente, sem eu pedir. Fui trabalhar com alfabetização no Colégio Paulo Saldanha. A noção que eu tinha de alfabetização era a que a professora Maria Auxiliadora nos deu no segundo ano. Então nós entramos assim, praticamente às cegas e fomos aprender na prática, no dia a dia. Ainda bem que tínhamos supervisoras excelentes. Mariazinha, Maria Auxiliadora, Ilda Saraiva e Maria do Carmo Lins.

Alfabetizando foram cinco anos, e depois que a gente pegou o embalo da coisa, a

gente foi caminhando normalmente. E quando surgia uma dificuldade, a gente corria com quem já estava há mais tempo na área. Tinham muitas professoras antigas na época, então a gente corria para pedir informação. Era a Anastácia Lourença Ramos, a Ana Agripina Néri da Trindade, que inclusive ela foi minha professora de alfabetização, a dona Silvina Gomes. As dificuldades surgiam, então a gente ia sanando assim, aos poucos, conforme desce.

As capacitações aconteciam no mês de julho. Naquela época o recesso era o mês inteiro de julho. O pessoal de Porto Velho deu um treinamento, sabe, com tudo. Depois a gente foi deslanchando, procurando trabalhar sozinho. E meus materiais, eu mesmo que sempre fiz, sempre confeccionei. Aproveitei que eu tenho a letra boa, e confeccionava os meus. E por aí foi, e fui gostando, fui gostando, e fiquei. Depois de um tempo eu fiz um acordo com a diretora, porque eu não queria mais trabalhar com alfabetização, e fui para uma segunda série, que é onde você vai terminar de alfabetizar o aluno. Naquele tempo, ele ia para a segunda série já sabendo ler e escrever e as quatro operações, com a noção básica da divisão e multiplicação. Trabalhei três anos na segunda série, e pedi para subir para a terceira série, e assim eu fui subindo o degrau da escada e fui trabalhando. E fui gostando. E fui gostando.

A escola Paulo Saldanha tinha uma estrutura boa, tinha merenda escolar, livro didático, mas material pedagógico não tinha muita coisa. Eu juntava as coisas, eu tinha caixa com tampa de garrafa, caixa com palito de picolé. Eu andava com um sacolão, parecia que eu tinha saído de um supermercado. Mas foi bom, não me arrependo. Eu me sentia valorizado. Eu gostava, eu gosto. Eu gostei do que fiz. Se hoje você me perguntasse: Hamilton, você faria tudo de novo? Eu digo faço. Faria tudo de novo. Não me arrependo em momento algum, e digo isso embevecido de emoções.

Depois vieram outras diretoras. Veio a Sônia Régia, que foi uma diretora excelente, dava muita explicação para a gente. Fazia reuniões na hora do intervalo e ensinava, como ela era muito boa na área de ciências e matemática, então ela procurava abordar o assunto com a gente. Quando tínhamos um pouco de dificuldade, então ela mesma fazia o papel de orientadora. Também tinha a Dorotéia, que auxiliava muito a gente, eu recorri muito a ela, adoro ela. Me orientou muito mesmo. Ela e a Mariazinha foram duas peças na minha vida que jamais esquecerei.

Quando a Ana Dora saiu da direção do Paulo Saldanha, e foi ser secretária de educação, ela nos separou. Disse: “Vou separar esses dois danados”. Que era eu e a Doroteia, então, fui trabalhar no Floriza Bouez. A diretora era Silvânia Gomes Domingos. A escola era Municipal, mas naquela época as escolas municipais, eram também atendidas pelo Estado, pelo território. Não tenho do que reclamar, era uma clientela mais humilde, mas bem

comprometida com o aprendizado, apesar da diretora ser muito econômica, mas a gente conseguia as coisas.

Trabalhei no supletivo, Cláudio Fialho, com o SPG, que era Suplência de Primeiro Grau e o SSG, que era Suplência de Segundo Grau. Tinha o ensino primário, que era dividido em primeira, segunda etapa e terceira etapa. A primeira etapa era alfabetização, que abrangia a primeira e a segunda série. A segunda etapa era a terceira série e a terceira etapa era a quarta série. No supletivo eu trabalhei nove anos e seis meses. Também não posso reclamar. Quando fui me apresentar para a professora Judite, que era a diretora na época, entreguei a portaria para ela e ela me entregou um livro de língua portuguesa bem grosso. E disse: tá aqui, o livro é seu, TV. Mas não é de televisão e de “te vira”. Quer dizer, estuda! Trabalhei com o SPG durante o dia e o SSG à noite. Foi um desafio, mas foi um aprendizado.

No ensino primário, você trabalha com as quatro disciplinas e não tinha professor auxiliar. Você tinha que dar seu jeito e se você tivesse na turma de alfabetização, até o mês de julho, os alunos já deveriam estar escrevendo, lendo e sabendo as quatro operações com a noção de divisão. As supervisoras iam assistir sua aula uma vez na semana. Depois elas te chamavam na supervisão, elas tinham tudo anotado, o que você precisava mudar. Elas te orientavam. Era diferente da de hoje. Hoje vejo a supervisão atuar mais no burocrático do que na parte pedagógica. E naquela época, a supervisão atuava juntamente com o professor, dava suporte ao professor.

Do supletivo, voltei para o Paulo Saldanha, fui convidado pela Lilian, e de lá só saí quando fui embora para Vilhena, sabe? Nesse tempo trabalhei com quarta série, quinta, sexta, sétima e trabalhei com magistério. Foi uma experiência, um aprendizado pra mim.

No período de transição de Território para Estado, em 1981, foi um barulho muito grande para pouca coisa. Quando foi em 1990 nós fomos fazer a opção. Chegou um documento na SEMEC, em Guajará Mirim, para que todos fizessem a opção de quem quisesse ser federal ou estadual, era uma convocação para irmos lá preencher esse papel. Era um papelzinho bem vagabundo, que você não dava crédito. Tinha lá os enunciados falando se você quisesse ser federal ou passar para estadual, aí você marcava onde você queria ficar. Essa transição foi bancada pelo senador Odacir Soares.

Nós éramos mantidos pela União e o território pagava nosso salário, depois que nós fizemos a opção, aí pronto, acabou, ficamos direto na União. Também não teve barulho, não teve nada. Foi o Odacir Soares que tomou a frente. Foi um projeto dele que deu certo, dele e do Teixeira, que na época era o governador. Após esse processo, com 90 dias o dinheiro estava na conta.

Eu só demorei a receber o dinheiro do primeiro pagamento porque comecei a trabalhar no dia 1 de fevereiro de 1979, mas o meu contrato real só foi assinado dia 12 de março de 1979. Fui receber no sétimo mês. Era doído, você só olhava e não podia comprar nada. A minha sorte era que eu tinha meu pai vivo, então ele dizia: “Não se preocupe que vou bancando, quando você receber a gente põe as coisas na linha direitinho”. Quando recebi, não abri conta, então saí com dinheiro todinho num saco do banco da Amazônia.

Após a transição de território para estado, a situação na educação ainda perdurou um bom tempo da mesma forma, bacana, não teve muitas mudanças. A gente podia chamar a atenção do aluno, os pais nos apoiavam, principalmente no Paulo Saldanha, nós tínhamos um trabalho em conjunto com a família. Era uma escola muito boa. E mesmo quando fui trabalhar no Floriza Bouez, também era uma caminhada juntamente com os pais. A diretora era muito organizada, muito competente no que ela fazia.

Fui para Vilhena em 1998, e lá comecei a sentir a diferença. O negócio foi difícil, não pesou muito para o meu lado porque também me fiz de doído. Se o aluno é doído, o professor tem que ser doído e meio para aguentar o rojão!

Na escola Ronaldo Aragão foi uma maravilha. A Conceição, como diretora, e aquele corpo de professores, eu não tinha do que reclamar. Depois que entrou Dona Ivone, ela foi muito boa, excelente. Tive atrito com a Marlice, porque ela era muito de piada e eu não sou de piada, já procuro resolver logo, meu estopim para piadinha é curto. Em termos de aprendizagem eram bons alunos, uma clientela humilde, de um poder aquisitivo mais baixo, porém interessado.

Quando fui para a escola do centro, Wilson Camargo, notei a diferença, porque era cheio de babação. Os professores tratavam diferente quando era filho de um empresário, filho de advogada. Os professores costumavam passar a mão na cabeça. Eu nunca tive isso. Acho que aluno, você tem que tratar igual, do mais pobre ao que tem o maior poder aquisitivo. Tem que ter igualdade, tem que ser tratado igual. Você não pode diferenciar nenhum. Nessa escola também trabalhei com magistério, com as disciplinas de História de Rondônia e Geografia de Rondônia. Fiz meu curso superior em pedagogia em 2001, em Vilhena, na AVEC.

Eu não fazia só a parte de ensinar, quando via que os alunos não estavam muito querendo a matemática nem o português, então eu dizia: você vai escrever no papel o que você quer aprender hoje. Eu já dizia que não sabia ensinar como montar umas coisas, tipo bicicleta, mecânica de carro, essas coisas. Dentro do assunto da escola, você pode perguntar. E não era só isso não, eu ensinava como proceder em casa com os pais, os irmãos, questão de horários, os bons costumes, princípios, religião, respeitar a religião do outro. Tanto que eu

cobrava que os alunos fossem à missa no domingo. Então, se eu cobro, tenho que ir. Levantava cedo, só Deus sabe, tomava um banho e ia para a missa de manhã, na igreja católica. Também fui umas três, quatro vezes na igreja evangélica dos alunos. Até então nunca tinha entrado em uma igreja evangélica.

Eu fazia, também, a parte de higienização, na sexta-feira, depois do intervalo. Eu levava uma toalha branca, um pente fino e falava: vamos pentear o cabelo direitinho, que é pra não ferir a cabeça. A direção da escola não dava palpite, a diretora disse um dia: “Hamilton eu acho legal a forma que você trabalha”.

Nunca me afastei da sala de aula e nunca peguei supervisão, direção. Convite eu recebi, mas nunca quis. Preferia a sala de aula. É mais trabalhoso, mas é mais prazeroso você ver os seus serviços. No momento em que o aluno aprende a ler, começa a sair o primeiro som das palavras da boca dele. Aquilo ali é gratificante para você. Você está fazendo com que alguém ali aprenda a ler. Em Guajará-Mirim tive vários alunos que iam tomar aulas particulares em casa, comigo.

Eu tenho o EBTT e o RSC, porque não aposentei na emenda 20. Me aposentei em abril de 2014, foram 35 anos de serviço. Tem muita gente prejudicada. Eu acho muita sacanagem do governo. Levamos uma documentação para Porto Velho, então não teve problema para quem se aposentou de 2013 para frente. A minha sorte é que eu não fui aposentado na emenda 20. Porque o pessoal que foi, vive até hoje enrolado, dizem que eles não têm direito ao EBTT.

Dei aula de reforço ano passado (2022) aqui no Gama, DF, no condomínio onde moro atualmente. O aluno foi embora, ele tem necessidades específicas. Era um trabalho muito minucioso. Então, fiz muito recorte de letras e muito recorte de figuras. Eu ensinava cortar e depois ele recortava tudinho. Tinha tudo num copo separadinho, letras, animais, plantas. A professora da escola disse aos pais que estava surtindo efeito o trabalho que eu estava fazendo com o menino. Eu nem cobrava o valor certo de uma aula particular, eu fazia mais pra ajudar a criança. E eu discordo da aprovação automática.

Professor Ruzel de Oliveira da Costa

Sou amazonense, natural de Manaus. Cheguei a Porto Velho no final de dezembro de 1983, a convite de uma tia. A intenção era passar as férias, mas gostei da cidade e fiquei até hoje. Aqui me profissionalizei, constituí família. Na época a cidade era tranquila, trânsito com pouca movimentação. Hoje sou Cidadão Honorário de Porto Velho.

Em Manaus, estudei no Instituto Batista Ida Nelson, onde concluí o Curso de Magistério. Em Porto Velho concluí a Licenciatura Plena em Geografia na Universidade Federal de Rondônia. Assinei contrato em 16 de março de 1984, com 40 horas: 20 na Escola Estudo e Trabalho e 20 horas na Escola Eduardo Lima e Silva, época em que a Zona Sul estava em ocupação, incentivada por uma figura conhecida política de Porto Velho.

Sempre fui lotado na capital, onde ministrei minhas aulas nas Escolas Estudo e Trabalho, onde estive também como Diretor; Escola Eduardo Lima e Silva, Escola Padre Chiquinho; Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Padre Moretti e por último, uma grande experiência e satisfação, como professor no Sistema Prisional, onde atuei por 11 anos.

No setor privado atuei como professor na Escola Carlos Costa, Colégio Dom Bosco, Colégio Objetivo, hoje Sapiens e na Faculdade Faro, onde ministrei aulas nos Cursos de Pedagogia e Jornalismo.

Quando cheguei a Porto Velho, já era estado da federação, mas um exemplo, foi a continuação do Governo de Jorge Teixeira, que foi o último governador do Território Federal e o primeiro do estado de Rondônia, que sem dúvida foi o mais atuante governador que Rondônia já teve. Outra marca deixada foi a pavimentação da BR 364 em 1984, que trouxe um grande fluxo migratório, oriundo de todas as Regiões, mas principalmente sulistas.

O estado de Rondônia foi criado em 21 de dezembro de 1981, pelo Decreto-Lei 041, assinada pelo então Presidente da República João Batista de Oliveira Figueiredo, portanto, as estruturas físicas, ainda eram heranças do Território Federal, mas que atendiam satisfatoriamente a clientela escolar, embora tivessem limitações... Até os dias atuais, ainda presenciamos situações em que as Escolas demandam de estruturas físicas, de carteiras, instalações elétricas, sofrem com a falta de docentes etc. Antes da instalação da Usina Hidrelétrica de Samuel a primeira a ser construída, a grande problemática era a questão da falta ou racionamento de energia elétrica, que prejudicava as atividades, principalmente no período noturno. Logicamente, que hoje, as escolas estão mais bem estruturadas, com

refrigeração em salas de aula, equipamentos tecnológicos, não usamos mais mimeógrafo a tinta ou a base de álcool, utilizamos hoje pincel para quadro.

Sempre houve oferta de capacitações, que antes recebia o nome de “Reciclagem”. As capacitações eram feitas com cursos presenciais, palestrantes locais, nacionais e internacionais. Mas, creio que o mais importante é que o servidor público, esteja sempre se atualizando, com a sua capacidade de leitura, de escrever, produzir, interpretar, de ser curioso. Sem prejuízo das ações do Estado em rol da formação, é importante que o servidor tenha autonomia para buscar se aprofundar em sua área de formação e esteja sempre atualizado.

Antes da chamada Gestão Escolar, as Escolas eram abastecidas diretamente pela Secretaria de Educação, que provia as escolas com mantimentos, a merenda escolar. Na época em que tinha cursos profissionalizantes, no antigo Segundo Grau, o aluno já saía como um curso técnico, como por exemplo, Contabilidade, Magistério, Administração, Informática. Atualmente, o discente conclui o Ensino Médio, sem formação e com o objetivo de realizar o Enem. Até hoje, encontro ex-alunos que ainda estão na profissão, com escritório de contabilidade, mas os professores que seguiram a carreira no magistério, logicamente que continuaram os estudos, chegando ao Curso Superior.

Antes, praticamente não havia distribuição de livros didáticos, como ocorre atualmente, como também de outros materiais. Havia merenda escolar para os alunos que desejassem se alimentar. Também era muito comum as Cantinas. Em relação ao transporte escolar até hoje, ainda existem problemas para serem solucionados pelo estado e pelos municípios.

Quando você assume um cargo público, pela CLT ou por Concurso, através do edital ou chamamento, aceita o que está escrito, principalmente na questão salarial, logicamente que poderia ser muito melhor, bem mais atrativo. Infelizmente, na questão atual que ocorre principalmente nas escolas públicas que desvaloriza e ofende muito ao professor, ter que ministrar, assumir determinadas disciplinas, que não estão na sua formação, para cumprir sua carga horária semanal. É muito comum, por exemplo, o professor de Matemática ter que assumir aulas de Química e Física para completar a tal carga horária. Professor de História, sua formação, assumir aulas de Geografia, Sociologia, Filosofia, e assim por diante. De quem é a culpa pela falta de professores para as disciplinas específicas? Do Professor?

Antes de fazer parte do quadro do Instituto Federal, estava lotado na Educação Prisional, uma experiência muito interessante, e até acima das expectativas. Hoje, lotado no IFRO, como professor, tenho uma grande satisfação em lecionar. Aqui sou professor de Geografia em cursos do Ensino Médio Integrado ao Técnico.

A função do Instituto Federal é a produção de equipamentos, projetos, com o objetivo de atender, ou minimizar as necessidades da comunidade local, como também a preparação, a qualificação da mão de obra para suprir as demandas, como também a formação do cidadão, cumpridor dos seus deveres e direitos. O estado de Rondônia está vivenciando atualmente, a possibilidade de instalação de vários projetos industriais e o nosso maior desafio é a qualificação de profissionais, tanto no ensino técnico, quanto no ensino superior. Outro grande desafio é acompanhar as tecnologias que estão sempre em transformação.

Professor Mauro de Oliveira Souza

Cheguei em Rondônia em 1985. Sou natural do Paraná. Cursei duas faculdades, sendo uma licenciatura curta em Ciências e depois complementação em Matemática.

Rondônia ainda era um Estado que estava iniciando. Como cheguei com formação em Matemática, com nível superior, assumi diretamente uma escola. Já fui para a direção, porque não tinha professor, não tinham pessoas qualificadas, então me fizeram uma lotação. Por opção minha, quis ir para um distrito aqui de Ji-Paraná, que até hoje é distrito. A promessa era de crescimento muito grande. Só que cheguei no meio de uma invasão de uma área indígena. Isso é interessante, pois a promessa, no início daquele distrito, como vários daquela época, era se tornar um município, era crescer, com educação. E eu me vi numa situação inimaginável como diretor: vi a escola, em poucos meses, virar abrigo para os despejados. Muita revolta, muitos policiais, muita discussão. Foi onde remanejaram ou transferiram esse pessoal. Doaram terra em Machadinho d'Oeste, e até me convidaram para ir para lá na época, mas por causa da malária, das muitas doenças, não fui... Permaneci ali neste distrito de Nova Colina, como diretor, atendendo. Eu tinha ali, na minha responsabilidade, cerca de 40 escolas. Nova Colina era um polo.

Era algo, para quem estava iniciando, que enchia os olhos para quem pensava em educação, escola, muito trabalho novo, muita garra. Assumi ali, e além de fazer esse trabalho, de direção, de coordenação de toda aquela área, região, distribuição de merenda, de tudo que você pudesse imaginar para essas escolas, que funcionavam realmente... Até para aquele professor que estava lá no final da linha, a gente dava o suporte, dava aquele apoio e a gente tinha apoio para isso. No entanto, essa questão era difícil, porque você também tinha sala de aula, ministrava aula daqueles professores das áreas que faltavam, não só da minha área especificamente, como ciências e outras. Fazíamos o possível para que o aluno não tivesse aula vaga, que ele não tivesse essa deficiência tão gritante que seria a falta do professor, a falta de aula. E aí mais tarde vi que não tinha muito futuro. Já começou a questão do Estado assumir a parte dele, o papel sobre a educação, tirar do município. Houve até um termo de uma época, não me lembro bem o governo, se foi o Piana. Acho que foi no governo de Osvaldo Piana, que surgiu um personagem que eu nunca ouvira falar. Um tanto curioso, seria "Liquidante". Que fez aquela liquidação. Olha só, eram uns termos! Era algo assim que a gente ficava um pouco impressionado com tanta mudança, mas sempre deixando de lado os termos e as situações e partindo sempre do princípio do profissionalismo de um educador.

Assumi também já aqui em Ji-Paraná, uma escola muito antiga, tradicional, como

vice-diretor, por cinco anos. Então, em gestão escolar, eu trabalhei no início da minha carreira em oito anos como gestor escolar. Tive alguma dificuldade? Tive, claro, porque naquela época tudo era difícil, não se tinha recurso direto para a escola. O diretor tinha que fazer festa, tinha que fazer rifa, tinha que angariar fundos, né? Para gerenciar uma empresa filantrópica, para conseguir manter o mínimo para o professor dar aula, comprar um giz, comprar um material escolar. Então foi esse o início da educação quando comecei a trabalhar aqui em Rondônia, um desafio muito grande!

Passado alguns anos, vim também a ser Representante de Ensino aqui em Ji-Paraná. Fiquei por três anos e meio, graças a Deus, foi numa época muito boa, uma época já diferenciada, onde as escolas já tinham recursos direto do Estado e do MEC, então elas conseguiam se manter, passaram a ser uma empresa e ter que prestar conta de todo recurso que recebiam. A escola tinha um diretor pedagógico e tinha que ter um diretor administrativo, mas aí já se ganhava pelo menos um pouquinho por essa função, porque quando eu cheguei não crescia nenhum centavo no salário por exercer um cargo, exercer uma função.

Hoje digo assim: estamos no paraíso. O sonho de estar finalizando uma carreira na educação, numa escola federal como o IFRO, que eu vi nascer, que nasceu na época da minha gestão, aqui em Ji-Paraná, como Representante de Ensino. O local dessa escola estava sendo tomada e invadida, porque era uma antiga escola agrícola. Tenho cópias de documentos de ofício do secretário de Estado da Educação para manter uma equipe aqui pra segurar o espaço que estava sendo tomado ou sendo invadido pelas pessoas. Passei para a atual diretora do Campus várias informações, alguns papéis e documentos que eu tinha cópia, guarda do histórico do campus.

Ainda conseguimos resgatar uma boa parte que hoje é do Instituto. E aí o governador falou: “não, não tem condição de manter uma escola profissional”. O Estado iria inicialmente criar essa escola. Tinha que manter uma equipe pedagógica trabalhando aqui e o pessoal queria tirar de todo jeito. Eu falei: não, nós não podemos perder uma área dessa. E o governador, a gente tinha um elo forte de amizade e ele confiava muito no trabalho, ouviu a questão e houve uma negociação política e administrativa. E ele cedeu essa área para o Instituto Federal. E aí foi festa. O pessoal veio de Brasília, assumiram isso daqui e graças a Deus hoje nós temos um Campus maravilhoso, como todos os campi do estado. Conheço boa parte, pois na época do Pronatec, dos cursos FIC, fiquei com a parte sul do Estado. Eu trabalhava com a professora Teresa Sabino, de Porto Velho, ela trabalhava na educação profissional, na Seduc, era gerente de educação profissional e eu trabalhava numa assessoria. Viajei para Vilhena, Colorado para a implantação dos cursos Pronatec, com todos os

catálogos, ajudando o pessoal, incentivando. Estivemos em Cacoal também e foi uma experiência muito grande, muito boa na educação.

Não cheguei a trabalhar diretamente no Centro de Educação Profissional e Tecnológica do Estado. Eu fiz parte da equipe gestora da equipe que estava fazendo esses estudos. Inclusive teve uma escola em Guajará Mirim, numa comunidade lá que foi do governo e implantou. Então nós estávamos trabalhando em função disso, mas como eu ficava em Porto Velho, era muito difícil para mim estar acompanhando a equipe lá. O que foi bom também é que se formalizou várias parcerias com as escolas rurais. As escolas que nós temos rurais, as EFAs - escolas família agrícola. Conheci várias. Sentamos, viajamos muito juntos, fazendo esse meio de campo, como se diz entre governo Seduc e essas escolas. Foi ali por volta de 2003 a 2006.

Então esses desafios foram marcantes na minha vida. E eu imaginei já naquela época e falei: “olha, um dia vou dar aula nesse Instituto”. E graças a Deus hoje eu estou aqui já com quase 40 anos, vou completar 39 anos de educação, então é muito gratificante para mim, tá? Essa é uma rápida história do que eu vivenciei em termos de educação. De lá para cá a gente vem ouvindo, vendo várias mudanças, mas o importante é que o professor continua sendo o professor e o aluno continua sendo aluno.

Chegou uma época em que o salário do professor do Estado era um dos salários mais baixos. Era uma dificuldade muito grande, nesse período surgiu uma necessidade, que também foi um sonho que se realizou, que foi trabalhar, dar aula numa universidade. E por 26 anos eu fiz o trabalho das 40 horas no Estado e cumpria 20 horas na universidade ministrando aulas de matemática nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, no curso de Informática ou Engenharia Agronomia. Foram 26 anos ministrando aulas de Matemática Estatística. Tive assim uma boa experiência. Foi onde surgiram algumas oportunidades de participar de alguns grandes eventos fora do estado e inclusive uma pós graduação. Então isso foi muito bom para mim, porque eu estava numa situação, numa condição de quase desistência da educação, mesmo gostando. Era difícil sobreviver com um salário e com as condições de trabalho que se tinha no Estado. Hoje nós podemos agradecer a Deus. Eu quando fui transposto, o Estado já tinha uma outra realidade, já tinha um diferencial bem maior do que como foi no meu início de trabalho aqui.

Trabalhei no ensino profissionalizante no início da minha carreira. Não foi assim um tempo muito grande, mas eu tive. Eu trabalhei um ano ainda quando era acadêmico de matemática na escola, numa escola comunitária de ensino médio, nos cursos de Magistério e no curso de Técnico em Contabilidade. E quando eu estive como vice- diretor por cinco anos

na Escola Marechal Rondon, que hoje tem um título Instituto, foi porque nessa época existia o magistério e lá funcionava o curso superior em Magistério e eu realizei junto com a equipe, a criação dos cursos adicionais. Eu vi a possibilidade. Seria adicional, porque a carência de professor era muito grande, então, bem antes dessa questão do Prohacap, que ajudou muitos professores a melhorar o seu conhecimento profissional e ter uma graduação, nós pensávamos nisso ali, enquanto escola técnica, como magistério, de qualificar um pouquinho mais. Então, o Adicional seria uma pós-graduação para aqueles alunos, aqueles profissionais da área que trabalhavam no ensino fundamental. Vamos dizer assim, a primeira parte, de primeira a quarta, hoje quinto ano. Para esses profissionais, que gostariam de trabalhar ou quem tinha aptidão por Matemática, Ciências, ou então para a área de Letras, mas humanas que trabalhavam línguas ou História, Geografia.

Foi assim que eu pude conhecer Porto Velho de perto. Então, várias, várias semanas, vários meses viajando para Porto Velho com vários documentos, e demos entrada no Conselho Estadual de Educação e conseguimos aprovar isso. Trabalhamos por alguns anos nessa área profissional para uma melhor qualificação dos nossos professores que iriam trabalhar, que estavam trabalhando aqui nas nossas escolas estaduais aqui em Ji-Paraná. Eu sempre digo que o maior erro que os nossos governantes tiveram foi ter acabado com o ensino profissional. Pois houve um vácuo na educação, onde nós perdemos muita qualidade de mão de obra, de emprego. Porque a pessoa fazia um ensino médio, um segundo grau que não qualificava para nada, só para prestar vestibular e fazer uma faculdade, uma universidade, e muitos não conseguiam. Essa é a realidade. Então, nós tivemos uma perda muito grande. Eu acho que o Brasil começa agora com os IF's a ter uma volta a ter uma nova dimensão. Eu acho que são poucos. Ainda deveria ter mais e mais vagas ainda para suprir essa necessidade, essa lacuna tão grande que ficou. Eu não sei em quanto tempo nós vamos conseguir suprir isso.

Eu fico feliz que o ensino profissional se mantém. Ele não está aquém das novas mudanças que nós temos aí. Essa questão que o novo ensino médio, o novo, não sei o que o aluno vai escolher. Algumas pessoas esqueceram dessa lacuna e desse espaço que nós perdemos. Eu penso assim. Não sei se sou tradicional, mas a educação tem que ter firmeza, ela não necessita de tanta mudança. Ela necessita de qualidade, de posição, de firmeza das pessoas saberem o que querem, né? Não ficar nesse oba oba. Ele tem que escolher. Aí ele não gosta disso. Ele passa por aquilo, que se ofereça opções para ele, mas não bagunça com a vida do segmento acadêmico dos nossos alunos. Eu me preocupo muito porque eu tenho netos, tenho filhos que estão agora terminando a universidade, tenho netos que vão precisar de uma

educação e já começam a ficar assim, numa indecisão, sem saberem o que querem ou o como e o porque, porque não estamos preparados para tantas mudanças. Mas nós temos que prezar pela qualidade daquilo que nós temos, daquilo que já deu resultado, que está dando resultado. Então eu fico feliz demais por poder estar trabalhando com cursos profissionalizante, porque eu tenho essa visão, eu tenho esse pensamento, essa coisa do professor Mauro. Talvez muitos pedagogos, muitos educadores são contra e são idealizadores de algo que eu acho que eles nunca passaram por uma escola, uma sala de aula, né? Ou talvez ficaram toda, toda a vida deles numa universidade federal só fazendo pesquisa, extensão e de licença para fazer, para estudar, estudar, escrever e apresentar algum trabalho, alguma coisa no sentido acadêmico, mas não vivendo a realidade que nós vivemos aqui na ponta. Eu acho que a educação começa na ponta, não começa lá em cima. Então a gente tem que ter muito cuidado com essas posições. Não sou contra a mudança, muito pelo contrário. Mas eu tenho um pensamento que mudar sem fundamento não tem sentido. De querer fazer nome, querer fazer coisa e brincar com a vida acadêmica, do um futuro de um país.

Tivemos direito a sermos transpostos, porque lá em 85 o governo federal era quem enviava o recurso, passava pro Estado, mas quem administrava era o município. Olha só, toda a nossa documentação, todos os nossos contratos, foram feitos direto com a prefeitura. E nós fomos contratados nessa condição, mesmo já sendo Estado fomos mantidos pela União por um período de dez anos, foi por isso que tivemos o direito e conseguimos a transposição, e hoje estamos como professor do ex-território. Porque na verdade, quem nos pagou sempre foi o governo federal, que repassava a verba para o governo do Estado. E nós assinamos um contrato com a administração pública, na época em que todos os órgãos mantinham ainda a qualidade de território. Mas nos foi negado pelo governo, na época, a condição de optar por estar no quadro federal ou não. Mas o salário do Estado era tentador, um salário muito bom em relação ao federal. Mas não foi dada a oportunidade a cada servidor, para que a gente fizesse esse requerimento, essa opção oficialmente, assinasse essa declaração para ser federal. Então foi assim, muito difícil e nós não tínhamos total conhecimento do que acontecia. Chegando no Estado, o que você queria era um emprego, trabalhar, ter seu salário no final do mês, mas as condições eram muito difíceis.

Interessante que eu sempre como administrador fui muito ligado em legislação, em questões documentais e todos os processos da época que eu formalizei junto ao órgão, SEAD/Porto Velho, eu recebia documentos com timbre ex-território de Rondônia e território de Rondônia. E aquilo me deixou uma grande dúvida. Até que um dia, um certo dia, eu questionei um político, um ex-governador. Eu tinha um certo conhecimento de muitos anos

com ele, passou por várias esferas como político, e ele me confessou a respeito disso, que era justamente uma causa interessante e que nós tínhamos direito e ele ia fazer o possível, que naquela época eles não tiveram tanto entendimento e o antecessor dele se deixou levar, de omitir essa oportunidade de nós servidores sermos federais diretos do ex-território. E então se começou essa sua luta, essa briga. Eu questionava, falava: mas eu tenho um documento da época que prova que tudo o que nós fazíamos aqui era como se fôssemos contratados do ex-território. Só faltava ser oficializado pelo governo do Estado, nós passar diretamente para a União. Seria um recurso que o governo não iria receber para repassar. E naquela época, você sabe, não tinham as legislações de controle de contas e gastos do governo como se tem hoje, graças a Deus. Então foi muito difícil, não chegou a ser um trauma, mas eu nunca desisti de lutar, de orar, de buscar em Deus aquilo que era direito. Eu sempre fui uma pessoa que batalhou pelos direitos. Batalhei muito pelos direitos profissionais. Agradeço muito a Deus de hoje estar nessa posição hoje, sendo aqui professor, podendo colaborar um pouquinho no Instituto Federal e ver uma realidade bem diferenciada na educação, então isso é muito gratificante.

Em 1988 houve a necessidade de fazermos um concurso interno, porque também não tinha concorrentes e muito pouco gente de fora. Ninguém queria vir para Rondônia. Então, só a partir dos anos 90, até existem histórias do cadastro 90 envolvendo o pessoal que veio do Nordeste para cá, excelentes profissionais. Mas em 88, nós chegamos a fazer um concurso interno para mudança de regime. Então houve sim um concurso. Não foi um concurso aberto, concurso público, era uma necessidade do Estado para regularizar a situação do servidor público, principalmente da educação. E ali nós pudemos optar pelo cargo que estávamos desempenhando oficialmente com a apresentação do documento. Só que também houve muitos profissionais, professores e pessoas da época que não quiseram participar ou não se inscreveram por falta de informação. Alguns diziam: “não vou fazer isso porque eu já tenho direito a isso, aquilo outro. Isso é só pra enganar”. Eu falei: olha, vamos fazer. Então eu fiz e muitos colegas fizeram. Eu creio que isso ajudou bastante também, né? E aí, nossa carteira foi mudada ou teve um carimbo pela SEAP de mudança de regime a partir daquele concurso. Então quem não fez, não participou, não estava inscrito, independente de ter tirado uma classificação alta ou baixa, ele não tendo aquele carimbo, ele foi demitido.

Eu me lembro que um compromisso do ex-governador Ivo Cassol, foi à época que eu assumi aqui a representação de ensino, era de chamar todos eles de volta. E ele fez. Ele cumpriu isso. Vários colegas e pessoas conhecidas, chegaram a perder a vida por tristeza, por desgosto, desencadearam doenças e não conseguiram superar isso. E outros não sabiam o que

fazer da sua vida, estacionaram, paralisaram profissionalmente e não foram adiante.

Eu tive a grata satisfação de no momento que essas pessoas retornaram ao Estado, na relocação deles, eu fiz questão que fosse na escola de origem. Inclusive tem colegas que são professores, escritores. Eu estou para receber um livro que está sendo publicado, que ela cita essa condição, que foi a maior alegria e vitória profissional dela ter voltado e ter sido reconduzido ao cargo na escola que ela deixou. Isso me marcou muito. Eu fiz uma coisa que eu gostaria que acontecesse comigo, então eu perguntava para a pessoa, mesmo eu sabendo que não havia vaga para lotação, isso, aquilo. Depois nós resolvemos. O problema é receber essas pessoas que estão feridas, magoadas, marcadas por esse período triste na vida profissional deles como seres humanos. Isso trouxe uma dignidade, isso traz uma paz e uma satisfação muito grande. E foi a coisa mais acertada. Hoje eu pensando, meditando o que eu fiz na época, talvez eu não pensasse o quanto foi importante para cada profissional, naquela situação, naquela condição.

Eu cheguei no Instituto em 2019, passei para o quadro federal em 2017, e logo após seis meses houve toda aquela situação de pandemia. Uma realidade que nós vivemos, aprendemos a trabalhar um pouco EAD. Uma coisa assim inusitada. E graças a estrutura maravilhosa e o apoio que tivemos, conseguimos desenvolver um bom trabalho.

A metade aqui dos servidores, professores ou foram colegas de trabalho ou foram meus ex-alunos da universidade, principalmente do curso da área de informática, praticamente quase todos. Então é uma satisfação muito grande ver aqui aquele aluno que você trabalhou com ele e hoje ser seu colega, ser seu coordenador. Então isso é fantástico, é uma situação de alegria, de agradecimento por estar realizando um trabalho final de carreira num órgão tão importante. E nessa pandemia, por ser a área de matemática, hoje eu utilizo muito o EAD com meus alunos, aproveitando boa parte e renovando meu material. Eu tive lições que em algumas lives, alguns trabalhos da coordenadora do EAD, ela me convidou para participar e mostrar que tive lições no AVA com mais de 20.000 acessos. É uma alegria aprender e saber que alguém se identificou com aquilo, com a proposta de trabalho, de aprendizado. Esse acho que foi um dos maiores aprendizados na minha vida.

A aposentadoria é um sonho. Apesar de gostar muito da educação, mais a idade, o cansaço chega, uma hora chega. Então a gente tem que reconhecer isso. E temos muitos jovens que precisam de uma vaga, de uma oportunidade. Então é um ciclo natural. Eu entendo assim. Tenho sim, e em breve. Tenho comentado com meus colegas mais um ano de trabalho, um ano e meio, talvez menos. Que seja assim a vontade de Deus é que eu possa me aposentar.

Eu tenho tudo organizado. Eu costumo ser assim, já me organizando e me preparando

para isso. Porém, ainda não dei entrada na documentação, aguardando o momento certo. E nós temos aí um prazo de carência. Dizem que nós podemos nos aposentar, mas eu quero ter segurança com relação a isso, dos cinco anos completos. Esse final de ano, começo do ano que vem completa cinco anos de EBTT, de dedicação exclusiva até então em outras categorias, eles têm que esperar a avaliação. Não é o meu caso, porque quando eu já entrei no último nível, na última classificação, então não tem mais como, a não ser que seja um professor titular. Mas isso é para quem está num órgão, como é a Universidade Federal, não é o nosso caso.

Nós somos força de trabalho. Então nós prestamos o serviço. Eu ouvi até um colega meu, de Vilhena, que esteve nos visitando e falou assim: “nossa, mas vocês do ex-território estão dando aula?” Eu: “opa! nós estamos aqui trabalhando”, e ele disse: “não, lá o pessoal não, não vão entrar na sala de aula, porque eles já não davam aula no estado”. Eu falei: “estou aqui pra cumprir com meu trabalho. Eu sou professor, vou para sala de aula sim, não tem isso não”.

Estamos aqui, e a não ser que por algum motivo de saúde ou alguma situação, que eu espero que não aconteça... Mas pretendo estar até o finalzinho em sala de aula, até quando tiver disponibilidade do Instituto, vamos estar aqui prestando serviço. Passei por momentos difíceis. Sofri dois acidentes de automóveis, com carros até oficiais, um de 1986 para 19887 e outro mais recente, mas graças a Deus tivemos livramento. Estamos aqui, sobrevivemos.

Professora Eliete Azevedo

Bom, primeiramente é um prazer falar de Educação! E Educação, ao longo da minha vida, foi só o que soube fazer. Comecei muito jovem nesta área, quando tinha 17 anos e ainda nem era formada.

Sou daqui de Rondônia. Sou filha de nordestinos. Meu pai era do Ceará e minha mãe é maranhense, de Imperatriz.

Nasci ali na beira do rio. Eu digo que sou beradeira... Nasci na Maternidade Darcy Vargas, em 1959. Nasci e me criei ali no centro da cidade: sou do Olaria. Sou de Porto Velho com muito orgulho! E toda a minha educação foi aqui, no município de Porto Velho.

A história da minha família remonta à época do Território Federal do Guaporé. Meu avô, que era militar, veio para cá quando aqui era Território. Foi sepultado ali na região do Forte Príncipe da Beira. E depois, minha avó veio para Porto Velho. Viúva de militar, se instalou próxima da hoje então 17ª Brigada de Infantaria e Selva.

Desde muito cedo tive contato com educadores – os educadores de minha família e os que me ensinaram na escola. Tenho ainda a minha tia que foi educada no Instituto Maria Auxiliadora. Ela se tornou professora, foi quem me alfabetizou, e a tenho como modelo, tento fazer com que minhas práticas sejam como um espelho das dela. Minha tia foi criada no meio de professores, e tive a honra de seguir do mesmo modo.

Não me arrependo! Trabalhei 35 anos. Comecei a trabalhar antes de me formar, quando ainda era menor de idade. Meu primeiro trabalho foi na LBA - Legião Brasileira de Assistência, onde atuei como professora em um projeto de alfabetização, o Projeto Casulo. Eu tinha 17 anos. Hoje tenho 64. Então, são longas décadas de trabalho com a educação, e ao longo desse tempo me apaixonei pela alfabetização.

Trabalhei no projeto Minerva de alfabetização e também no Projeto João da Silva, que era de alfabetização de adultos. Ao longo desses anos, me dediquei a alfabetizar da minha forma, do meu jeito... Produzi várias cartilhas. Por três anos consecutivos tive a honra de ser premiada como a melhor alfabetizadora do Estado de Rondônia, e isso serviu para que a Secretaria Estadual de Educação, na época do governo de Jerônimo Santana, me convidasse para trabalhar. Fui contratada e comecei a trabalhar ofertando treinamento para os professores de alfabetização.

Trabalhei com ensino profissionalizante em 1991. Eu já estava na SEDUC, e me designaram para o departamento de primeiro e segundo graus. Tive o prazer de trabalhar na coordenação pedagógica, onde atendia orientando aos alunos que estavam se formando,

fazendo estágio nas salas, nas séries iniciais. Depois, trabalhei na coordenação de merenda escolar, e também tive boas experiências com o ensino rural. Conheci a realidade do ensino rural nos anos 1980.

Tenho um casal de filhos, que fui eu que alfabetizei, e tenho um casal de netos que também ajudei a alfabetizar. Meu filho tem 40 anos, vai fazer 41, é advogado. E a minha filha tem 32 anos, e tem formação em administração pública.

No início da minha carreira não havia o sistema de progressão continuada, e a gente fazia a separação em turmas distintas: turma das crianças com dificuldades de aprendizagem e turmas das crianças sem dificuldades. Tinha criança que passava dois, três, até quatro anos na primeira série. E havia professores desmotivados a ensiná-las. Em muitas dessas ocasiões, eu era convocada a intervir como alfabetizadora.

Quando fui trabalhar na Escola Castelo Branco, fui indicada pelo secretário, o saudoso Álvaro Lustosa, pois eles tinham muita dificuldade de aprendizagem. Lá tinha uma turma que quase todos os professores rejeitavam. E eu aceitei o desafio. Prometi para eles que em junho, quando houvesse o teste de leitura, todos da minha turma estariam lendo. Muitos professores amigos meus que lá estavam apostaram comigo e falaram: “Duvido! Esses meninos tem problema com indisciplina”. E para surpresa de todos, em junho estavam lendo. Eu tinha uma forma lúdica de promover o ensino, e isso favorecia o aprendizado deles. Primeiro eu os conquistei: era de fato uma turma muito indisciplinada.

A diretora, Dona Lígia Veiga, um baluarte da nossa educação, era uma diretora muito rígida e a maioria dos professores não queria trabalhar com ela. Ficavam impressionados e falavam: “Você é tão jovem e se dá tão bem a diretora... Ela é muito rígida!”. Eu me dava muito bem com ela e com minha a turma, e no segundo mês a turma estava calma.

Naquele tempo, tinha que cantar os hinos, entrar em fila, e o professor tinha que estar à frente da sua turma. Hoje a gente não vê mais a hora cívica... Então, os meus alunos, que tinham fama dentro da escola, de repente mudaram seu comportamento. Eu tinha uma forma bem diferente de tratá-los, bem lúdica. Levava para fazer passeios... Ali em frente à Escola Castelo Branco, naquela época, havia um campo de aviação, então a gente fazia passeios para explorar o território, descia ali na beira do rio... A maioria dos alunos era ribeirinha, e eles traziam para mim, de presente: banana, cupuaçu, graviola, sabe? E aí tive a ideia de fazer uma cartilha, a partir dessa vivência do dia a dia deles, com as palavras do cotidiano deles. Comecei a fazer a cartilha de papel *craft*. Na época a gente tinha o quadro de valores, o álbum seriado... Todo professor tinha que ter. E comecei a fazer esse ensino de forma integrada com os elementos da própria cultura deles, valorizando o que eles conheciam, para depois

apresentar conhecimentos novos.

No dia em que levavam cupuaçu, que é uma fruta muito cheirosa, eu começava a argui-los: “O que a gente faz com essa fruta? Faz suco? Faz doce? Faz bolo?”. Trabalhava o paladar, e depois íamos fazer a separação das sílabas das palavras. E assim, eles ganharam gosto pelas atividades escolares.

A minha sala parecia um museu de tanta coisa que tinha. Todo dia tinha uma coisa nova na minha mesa, e com isso, eles se interessavam. Tinha, também, a hora da higiene. Eu dava banho e fazia a higiene na cabeça. Eles se abraçavam comigo e apareciam aqueles piolhos andando no meu jaleco. Na época todo professor usava jaleco. E aí ganhei a confiança dos pais e das crianças. E foi assim. Tive êxito e foi uma experiência muito boa, que carrego até hoje.

Minha vida escolar, a partir dos 13 anos, ocorreu no Colégio Carmela Dutra. Comecei lá na Homero Cândido Tourinho, que foi uma escola ligada ao Carmela Dutra, era uma escola-modelo. Tive o prazer de fazer o curso pedagógico, na época, no Carmela Dutra e lá já fiquei sendo professora. Trabalhei lá, trabalhei em várias escolas, fui diretora de várias escolas, trabalhei no Castelo Branco, uma grande escola, no Barão do Solimões, e por aí vai. É uma longa história...

E me especializei em alfabetização. Na época, havia uma formação adicional em alfabetização. Particpei de grandes projetos, com grandes escritores, como Braga Alves, da cartilha Caminho Suave. Depois participei do projeto da Escola da Vila, em São Paulo, e aí já veio o Paulo Freire, que foi uma revolução!

Trabalhei no departamento de primeiro e segundo grau, na Seduc. Dei muito treinamento para professores nessa BR. Enfrentamos muitas adversidades, mas fazíamos o que gostávamos, e graças a Deus, hoje, estou aposentada e faço parte da direção do Sindicato dos Servidores Públicos Federais, do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, o SINASEFE, na qualidade de secretária geral. E trabalhamos muito com os servidores públicos federais, em especial, os nossos colegas professores que ainda estão nessa luta pela transposição.

Tem muitos professores transpostos. Da minha época, não tem mais quase ninguém ativo, quase todos são aposentados. Agora a gente está aí, com os olhares voltados para os nossos professores, que vieram da transposição.

Com o tempo, aboli a cartilha... A Dona Branca, que era autora da Cartilha Caminho Suave esteve em Porto Velho, foi apreciar meu trabalho. Eu tinha apenas as cartilhas como suporte. A gente não tinha outros materiais, livros eram raros, bibliotecas eram raras. E assim, sem querer, eu estava usando o método do Construtivismo. Eu era muito interessada.

Nós tínhamos a biblioteca Dr. José Pontes Pinto, que era ali na esquina do Carmela, e tinha uma biblioteca dentro do Carmela, mas também era muito difícil ter livros de educação, alfabetização, a maioria era de romance. No início da minha carreira o material era escasso, a gente usava aquela cartilha pequenininha do ABC. Hoje a gente tem essa ferramenta na mão: o celular, por meio do qual você viaja o mundo com ele.

Os incentivos para capacitações eram escassos, praticamente zero. Quando tinha uma oportunidade, a gente recebia de braços abertos. Mas também tinha a dificuldade de sair da sala de aula para poder fazer um curso. Depois de longos anos é que nós conquistamos o direito do tempo de planejamento das aulas. Já foi no meu final de carreira. Antigamente nós tínhamos duas salas de aula, às vezes era de manhã, tarde ou noite, e em diferentes locais. A gente não tinha esse tempo para planejar, para preparar material didático dentro de nosso horário regular de trabalho, então, para planejar, ficávamos de madrugada, com luz de vela ou lamparina, desenhando no papel estêncil, preparando provas, preparando cartão de leitura. Era difícil mesmo, e a maioria dos professores sequer possuía formação em nível de licenciatura. Há alguns anos atrás teve o projeto Prohacap de formação, que licenciou vários professores leigos. Hoje tem formação à distância, tá tudo muito mais fácil. Bem mais fácil.

Tivemos, também, a extensão da Universidade Federal do Pará. O Professor Álvaro Lustosa, foi seu diretor, hoje ele já é falecido. Essa extensão da UFPA foi a primeira grande oportunidade de formação de professores em nível superior, e ofertou cursos na área de educação, supervisão, orientação e OSPB (Organização Social e Política Brasileira), que hoje nem existe mais. A extensão funcionou aqui em Porto Velho e depois abriu turma em Ji-Paraná.

Nos anos 1980 houve também o Projeto Rondon, na área de educação. O pessoal do Rio Grande do Sul veio para aplicar um curso de alfabetização. Os cursos aconteciam no mês de junho, que eram as férias, mas tinha um custo... O Projeto Rondon ajudou muita gente, inclusive muitos formadores que vieram para cá, que faziam parte do projeto, ficaram, casaram e pegaram contrato de professor aqui em Rondônia. Muito bom esse projeto. Eu trabalhei muito com ele na área de alfabetização.

E foi assim ao longo desses anos: alfabetizei muito, e hoje é um prazer ver meus alunos trabalhando. Muitos são médicos, engenheiros, policiais rodoviários federais e é isso que gratifica, porque a profissão de professor naquele tempo era difícil. Quando fui contratada, em 1979, passávamos até seis meses sem receber. E meu pai dizia: “Sai disso. Vá fazer o concurso do Banco do Brasil”. E aí eu fiz concurso do Banco do Brasil. Passei, mas a vaga era para Ji-Paraná, eu teria de me mudar para Ji-paraná, mas meu pai não deixou, porque

filha mulher não morava sozinha. Mas não fui porque não era aquilo que eu queria.

Tive o prazer de ter bons professores e que se tornaram meus amigos. A professora Úrsula Malone foi minha professora, trabalhamos juntas e hoje ela é minha amiga pessoal. Tive também o prazer de trabalhar com a dona Lígia Veiga, um baluarte da educação, com a professora Macena e com a professora Belinha Feitosa. Eu era jovem, mas gostava de estar com elas, porque elas tinham muitas experiências, tinham sido minhas professoras e tinham o maior respeito por mim, e eu por elas.

Foi uma vida tranquila a que levei. Conheci esses municípios todos, porque dava treinamento para os professores. E eu mesma preparava os materiais. Eu ia dormir de madrugada preparando material no mimeógrafo. Depois, quando melhoramos, compramos mimeógrafo a álcool, e eu o levava para escola. Eu tinha facilidade de desenhar as provas, de desenhar no quadro. Juntava as minhas colegas para o Dia do Planejamento. Uma ia para casa da outra e eu ajudava a fazer planejamento. As alunas do curso de magistério do Carmela Dutra, muitas vezes, tinham dificuldade. Elas estavam estudando e eu sentava com elas e as ajudava. Eu sempre digo, para ser professor, a gente tem que ter um pouquinho de dom. Se você não tiver dom e não tiver amor, as coisas não vão bem.

Hoje é bem diferente de antigamente. Antigamente nós éramos respeitadas, éramos autoridades! Hoje não, hoje é bem mais difícil enfrentar uma sala de aula, até pela forma de educação que os pais estão dando aos seus filhos. Hoje, os pais não tem aquele compromisso de educar seus filhos, sentar à mesa, almoçar, conversar. Hoje a criança, desde muito pequena, já está com o celular na mão, vendo todo tipo de conteúdo, e isso é muito preocupante. Para o professor é bom ter toda essa ferramenta na mão. Mas por outro lado é muito preocupante e a gente vê com uma tristeza muito grande...Os professores estão com problemas de saúde...

Hoje, quando vou visitar as escolas e fazer uma reunião do sindicato, você acredita que me sinto mal? Eu vejo o aluno com o celular, ouvindo música e dançando, quando deveria estar estudando. Alunos sem prestar atenção, desrespeitando o professor. E o tipo de roupa que usam? Para mim é um choque de realidade, porque eu tenho muito enraizada em mim a educação do passado.

Hoje nós temos muito mais recursos, mas infelizmente não estão sendo bem utilizados. O índice de analfabetismo é grande, ainda é muito grande, e a gente fica muito triste quando vê isso. A educação no nosso país não está caminhando como deveria e infelizmente as pesquisas dizem isso. Hoje temos escolas de padrão excelente aqui em Porto Velho, muita escola com notebook para os alunos, com bons laboratórios, mas a indisciplina é

grande demais. Aluno bate em professor, professor bate em aluno, pai bate em professor... A indisciplina é muito grande, e inviabiliza o trabalho pedagógico. Acho que a maior parte desses problemas que temos hoje, inclusive a evasão escolar, é por falta de apoio da família.

Veja bem: aqui em Porto Velho nós tínhamos as escolas no centro, que tinham um pouquinho mais de estrutura, mas aquelas escolas afastadas eram de difícil acesso, o professor andava muito para ter acesso. E além de ser o professor, ele fazia a merenda, fazia a faxina. Eu vi muito essa realidade quando estive na Seduc, e ia para a zona ribeirinha entregar material escolar, livros e merenda escolar. As escolas não tinham piso, eram de chão batido. Às vezes era uma palhoça, com um quadro improvisado, e funcionavam em regime multisseriado. A situação era precária.

Havia professores que iam a cavalo. Eu tenho uma amiga de Pimenta Bueno, que ia a cavalo dar aula naquelas linhas. Hoje já está assim: mais humanizado. As condições de trabalho já são melhores, e a gente tem o privilégio de ter uma educação rural de boa qualidade, praticamente com os mesmos recursos que há na cidade. Hoje, os meninos do outro lado do rio, ali na comunidade de São Sebastião, atravessam de barquinho para chegar à escola Castelo Branco, Duque de Caxias e Carmela Dutra.

Quando fomos contratados, na época do ex-território, ficamos no Ministério do Interior. Tanto que os professores do ex-território não são lotados no MEC. Lá que é lugar de professor, né?

Durante a transição de território para estado não houve nenhuma mudança em nosso trabalho docente. O contrato foi feito entre o governo federal e o governo do Estado e nós permanecemos nas escolas onde já estávamos acostumados a trabalhar. As escolas que eram do ex-território passaram a ser escolas estaduais, e nós continuamos o nosso trabalho, e continuamos a ser pagos pelo governo federal, como recebemos até hoje. Houve mudanças administrativas, na gestão das escolas, mas não em nossa prática docente.

Nós continuamos com a mesma fonte pagadora, diferente do que está ocorrendo agora, com os professores que estão em processo de transição para o quadro federal. Para esses, foi uma saga. Passaram-se muitos anos até conseguir essa conquista. E eles já vieram com uma vantagem, porque nós, dos sindicatos dos servidores públicos federais, lutamos muito, fizemos muita greve para a gente poder ser reconhecido, porque nós estávamos em extinção, vinha isso no nosso contracheque... O governo federal tinha responsabilidade conosco durante dez anos.

Foi difícil para os transpostos, que estavam trabalhando, serem reconhecidos. Até hoje tem pessoas esperando a transposição. Agora, no caso dos professores, eles já vieram com

suas carreiras definidas, porque foi briga do Estado e do sindicato. Nós brigamos pela nossa Gratificação de Apoio à Docência. Brigamos pelo RSC, que é o reconhecimento de saberes e competências e pelo EBTT. O RSC foi dado em 1 de março de 2013 e nós do ex-território, que estamos aposentados não tivemos esse direito. Então nós estamos brigando na justiça, e os professores que estão transpostos, já foram transpostos dentro da carreira EBTT, com acesso à gratificação de RSC. Tem professor com seu RSC já recebendo tudo, com um salário bem melhor do que nós, que estamos aposentados. Já estão com salário igual ao dos professores dos Institutos Federais e das Universidades.

Eu também sou coordenadora do Sinasefe. Então a luta não para não! Tivemos muitos dias de greve por melhoria da qualidade do ensino, por melhoria da qualidade do ambiente de trabalho, e por correções salariais. Na época dessas greves, que encampeí junto com outros companheiros e companheiras, cada um levava sua água, não tinha negócio de água mineral, não. Era tudo filtro. Feliz da escola que tinha aquele filtro, se não, nós tínhamos de levar de casa a nossa garrafa de água.

A maioria das crianças não tinha o que comer, e muitas vezes faltava recurso para a merenda, então a gente se reunia e cada um levava uma coisa. Quando faltava a merenda, ou quando demorava a chegar a merenda, a gente fazia aquele lanche para as crianças que vinham de tão longe. Às vezes elas vinham com um pãozinho dentro de uma sacolinha de pano, ou feita de saco de trigo. E não tinham uniforme. Usavam as roupinhas que tinham.

A Secretaria de Educação, durante o início do ano, dava um tecido para fazer um *short*, uma camisinha. Então, era bem difícil. Mas a gente queria as crianças na escola.

Tinha diretor, que quando dava o uniforme, não aceitava a criança entrar sem uniforme, e mandava voltar. A gente tinha que ter jogo de cintura...

Com o tempo, o financiamento da educação foi melhorando, e hoje já há merenda de qualidade e sem atrasos. Eu fui coordenadora da merenda na Seduc, quando criaram o CAERO - Conselho de Alimentação Escolar, então eu visitava as escolas, fiscalizava a compra da merenda, verificava a qualidade dos alimentos, e o cardápio era feito por nutricionista. Depois fui coordenadora da merenda lá no Carmela Dutra. Eu fazia o cardápio, incentivava as crianças a comer. Hoje está bom demais. Hoje tem uma merenda de qualidade. Tudo isso foram conquistas que tivemos por meio de nossas lutas e organização.

Minha experiência com a luta por justiça social começou antes mesmo de eu ser uma trabalhadora. Quando eu era estudante, no Carmela Dutra, a gente tinha o Grêmio Estudantil. O professor Mário Jorge e eu fomos colegas de escola, nascemos aqui em Porto Velho: ele no Areal, eu no Olaria. Então, a gente veio do Grêmio. E o Grêmio nas escolas fazia revolução!

Quando comecei a trabalhar, eu tinha o meu próprio círculo de amizade, no qual conversávamos sobre educação, sobre os desafios do trabalho, e sonhávamos com melhorias. Nessa mesma época o professor Mário Jorge fundou a Associação Rondoniense de Professores, e nós éramos todos jovens! Foi lá que o nosso grupo começou a luta. Fizemos greve na praça, pegamos carreira de polícia e fizemos tudo isso aqui, em Rondônia.

A Associação começou nos anos de 1979, 1980, por aí. Faziam parte o professor Eduardo Lima e Silva, a professora Belinha... A maioria já faleceu. Quando foi em 1989 nós estávamos em reunião lá em Jaru - a gente viajava a esses municípios para reunir com os professores, e começamos a ver que nos outros Estados os professores tinham a “gratificação do pó”, como a gente chamava. Eles recebiam um adicional de insalubridade, pelo fato de que a exposição ao giz, sem os devidos EPIs, pode ocasionar doença pulmonar grave. Essa foi a nossa primeira demanda de luta coletiva, enquanto associação, anterior ainda ao SINDSEF e ao SINASEFE. E naquele contexto, conhecemos o João da Cruz, que hoje é advogado. Ele trabalhava na Ceplac, e então surgiu a conversa e a ideia de fundarmos o Sindicato dos Servidores Públicos Federais, que já existia em outros estados. E aí saímos de livrinho na mão, pedindo recurso.

A professora Maria Aparecida, de Pimenta Bueno, grande guerreira, já falecida, foi uma das nossas presidentas do sindicato. E assim fundamos o sindicato em 1989, lá em Jaru, depois trouxemos para Porto Velho, e começamos com a ajuda de todo mundo: ajudavam para comprar até o papel para fazer as atas das assembleias.

Nós éramos discriminados na época, porque diziam que sindicalista era comunista. E a mulher era ainda mais rotulada! Mas enfrentamos, e hoje o nosso sindicato segue forte! Nós somos o segundo maior sindicato da região Norte. Temos a nossa confederação em Brasília, da qual fui coordenadora quando ainda trabalhava na escola. Eu não tinha muito tempo, tinha que conciliar 40 horas na escola e as atividades no sindicato. Às vezes a gente chegava a certas escolas e o pessoal já olhava para a gente com os olhos atravessados, porque fazíamos greve.

Fui coordenadora sindical no município de Porto Velho, quando ainda estava na ativa, e depois que me aposentei, me dediquei ainda mais ao sindicato. Fui diretora de capital e interior. A gente faz a ligação entre filiados dos municípios com a capital, porque a DIGEP – Divisão de Pessoal do Ex-território é o ponto de referência dos servidores públicos federais. Toda e qualquer documentação é na DIGEP: aposentadoria, abono de permanência, toda e qualquer solicitação do servidor vai para a DIGEP, e a gente faz essa ponte. Depois fui secretária de administração, e hoje estou como secretária geral de nossa seção sindical do

SINASEFE. O presidente é o Almir José, servidor da Funasa, o professor Mário Jorge é o vice-presidente. Ele é aposentado e tem uma história de luta muito grande no sindicato. Eu sou a secretária geral, e a Flávia, nossa colega, que era da Secretaria de Assuntos Educacionais, hoje está na administração. E assim a gente leva o dia a dia da gente: fazendo reuniões, muitas reuniões. Vamos para Brasília, vamos para os ministérios apresentar as demandas de nossa categoria, que são demandas pela melhoria da educação, pela valorização dos profissionais da educação, pela melhoria da qualidade desse serviço público.

A luta sempre foi a mesma, e a gente só consegue as coisas com muita luta. Eu digo sempre para o pessoal: unidos somos fortes. O sindicato é o apoio para todos os servidores, que na maioria das vezes são lesados pelo governo. Infelizmente o governo não dá nada para ninguém. Tudo que nós tivemos de conquista foi através de muita luta.

Estou com 64 anos e enquanto eu tiver vigor e vida e puder lutar, estarei lutando, principalmente pelas causas dos professores, que para mim é a menina dos olhos, porque nada acontece sem a educação. Para mim, a educação é o baluarte, é o caminho. A gente trilha tantos caminhos diferentes, e quando se tem uma educação forte, se cria e se formam indivíduos conscientes. A gente precisa de conscientização dos indivíduos. Eu fico vendo cada atrocidade, meu Deus! E o índice de violência na rua? Um país que constrói mais presídios que escola é um país fadado ao insucesso. Queria que fosse o contrário. Fico triste quando vejo as autoridades chamando para inauguração de presídio. Como eu queria que fosse inauguração de uma escola! É difícil você ver a inauguração de uma escola. De quantos em quantos anos se faz uma escola? Eu posso estar equivocada, mas sinto isso: sinto que o país está investindo pouco nas escolas.

Professora Maria Ruth Campos

Meu nome é Maria Ruth Campos e sou professora.

Nasci em Porto Velho, Rondônia, em 1964, e iniciei meu trabalho em 1983, como professora de Educação Infantil. Trabalhei com a Educação Infantil por oito anos, como servidora do Estado e depois houve o reordenamento, por meio do qual a educação infantil passou para a responsabilidade dos municípios. Em seguida, fui trabalhar com as turmas de alfabetização. Trabalhei na Escola Almirante Tamandaré, no município de Guajará-Mirim, por 12 anos.

Pensando na estrutura das edificações e mobiliários escolares da época, entendo que não eram as mais adequadas, mas nós nos adaptávamos ao que havia. A estrutura física das escolas onde trabalhei até que eram boas. As cadeiras eram do modelo antigo, de madeira, o quadro era feito no cimento, no tom verde. Para amenizar o calor amazônico havia ventiladores nas salas de aula – ar condicionado era algo distante da realidade das escolas.

Eu alfabetizava pelo método Abelhinha, por meio do qual eu também fui alfabetizada. Era um método bastante usado nas décadas de 1970 e 1980. Um método fonético, basicamente, de junções de sílabas.

Após 12 anos em Guajará-Mirim, em 1996, pedi a minha transferência para o município de Vilhena, dentro do mesmo estado. Continuei com a alfabetização e em seguida fui para a supervisão escolar do primeiro ao quinto ano.

Minha contratação foi em 1983, como celetista 20 horas, e em 1988 fiz o concurso público para 20 horas e logo em seguida foi feita a junção do contrato de celetista com o concurso público para 40 horas. Me tornei professora estatutária com regime de dedicação de 40 horas semanais, e trabalhei incessantemente ao longo de todo o tempo que estive na Educação, com uma pausa apenas no ano 2000, por conta da demissão em massa aplicada pelo governo Bianco – então governador do Estado de Rondônia.

Em 2000 nós fomos demitidos pelo governo Bianco, que usou a justificativa de fazer um ajuste estrutural. Mas fomos reintegradas. No meu caso, não fiquei muito tempo fora do serviço público porque consegui comprovar, via publicação do Diário Oficial do Estado, que eu era concursada. Encontrei o edital e a lista e minha aprovação, então recorri e fui reintegrada. Em 2017 fui transposta para o quadro da União: me tornei professora federal.

Nunca me esqueci da demissão, porque foi um processo muito arbitrário e doloroso. O governo federal era Itamar Franco, ele anunciou uma reforma administrativa e os estados precisavam cumprir. Alegava-se a necessidade de ajustes nas contas públicas e revisão de contratações ilícitas. O governo do estado à época comprou esse discurso e dizia que tinha que ter essa demissão de servidores. Falava isso com base num decreto, não me recordo o número.

Penso que não houve uma análise rigorosa. As demissões ocorreram de forma indiscriminada. Nós saímos de férias, dormimos de férias e acordamos exonerados, desempregados, sem ter como pagar as contas, sem ter como sustentar nossas famílias.

Só que aí, no meu caso, eu recorri, porque eu tinha feito o concurso público para pegar mais 20 horas. As outras 20 não eram de concurso público, era de contrato emergencial. Consegui retornar porque provei que eu tinha feito o concurso. Mas até isso ocorrer, fiquei exatamente um ano fora. A grande maioria retornou após três anos. Eu retornei após um ano ao serviço e ainda fui indenizada na época. Fui exonerada em 2000, no início de 2002 retornei para o meu trabalho e recebi o pagamento de um ano de salário, a título de indenização. Mas o sentimento foi de muita tristeza, porque em plenas férias você dorme empregada e acorda desempregada, e a primeira coisa que você pensa é como que vai pagar as contas, como que vai manter a casa, como que vai manter a família.

Diante dos compromissos familiares, não fiquei parada. Já fui atrás de emprego, então, trabalhei em comércio, trabalhei em panificadora, trabalhei como prestadora de serviços ao município de Vilhena, como pedagoga, e depois fiz o concurso dos municípios de Pimenta Bueno, Cacoal, Comodoro e do próprio município de Vilhena. Fui convocada para assinar o contrato da Prefeitura de Comodoro. Trabalhei quatro anos e seis meses na educação escolar indígena do Estado do Mato Grosso. Depois tive que pedir a exoneração porque não consegui redução de carga horária no Estado de Rondônia. Senão teria ficado com o contrato de 30 horas do Mato Grosso e 20 horas do Estado. Mas não foi possível conciliar e optei por me dedicar apenas a Rondônia.

Meu primeiro contrato como professora – o de 20 horas, como celetista, ocorreu quando estava cursando o magistério. Eu estava cursando o segundo ano do curso de magistério, e como havia muita falta de professores em Rondônia naquela época, fui convidada para participar de um curso de formação para a Educação Infantil. Essa formação durou um ano e seis meses, e intercalava períodos presenciais e não presenciais. Esse curso foi oferecido pela própria Secretaria do Estado de Rondônia, e após seis meses de curso, já fomos lotadas em sala de aula. Iniciamos o nosso trabalho com a Educação Infantil. Era um

contrato temporário de seis meses e sempre renovavam por mais seis meses. Foi assim que iniciei a minha carreira do magistério.

Sempre fui professora. Nunca quis assumir funções administrativas. Nunca fui diretora e nem vice-diretora. Em alguns períodos, conciliei o trabalho de professora com a de supervisora e de coordenadora de Educação Escolar Indígena – campo que me rendeu muitos aprendizados.

Enquanto professora, nós éramos rigorosamente supervisionadas, de um modo que, hoje, até seria considerado abusivo. A supervisão escolar nos anos 1980 tinha função fiscalizadora. As supervisoras monitoravam o tom da nossa fala, a altura da nossa voz, a nossa caligrafia, o nosso caderno de planejamento e a nossa capacidade de controle disciplinar das turmas. A gente fazia os planejamentos e apresentava para elas, que olhavam e passavam o “visto”. Era um tom fiscalizador. Uma situação muito desconfortável, mas não considero que fosse assédio. Nunca sofri assédio moral nem sexual no meu trabalho, mas elas sempre estavam pelos corredores, olhando pelas janelas, tomando nota sobre como estávamos trabalhando, se a gente tinha domínio de sala, se a altura da voz, o tom de voz atingia toda a sala e se a caligrafia que era feita pelo giz era adequada, se as crianças, que sentavam nas últimas cadeiras conseguiam visualizar sem dificuldade. Era esse o trabalho da supervisão. Depois, no finalzinho dos anos 1980, começaram as formações, mas ainda de modo muito tímido.

Ao passo que as formações foram ofertadas para os profissionais da educação, as relações entre docentes e supervisores foram melhorando e as situações de conflito diminuíram.. As formações vieram a melhorar, né? E elas passaram a atuar de uma supervisão fiscalizadoras para uma função formadora, mas isso foi depois da chegada dos Parâmetros Curriculares Nacionais - os PCNs. Após o estudo dos PCNs.

Minimamente, o Estado atendia aos profissionais da educação com cursos de formação. O atendimento aos alunos era igualmente limitado. Nos anos 1980, os alunos da primeira série ao quarto ano recebiam o livro didático gratuitamente. Os alunos do quinto ao oitavo ano, recebiam apenas o livro de Língua Portuguesa e de Matemática. Os demais, os pais tinham que comprar ou xerocar. E os alunos do Ensino Médio não recebiam livro algum gratuitamente. O Ensino Médio só veio a receber o livro gratuito de Língua Portuguesa e Matemática já nos anos 1990, bem no finalzinho dos anos 90. Hoje eles já recebem todos, livros de todos os componentes curriculares, exceto o livro de arte que ainda não é entregue gratuitamente.

A merenda escolar também era só para os alunos do Ensino Fundamental, alunos do Ensino Médio não recebiam. A política de transporte escolar também era frágil e intermitente. Muitos alunos enfrentavam longas distâncias a pé para chegar até a escola.

Passando para a questão da transposição, estou agora na nova carreira, na carreira EBTT. Quando fui transposta já não estava mais em sala de aula né. Já estava executando a minha tarefa no setor de Recursos Humanos (RH), tarefas administrativas. E continuo até hoje com a tarefa administrativa no setor de RH.

Por um tempo, trabalhei também com ensino profissionalizante, na época em que coordenei a Educação Escolar Indígena. Trabalhei com o magistério indígena. Com formação para professores indígenas. Por quatro ou cinco anos ensinei a disciplina de Didática da Alfabetização.

A minha experiência com a Educação Escolar Indígena foi maravilhosa, porque é totalmente diferente do ensino regular, do ensino em contexto urbano. É ótimo trabalhar diretamente com as comunidades indígenas, conhecer suas demandas e seus modos de ver e de pensar o mundo e é ótimo trabalhar com formação de professores. E também havia mais liberdade pedagógica. Não havia tanta interferência e tanto controle dos superiores hierárquicos.

A transposição, para muitos, foi um caminho de muitas idas e vindas, muitas incertezas e percalços, mas para mim não. Ela ocorreu porque quando Rondônia deixou de ser território Federal e passou a ser Estado, já fazia contratos de professores emergenciais, que são os celetistas contratados em 1981, 1982, 1983. Esses contratos feitos na época do Território acabaram sendo assumidos pelo Estado – alguns já eram do início da formação do Estado de Rondônia, outros eram anteriores e foram renovados. E ocorreu por ser uma previsão legal, uma previsão da Constituição Federal, no capítulo que trata dos territórios federais. Ela diz que todo o território que passa a ser Estado tem uns dez anos de carência até que possa abrir seus concursos públicos. Mas eles anteciparam o concurso público, que ocorreu no governo Jerônimo Santana (1987-1991).

Nesse período, o Estado ainda estava dentro dessa carência, e por conta disso foram contemplados os estados do Amapá, Roraima, Acre e Rondônia, para que esses servidores públicos de diferentes secretarias que já estavam inseridos tivessem o direito de transpor para o quadro federal. Então eu não tive idas e vindas não. Eu apenas li o decreto e a legislação correlata, vi que me enquadrava, visto que sou do ano de 1983, o mesmo ano em que o Estado foi criado, em que foi publicada a lei que tornou Rondônia estado. A implantação do Estado,

efetivamente, ocorreu em 1984, com a publicação da legislação estadual para realizar concursos e organizar tantos e tantos outros serviços públicos.

Houve uma demora na publicação das listas da transposição, mas não tive nenhum problema. Tanto é que quando meu nome saiu na ata e recebi a carta de aceite, eu aceitei, entreguei toda a minha documentação e foi tudo muito rápido, inclusive o meu pagamento foi muito rápido. Tive sorte, pois tenho colegas que estão há mais de um ano esperando. Que foram transpostos, mas que continuam recebendo por meio do governo estadual. Ainda não recebem pela União. Essas são pessoas que entraram via judicial. Eu não entrei via judicial, fui contemplada pela emenda parlamentar mesmo. Não sei o número da emenda, mas é isso.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RONDÔNIA
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA -
PROFEPT

DARLENE MARY CAMPOS
XÊNIA DE CASTRO BARBOSA

REPOSITÓRIO DE FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM RONDÔNIA

Porto Velho, 2024.



DARLENE MARY CAMPOS
XÊNIA DE CASTRO BARBOSA

Produto Educacional apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Rondônia.

Orientadora: Dra. Xênia de Castro Barbosa.





Dados Internacionais de Catalogação na Publicação — CIP

C198r

Campos, Darlene Mary. Repositório de fontes para a história da educação em Rondônia / Xênia de Castro Barbosa. - Porto Velho, 2024.

29 f.: il.

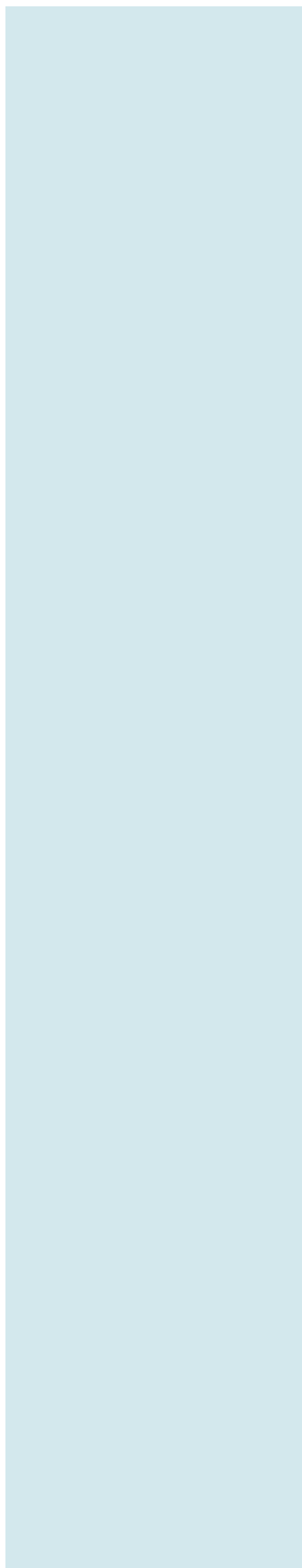
ISBN: 978-65-01-22549-4

Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

1. Educação. 2. Educação Profissional e Tecnológica. 3. História. I. Barbosa, Xênia de Castro. II. Título.

CDU: 331.363
CDD: 371.4250981

Ficha Catalográfica Elaborada pela Bibliotecária Cledenice Blackman
CRB11/907



Título do Produto: Repositório de fontes para a história da educação em Rondônia

Nível de Ensino: Superior

Série/ano: todos

Cursos técnicos/superiores indicados: Arquivologia, História, Pedagogia e licenciaturas em geral.

Segmento profissional: Professores, Estudantes, Pesquisadores interessados na História da Educação.

Transferência/ usos já efetivados: produto transferido ao IFRO e à Universidade Federal de Rondônia.

APRESENTAÇÃO

Este Repositório é um produto educacional resultante do projeto de pesquisa intitulado “História da Educação em Rondônia (1970-1980): uma proposta de produção historiográfica”, o qual foi desenvolvido na esteira do Mestrado Profissional em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), e teve por objetivo geral contribuir para o fortalecimento da linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT mediante criação de um acervo virtual de fontes históricas capazes de subsidiar pesquisas sobre a história da Educação em Rondônia, em especial a Educação Profissional e Tecnológica.

Dentre os objetivos específicos do projeto, buscamos, (1) elencar os principais desafios da educação pública ofertada no Território Federal de Rondônia, nas décadas de 1970 e 1980, (2) Elaborar um quadro comparativo dos principais desafios de ordem pedagógica enfrentados por professores do ex-território que se encontram, após a transposição, na carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), além de (3) Contribuir com o incremento da produção científica mediante acervo virtual de fontes históricas.

O estudo ancorou-se no método histórico (Rüsen, 2007) e na moderna história oral (Meihy, 2005), os quais foram detalhados na Dissertação que deu base a este produto educacional.

Do ponto de vista metodológico, optou-se por disponibilizar fontes de fundo privado (como fotografia, histórias de vida e notícias jornalísticas) e de fundo público, disponíveis em domínio público.



Justifica-se o desenvolvimento e a transferência deste produto em face das dificuldades de acesso a fontes deste tipo em Rondônia. O acesso a fontes documentais acerca da história da Educação, e da Educação Profissional e Tecnológica em Rondônia é um desafio, tendo em vista que, por décadas, não houve uma política sistemática de arquivos, embora seja dever dos entes públicos realizar a gestão documental e a proteção especial a documento de arquivos, como forma de apoio à própria administração, de incentivo à cultura, ao desenvolvimento científico e tecnológico e como elementos de prova e informação. Ademais, é direito de todo o cidadão o acesso pleno aos documentos públicos das diversas esferas, salvo daqueles cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. Há, contudo, um hiato entre o direito e a prática: o acesso aos arquivos costuma ser difícil, muitos documentos se perderam ao longo do tempo, e outros, podem ser encontrados sem o devido tratamento e acondicionamento, em razão da falta de pessoal e de infraestrutura adequada.

Aqui você encontrará um pouco do material que conseguimos reunir nesses dois anos de pesquisa. Alguns desses documentos são narrativas de histórias de vida produzidas por nós ao longo da pesquisa, outros são fotografias fornecidas por colaboradores da pesquisa, e há também matérias jornalísticas e um conjunto de leis e decretos tangenciais ao tema. Quanto ao tempo que foram produzidos, alguns são do presente (histórias de vida registradas entre 2023 e 2024) e fazem referência a este tempo, como também ao passado, em especial às décadas de 1970 e 1980. Outros são da época em que Rondônia era Território Federal, e outros, ainda, remontam aos primeiros anos da formação do Estado de Rondônia. Desse modo, trazem de modo especial esse momento



**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
DO ESTADO DE RONDÔNIA**



de transição da forma política Território Federal para Estado, ajudando a esclarecer quanto a esse processo e quanto aos desafios da educação pública no referido recorte temporal.

Navegue em nosso repositório e conheça um pouco da história da Educação e da Educação Profissional em Rondônia:

<http://repositorioetp.portovelhocalama.ifro.edu.br/>

MATERIAIS E MÉTODOS

Almeja-se, neste tópico, apresentar, de forma breve e sequencial as etapas e recursos materiais e humanos utilizados no desenvolvimento e validação deste produto educacional.

A elaboração deste produto educacional compreendeu as seguintes etapas e operações:



Catálogo de fontes históricas;
Produção documental;
Elaboração do protótipo;
Teste do protótipo;
Elaboração do produto; Avaliação do produto;
Transferência do produto.

A catalogação das fontes ocorreu a partir de pesquisa realizada na internet, em especial nos sites do Ministério da Educação e da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. As fontes foram serializadas por tipo e armazenadas em pasta no Google Drive.

A produção documental, com vistas a complementar e a elucidar as séries organizadas, consistiu no registro de histórias de vida junto a professores e professoras que iniciaram suas experiências de trabalho docente no contexto do Território Federal de Rondônia ou nos primeiros anos da transformação do referido Território em Estado. No momento da entrevista, esses colaboradores encontravam-se aposentados ou em processo de aposentadoria. Destaca-se que no momento das entrevistas esses profissionais encontravam-se em



uma das seguintes situações: aposentados, em processo de aposentadoria ou aguardando cumprimento de prazo para se aposentarem, sendo esta última situação, o caso dos servidores transpostos para a Rede Federal.

A elaboração do protótipo contou com as seguintes etapas: organização das informações, desenho do repositório, escolha da paleta de cores e contratação de serviço especializado de programação.

O protótipo foi avaliado por 10 pessoas, sendo: dois professores do ProfEPT/IFRO, dois professores externos ao ProfEPT, dois profissionais da área de Tecnologia da Informação (TI), dois alunos do PROFEPT, e dois alunos do curso de Análise de Desenvolvimento de Sistemas do IFRO – Campus Porto Velho Calama. A avaliação foi realizada por meio de formulário eletrônico de classificação (com valor de 1 a 5 – conforme figura 1), registrado por meio do ícone estrela, sendo que 1 estrela indica atribuição de valor negativo ao item e 5 estrelas indica excelente apreciação do item.

Figura 1: Formulário de Avaliação Inicial

Como você avalia este Protótipo Educacional em relação a:	
Clareza das informações	★ ★ ★ ★ ★
Qualidade das informações	★ ★ ★ ★ ★
Pertinência das fontes indicadas para o estudo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	★ ★ ★ ★ ★
Facilidade de encontrar as informações no <i>site</i>	★ ★ ★ ★ ★
Paleta de cores	★ ★ ★ ★ ★
Relevância do produto educacional para pesquisas em Educação/EPT	★ ★ ★ ★ ★
O que você gostaria de encontrar neste repositório?	

Após a coleta das respostas da avaliação do protótipo, procedemos aos ajustes e melhorias indicadas, com vistas a consolidar o produto final, que após disponibilização ao público foi novamente avaliado considerando as questões expressas no formulário de avaliação de nº 2 (figura 2)

Figura 2: Formulário de avaliação nº 2

Como você avalia este Protótipo Educacional em relação a:	
Clareza das informações	★ ★ ★ ★ ★
Qualidade das informações	★ ★ ★ ★ ★
Pertinência das fontes indicadas para o estudo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	★ ★ ★ ★ ★
Facilidade de encontrar as informações no <i>site</i>	★ ★ ★ ★ ★
Paleta de cores	★ ★ ★ ★ ★
Relevância do produto educacional para pesquisas em Educação/EPT	★ ★ ★ ★ ★
Deixe sugestões para melhorar este produto:	

Os ajustes finais consideram as avaliações feitas por usuários da ferramenta realizadas no período de 01 a 07 de março de 2024, após o que se procedeu ao registro do software junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI.

O site de hospedagem do repositório foi programado utilizando as linguagens PHP, JavaScript, CSS, HTML, NodeJS, Frameworks como Typescript, Laravel, TailwindCSS e o banco de dados utilizado foi o MySQL, e registrado junto ao Instituto Nacional de

Propriedade Industrial - INPI na data de 21/03/2024, sob o número de depósito BR512024000912-4. Para proceder ao depósito do pedido de registro os profissionais contratados realizaram a criptografia do arquivo com código-fonte por meio do uso do algoritmo de criptografia SHA512, gerando o código hash: c760ec6c4694fc9e36003d82dbd8d68caecad424cfce07c9479745a2f272d97daf2fcaad52827560284f13d4009fc0c2c20c354c85598252b26f323a35599926

Concluído o registro, o produto foi encaminhado, junto com o presente encarte, à Coordenação local do ProfEPT no IFRO, para depósito no repositório institucional do curso e no repositório de produtos educacionais da CAPES.

Com base nas avaliações realizadas – as quais foram preponderantemente positivas, estima-se que a metodologia adotada para desenvolvimento do produto educacional em foi adequada e suficiente.

Materiais e Recursos utilizados

Os materiais utilizados para o desenvolvimento deste produto foram 01 notebook, conexão com internet, Canva, software, etc.

Dentre os recursos humanos necessários ao desenvolvimento do produto, destaca-se que, para além do trabalho da pesquisadora e da orientadora, contou-se com a orientação de um professor de Informática: o professor Kaio Alexandre da Silva e dois estudantes do curso técnico de Informática do IFRO – Campus Porto Velho Calama, a saber: Marcos Reis Dutra e Gustavo Casagrande Borges, aos quais registramos gratidão.

Formas de utilização

Para a boa utilização deste produto recomenda-se o uso do navegador Google Chrome.



No âmbito do ProfEPT, sugere-se que este recurso educacional seja apresentado na disciplina de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT, como forma de indicação de fontes para a pesquisa na área. O produto, entretanto, poderá ser acessado por docentes e discentes de outras disciplinas, tanto de cursos de licenciatura quanto de cursos de pós-graduação, sendo de especial interesse para os discentes dos cursos de Pedagogia e Licenciatura em História.

Impacto social

Estima-se que esse produto possa contribuir positivamente com a ampliação do conhecimento social acerca da história da Educação e da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e em Rondônia.

No que se refere à escala nacional, as fontes selecionadas e hospedadas no repositório aqui encartado, apontam para as principais mudanças ocorridas no que se refere à política para a EPT nas décadas de 1970 e 1980. No que tangencia a escala estadual, as histórias de vida e as fotografias disponibilizadas dimensionam os desafios materiais e pedagógicos do fazer educação em Rondônia.

É pertinente recordar, a título de contextualização, que as décadas de 1950 e 1960 no Brasil foram fortemente caracterizadas pela ideologia desenvolvimentista, que trazia em sua esteira, ideais de modernização e progresso econômico, aos quais se vinculavam a necessidade de desenvolvimento técnico e de formação de mão de obra apta às demandas dos setores produtivos. Aquelas décadas foram de avanço na industrialização, por meio da substituição de importações, ampliação da produção de mercadorias e modernização dos meios de circulação. Educação Profissional ocupou espaço relevante no debate público acerca da Educação na década de 1950 e início da seguinte, sendo que a lei 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) instituiu a plena equivalência entre os cursos profissionais e propedêuticos para fins de prosseguimento nos estudos.

Com o golpe civil-militar de 1964, uma nova configuração econômica foi dada ao Brasil, por meio de



elevação da dívida pública e de elevado custo social (arrocho salarial, estado de exceção e depreciação das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora). Esse custo social, contudo, era camuflado por mecanismos eficientes de propaganda e de repressão, e a imagem que se passava era a de que o Brasil vivia um “milagre econômico” com altas taxas de crescimento do PIB. Para ampliar ainda mais a produção de mercadorias, era premente a necessidade de ampliação e qualificação da força de trabalho.

Nesse sentido, a formação de técnicos passou a ser considerada urgente pelo Estado brasileiro, e esse entendimento resultou em uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação: a Lei N. 5.692/1971, “que tornou obrigatório em todo currículo do (então) segundo grau o ensino técnico-profissional, formando grandes contingentes de trabalhadores qualificados que garantiam a manutenção dos baixos salários” (Cichaczewski; Castro, 2020, p. 32). Assim, quando pensamos na Educação no Território Federal de Rondônia, precisamos ter em mente que o ensino primário tinha caráter propedêutico e que o ensino de segundo-grau era eminentemente técnico, com ênfase na formação de técnicos agrícolas, técnicos comerciais e técnicos contábeis. Já quando Rondônia se efetivou como Estado (a partir de 4 de janeiro de 1982), uma mudança na legislação (a Lei N. 7.044/1982) incluiu a preparação para o trabalho como elemento obrigatório para a formação tanto em nível de primeiro grau como de segundo grau. Tratava-se, contudo, de uma formação em linhas gerais e introdutória, sem a obrigatoriedade de terminalidade profissionalizante. Isso porque o artigo 2º da referida Lei colocou como condicional a habilitação profissional, deixando a critério da instituição de ensino promover ou não a habilitação profissional.

A respeito da Lei N. 5.692/1971 é importante fazer constar que, ao passo em que instituiu a profissionalização compulsória, transformando o ensino de segundo grau em técnico-profissional, “para ajustar o sistema educacional às exigências do desenvolvimento econômico, social e cultural” (Rebello, 2008, p.16), o fez de modo subserviente e comprometido com as necessidades do mercado, e não com as necessidades de formação humana, e ademais, o fez sem a garantia dos recursos materiais e



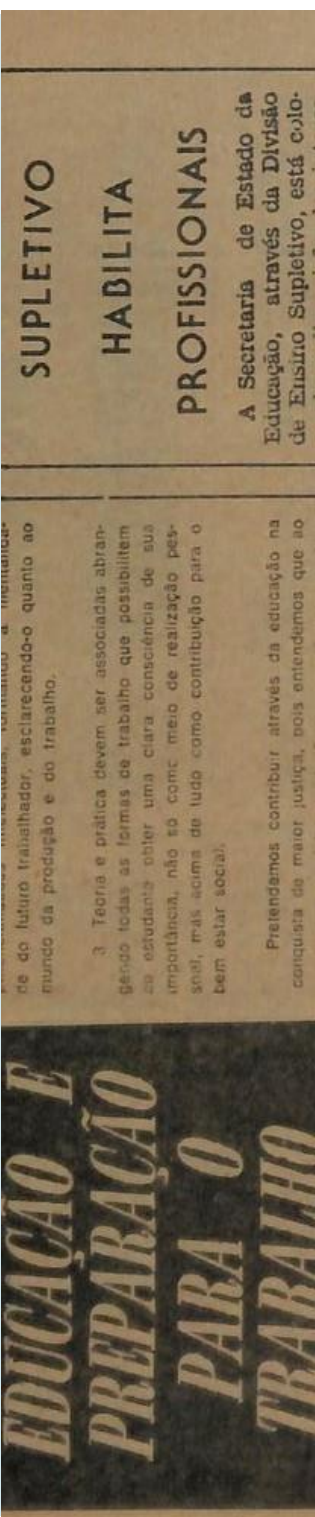
humanos necessários a efetivar esse processo com a qualidade desejada. Segundo Oliveira (2009), os cursos profissionalizantes não tiveram investimentos apropriados e deixaram de pertencer, exclusivamente, a instituições específicas de educação profissional, tornando-se também responsabilidade dos sistemas de ensino estadual, que já estavam sofrendo uma deterioração em virtude do acelerado crescimento quantitativo do primeiro grau e de empresas privadas (Winckler; Santagada, 2012). Segundo os autores, essa expansão, sem o investimento e planejamento necessários, diminuiu a qualidade do conteúdo propedêutico e técnico dos cursos secundários, embora a propaganda a respeito deles fosse positiva e os apresentasse como apanágio para o emprego e a qualificação profissional.

Com a crise do petróleo, o aumento do desemprego e as crescentes denúncias acerca da violação de direitos humanos pelo Estado brasileiro no contexto da ditadura civil-militar, o regime militar foi progressivamente se deteriorando e a democracia ganhando espaço. Nesse contexto, houve a revogação da obrigatoriedade do ensino profissional em 1982, por meio da Lei N. 7.044/1982, que reestabeleceu a modalidade da educação geral. A referida lei manteve a equivalência do ensino profissional e do ensino propedêutico para fins de ingresso no ensino superior, contudo manteve a dualidade histórica, com educação propedêutica para as elites e educação profissionalizante para os trabalhadores.

Embora a década de 1980 tenha sido a do resgate da democracia no Brasil, ela ficou conhecida como “a década perdida”, expressão que aponta para o baixo êxito econômico, decorrente do descontrole da inflação, da estagnação econômica e das dinâmicas do capital no contexto internacional, em face da Guerra Fria.

Para Winckler e Santagada (2012), contudo, o uso da expressão “década perdida” é limitador, e mais do que hiato de um tempo perdido, ela deveria ser compreendida como um momento de passagem, marcado por certa indefinição. Um período de transformação do padrão de desenvolvimento na periferia capitalista, marcado pela crise financeira, pelas políticas públicas erráticas, disputas acirradas por recursos cada vez mais escassos e pelo processo de redemocratização. Esse período marcaria a transição entre o fim do ciclo desenvolvimentista e o início da era de flexibilização, em face de um quadro internacional que remodelou a função do Estado diante da transnacionalização financeira e produtiva, tornando-o agente do neoliberalismo.

Se nos anos 1970 ainda há resquícios dos ideais





populistas e desenvolvimentistas dos períodos anteriores, na década de 1980 a pressão dos organismos neoliberais, sob o signo do Consenso de Washington começam a se impor de maneira contundente, e na década de 1990, a índole neoliberal e os ajustes impostos pelos organismos internacionais sobre a educação brasileira se tornarão ainda mais evidentes. Desse modo, no que se refere à ação do Estado em relação à EPT na década de 1980, sobleva-se a cariz populista, o que pode ser percebido com a expansão da rede federal de ensino por todo o território nacional, por meio do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), iniciado em 1986 (Ramos, 2014).

Com o PROTEC houve a implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED), as quais eram vinculadas a uma escola-mãe (escola técnica, agrotécnica ou CEFET). Cabe notar que o programa foi

desenvolvido com recursos proveniente de empréstimo junto ao Banco Mundial e tinha como objetivo implantar 200 novas escolas técnicas industriais e agrotécnicas de 1º e 2º graus, justificado por dados estatísticos que apontavam para a precariedade do atendimento nesse nível de ensino. De acordo com Ramos (2014), ao final da década de 1980, o processo de redemocratização das relações institucionais, somado às mudanças no mundo do trabalho no cenário nacional e internacional, começou a pautar na sociedade e no interior das instituições o debate sobre uma formação para o trabalho de novo tipo, que incorporasse as dimensões do compromisso com a cidadania e de uma formação politécnica.

Para Novais (2014, p. 17), na década de 1980,

“

[...] o país e o mundo estavam em crise, o modelo de ensino instituído já não se sustenta, e junto a isso várias mudanças na automação, na natureza do trabalho, na problemática do emprego, na informática, engenharia genética, biotecnologia e outras que favoreceram discussões sobre a formação profissional em vários debates promovidos por diversas instâncias no país, como Ministérios, Universidades, Entidades patronais, dentre as quais destacamos o MEC e o Ministério do Trabalho, SERPLAN, USP, PUCs, CENAFOR, SENAC, SENAI entre outras. Os principais assuntos giravam em torno da necessidade de conciliar as necessidades técnicas com valores, aspirações, potencial da clientela, absorção da mão de obra entre outros.

”

Desse modo, via-se ganhar espaço uma concepção de formação profissional que recuperava elementos da filosofia marxista, como os de escola unitária, formação omnilateral e análise dialética dos processos sociais (Frigotto, 2006).

As disputas em torno dessas questões ganharam corpo em projetos distintos, que visavam estabelecer uma nova de lei de diretrizes e bases para a Educação Nacional, a qual só viria a público em 1996, com a vitória do projeto de matriz neoliberal (Brasil, 1996).

Retomando a questão das contribuições deste produto, entende-se ser ele capaz de subsidiar a reflexão histórica acerca dos desafios da



EPT no Brasil e, sobretudo, em Rondônia, recorte no qual desenvolvemos a pesquisa. Destaca-se, ainda, o fato de não haver, no âmbito das instituições associadas ao ProfEPT, um repositório de fontes como o aqui apresentado.

Para o campo da história e da história da EPT, as fontes disponibilizadas, em especial as histórias de vida, são registros relevantes de experiências de vida e trabalho, que expressam memórias, sonhos e lutas de profissionais com notável contribuição para o desenvolvimento da Educação em Rondônia. Esses registros, assim como as demais fontes disponibilizadas podem servir como fonte para novas pesquisas na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da educação em Rondônia é ainda uma história a ser escrita, e as memórias dos professores do ex-território oferecem uma importante contribuição para refletirmos sobre a história da educação em Rondônia e da Educação Profissional e Tecnológica. As entrevistas registram além dos desafios pedagógicos e administrativos enfrentados no Território Federal de Rondônia e a transição para Estado de Rondônia, registram oralidades, liberdade em se expressar, reflexão da trajetória de vida e profissional, carregadas de sentimentos e emoções que contribuem para diversificar as análises sobre a trajetória das instituições escolares.

Este recurso educacional, além de contribuir para o fortalecimento da linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT, poderá ser apresentado, também, na disciplina de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT, como forma de indicação de fontes, e subsidiar outras pesquisas sobre a história da Educação em Rondônia, em especial a Educação Profissional e Tecnológica, podendo ser acessado por estudantes e professores do ProfEPT, e pesquisadores que tenham interesse na área da história da educação.

Este produto educacional tem seus limites, pois não foi possível realizar tudo o que desejávamos, como maior número de fotos dos prédios e escolas da época, fotos dos entrevistados, também de outras fontes, documentos, matérias de jornais.



A memória se apresenta como elemento primordial na construção da identidade da educação em Rondônia, por isso é necessário partilhar as histórias. Assim, recomendamos o diálogo entre as instituições de ensino, com vistas ao compartilhamento de experiências e fontes de pesquisa, e também que outros pesquisadores, se assim desejarem, possam contribuir com esta pesquisa.

Referências

BRASIL, República Federativa. **Lei Nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 9 mar. 2023.

BRASIL, República Federativa. **Lei N. 5.692, de 11 de Agosto de 1971**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 9 mar. 2023.

BRASIL, República Federativa. **Lei N. 7.044, de 18 de Outubro de 1982**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 9 mar. 2023.

BRASIL, República Federativa. **Lei N. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em 9 mar. 2023.

CICHACZEWSKI, João Carlos; CASTRO, Clóves Alexandre de. A Educação Profissional no Brasil: Relações entre o Capital, o Estado e a Política Pública. **Metodologia e Aprendizado**, vol. 1, 2020, p. 30-42.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Anos 1980 e 1990: a relação entre o estrutural e o conjuntural e as políticas de educação tecnológica e profissional. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília, INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 25-54.

LE GOFF, Jacques. **Memória** – Volume II. Lisboa: Edições 70, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

NOVAIS, Lucimar de Freitas. **Educação Profissional: uma análise sobre a Evasão e a permanência no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Rondônia – Câmpus Colorado Do Oeste**. Dissertação (Mestrado em Ciências – Educação Agrícola), 141 fls. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Agronomia. Seropédica: 2014.

OLIVEIRA, Ramon de. A possibilidade da escola unitária na sociedade capitalista. Cadernos de Educação. Fae/PPGE/UFPel. Pelotas (32) p. 141-160. 2009.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

REBELLO, Carlos Eduardo. **Fatores de evasão nos cursos subseqüentes noturnos do Colégio Agrícola de Camboriú/SC: um estudo de caso**. 2008, 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2008.



RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do Passado – Teoria da História II**: os princípios da pesquisa histórica. Trad. Asta-Rose Alcaide e Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2007.

WINCKLER, Carlos Roberto; SANTAGADA, Salvatore. A educação profissional técnica de nível médio no Brasil: transição para um novo modelo? **Revista Indicadores econômicos** FEE. Porto Alegre. v.39, n. 3. p. 97-110. 2012. Disp. Em <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/2631/3062>. acesso em: 10 de mar. 2024